

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE ESTADO DE SANTA CATARINA



PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - PMSB



Produto K
VOLUME 6/8

Fevereiro de 2016



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde





PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE –SC



PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO – PMSB **PRODUTO K**

Volume 6 - Diagnóstico Socioeconômico, Cultural, Ambiental e de **Infraestrutura**

Fundação Nacional de Saúde – Funasa
SAUS – Quadra 04 – Bloco “N”
Brasília/DF CEP: 70070-040
www.funasa.gov.br

Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Rod. SC 443, km 02
Campo Alegre/SC
(48) 3656-35000
www.campoalegre.sc.gov.br

Universidade do Extremo Sul Catarinense/Parque Científico e Tecnológico
Rod. Jorge Lacerda, km 4,5 -
Criciúma – SC
(48) 3444-3702
www.unesc.net



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

C198p Campo Alegre (SC). Prefeitura Municipal.
Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB :
diagnóstico socioeconômico, cultural, ambiental e de
infraestrutura, volume 6 / Prefeitura Municipal de Campo
Alegre ; Consultoria: Unesc/Iparque ; Funasa. – Campo Alegre,
SC : Prefeitura Municipal ; Criciúma : UNESCO, 2016.
127 p. : il. ; 30 cm.

Inclui bibliografias.
Inclui tabelas e figuras.

1. Campo Alegre (SC) – Aspectos sociais. 2. Campo Alegre
(SC) – Aspectos econômicos. 3. Campo Alegre (SC) – Aspectos
físicos. 4. Políticas de saúde. I. UNESCO. II. Funasa. III. Título.

CDD – 22. ed. 628

Bibliotecária Rosângela Westrupp - CRB 0364/14^a
Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESCO



UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
PARQUE CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA UNESC – IPARQUE
INSTITUTO DE PESQUISAS AMBIENTAIS E TECNOLÓGICAS – IPAT

Prof. Dr. Gildo Volpato
Reitor

Prof. Dr Marcos Back
Diretor do IPARQUE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

Rubens Blaszkowski
Prefeito Municipal

Sebastião Vendelino Kons
Vice-Prefeito

Peterson Aluisio Kohler
Secretário de Saneamento - Coordenador Técnico PMSB



EQUIPE TÉCNICA

Engº Civil e Agrimensor Vilson Paganini Bellettini
Economista MSc Amauri de Souza Porto Junior
Assistente Social Lutiele da Silva Ghelere
Matemático e Estatístico Andriago Rodrigues
Assistente de Pesquisa Lucas Lima Pereira
Assistente de Pesquisa Nicole Victor Gomes
Assistente de Pesquisa Mateus Cândido Zadroski
Assistente de Pesquisa Lydia Maria Comin Cardoso
Assistente de Pesquisa Cleidiane de Quadra
Arquiteta Raquel Stoltz Back
Analista de Projetos Hélen Bernardo Pagani
Assistente de Projetos Alice Martins Cardoso
Geólogo Gustavo Simão
Engº Ambiental Ives Fiegenbaum
Engº Ambiental Fernando Basquioto de Souza
Bióloga Tamiles Borsatto Patricio



Responsáveis Técnicos

Engº Civil e Agrimensor Vilson Paganini Bellettini

Coordenador Geral

CREA/SC 023260-8

Economista MSc. Amauri de Souza Porto Júnior

Responsável Técnico pelo Diagnóstico

CORECON – SC 3356

Coordenador do Plano no Município

Peterson Aluisio Kohler

Secretário de Saneamento Ambiental



SUMÁRIO

1. METODOLOGIA.....	13
2. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA, CULTURAL, AMBIENTAL E DE INFRAESTRUTURA.....	15
2.1 LOCALIZAÇÃO E CONTEXTO HISTÓRICO	15
2.2 POPULAÇÃO	18
2.2.1 Evolução demográfica	18
2.2.2 Projeção populacional	21
2.3 UNIDADES TERRITORIAIS DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO.....	27
2.4 CARACTERÍSTICAS HABITACIONAIS	32
2.4.1 Perfil de ocupação domiciliar	32
2.4.2 Saneamento	34
2.4.3 Manejo de resíduos sólidos.....	35
2.4.4 Energia elétrica.....	36
2.5 INFRAESTRUTURA.....	37
2.5.1 Sistemas públicos.....	38
2.5.2 Sistemas de comunicação.....	38
2.5.3 Infraestrutura	39
2.6 SAÚDE	42
2.6.1 Práticas de saúde e saneamento	42
2.6.2 Indicadores de saúde	45
2.6.3 Indicadores e fatores causais de morbidade de doenças relacionadas com a falta de saneamento básico (doenças infecciosas e parasitárias).....	48
2.6.4 Índice nutricional da população infantil de 0 a 2 anos	50
2.7 ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA	50
2.8 CARACTERÍSTICAS EDUCACIONAIS.....	54
2.8.1 Escolas Municipais	54
2.8.2 Escolas Estaduais	54
2.8.3 Apoio à promoção da saúde, qualidade de vida e salubridade municipal.	59
2.9 CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS.....	59
2.9.1 Produto Interno Bruto (PIB)	59
2.9.2 Indicadores de Renda.....	63



2.9.3 Estabelecimentos e emprego	64
2.9.4 Atividades Agrícolas	68
2.10 IDHM	71
2.11 CARACTERIZAÇÃO FÍSICA	72
2.11.1 Caracterização dos aspectos climáticos	72
2.11.2 Pedologia	77
2.11.3 Geologia	79
2.11.4 Hidrogeologia	85
2.11.5 Cobertura Vegetal – Geral	86
2.11.6 Recursos Hídricos	89
2.12 PLANEJAMENTO DA OCUPAÇÃO TERRITORIAL DE CAMPO ALEGRE	89
2.12.1 Plano Diretor do município de Campo Alegre	90
2.12.2 Qualificação do Ambiente Construído e Natural	93
2.12.3 Divisão Territorial	95
2.12.4 Área Rural	95
2.12.5 Área de Preservação Ambiental (APA)	96
2.12.6 Zona Urbana de Campo Alegre	98
2.12.7 Área de Interesse Turístico	100
2.12.8 Perímetro Urbano Central – Sede do Município	102
2.12.9 Demais Perímetros Urbanos	108
3. CONSIDERAÇÕES	114
REFERÊNCIAS	116

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I – Mapa de Zoneamento de Campo Alegre - 2014.

ANEXO II - Relação de autoridades e entidades de Campo Alegre - 2014



LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução demográfica de Campo Alegre, 1970 a 2010.	19
Tabela 2 – Taxa de crescimento intercensitária da população residente.	20
Tabela 3 – População residente em Campo Alegre, segundo o gênero, 1970 a 2010.	21
Tabela 4 – Estimativa da população residente de Campo Alegre (2007 – 2035).	22
Tabela 5 – Estimativa das populações Urbana e Rural (2008-2035).	25
Tabela 6 – Relação de bairros e localidades pertencentes a cada UTAP.	29
Tabela 7 – Informações demográficas, segundo a UTAP – Campo Alegre, 2010. ...	30
Tabela 8 – População por cor ou raça segundo a UTAP – Campo Alegre, 2010.	30
Tabela 9 – População por gênero segundo a UTAP – Campo Alegre, 2010.	30
Tabela 10 – População por faixa etária segundo a UTAP – Campo Alegre, 2010. ...	31
Tabela 11 – Domicílios por situação segundo a UTAP – Campo Alegre, 2010.	33
Tabela 12 – Classes de consumo atendidas em Campo Alegre, 2014.	36
Tabela 13 – Existência de energia elétrica por zona rural e urbana – Campo Alegre, 2010.	37
Tabela 14 – Igrejas Católicas no Município de Campo Alegre, 2015.	39
Tabela 15 – Bairros e localidades pertencentes a cada ESF.	42
Tabela 16 – IDHM Longevidade no município de Campo Alegre e SC.	46
Tabela 17 – Taxa de Fecundidade no município de Campo Alegre e SC.	46
Tabela 18 – Taxa Bruta de Natalidade por 1.000 Habitantes.	47
Tabela 19 – Mortalidade Infantil por 1.000 Nascidos Vivos.	48
Tabela 20 – Doenças Relacionadas ao Saneamento Ambiental Inadequado (Dr Sai).	49
Tabela 21 – Grupo de Doenças Infecciosas Intestinais.	49
Tabela 22 – Relação de entidades oficiais e não oficiais em Campo Alegre, 2014. .	50
Tabela 23 – Escolas da rede municipal de ensino, Campo Alegre, 2º semestre/2014.	54
Tabela 24 – Escolas da rede estadual de ensino, Campo Alegre/ 2014.	54
Tabela 25 – APAE Campo Alegre, 2º semestre/2014.	55
Tabela 26 – Número de alunos que utilizam o transporte escolar, 2014.	55
Tabela 27 – Pessoas alfabetizadas com 10 anos ou mais de idade, por área de residência – Campo Alegre, 2010.	56
Tabela 28 – Pessoas alfabetizadas com 10 anos ou mais de idade por gênero, Campo Alegre, 2010.	56



Tabela 29 - Nível educacional de pessoas de 10 anos ou mais de idade por faixas de idade.	58
Tabela 30 – Produto Interno Bruto (em R\$ deflacionado ao preço de 2014) do município de Campo Alegre, 2000 a 2011.	59
Tabela 31 – PIB <i>Per Capita</i> Real, deflacionado ao preço de 2013, Campo Alegre e Santa Catarina.	62
Tabela 32 – Renda nominal em salários mínimos.....	62
Tabela 33 – Renda domiciliar em salários mínimos.	63
Tabela 34 – Pobreza no município de Campo Alegre.	64
Tabela 35 - Desigualdade no município de Campo Alegre.	64
Tabela 36 – Número de estabelecimentos (%) que correspondem a mais de 2,0% do total em Campo Alegre em 2012.....	65
Tabela 37 – Setores da atividade econômica conforme o saldo da movimentação (2013) e o estoque de empregos (2012), Campo Alegre.	67
Tabela 38 – IDH-M dos municípios pertencentes à AMUNESC – 2003 e 2013.....	72
Tabela 39 - Estatísticas observadas dos totais mensais e anuais de precipitação na Estação de Joinville (Série 1940-2014) (Joi.), na Estação de Corupá (Série 1946-2014) (Cor.) e na Estação do rio Jaraguá (Série 1962-2006) (rio Jar.).	76



LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de localização - Campo Alegre.....	15
Figura 2 – A) e B) Prefeitura Municipal de Campo Alegre em 1930 e nos dias atuais; C) e D) Vista de Campo Alegre em 1953 e nos dias atuais.	17
Figura 3 – Evolução demográfica de Campo Alegre, 1970 a 2010.	19
Figura 4 – Evolução demográfica urbana e rural (%) em Campo Alegre, 1970 a 2010.	20
Figura 5 – População residente de acordo com o gênero.....	21
Figura 6 – Estimativa da população residente de Campo Alegre (2007 – 2035).....	23
Figura 7 – Estimativa da população Urbana e Rural (2008-2035).....	26
Figura 8 – Mapa de delimitação das UTAP segundo os Setores Censitários/Censo Demográfico – Campo Alegre, 2010.	28
Figura 9 – Domicílios por situação segundo a UTAP – Campo Alegre, 2010.	33
Figura 10 - Localização dos Cemitérios em Campo Alegre.	41
Figura 11 – Pessoas alfabetizadas com 10 anos ou mais de idade por gênero (%) – Campo Alegre, 2010.	56
Figura 12 – Produto Interno Bruto (em R\$ deflacionado ao preço de 2014) do município de Campo Alegre, 2000 a 2011.	60
Figura 13 – Valor adicionado do PIB por setor, Campo Alegre, 2000 a 2011.	61
Figura 14 – PIB <i>per capita</i> (em R\$ de 2013) de Campo Alegre e Santa Catarina, 2000 a 2011.	61
Figura 15 – Número de estabelecimentos (%) que correspondem a mais de 2,0% do total em Campo Alegre em 2012.....	66
Figura 16 – Produção da lavoura permanente (%) em Campo Alegre – 2013.....	69
Figura 17 – Produção lavoura temporária (%) em Campo Alegre – 2013.....	69
Figura 18 – Produção pecuária (%) em Campo Alegre – 2013.....	70
Figura 19 – Produção extração vegetal e silvicultura (%) em Campo Alegre – 2013.	71
Figura 20 - Zonas agroecológicas da Unidade de Planejamento Regional do Planalto Norte Catarinense (UPR 4).	74
Figura 21 - Variação da pluviometria média mensal, das estações de Joinville (Série 1940- 2014), Corupá (Série 1946-2014) e do rio Jaraguá (Série 1962-2006).	76
Figura 22 – Mapeamento das classes de solos do município de Campo Alegre, SC.	77
Figura 23 - Mapa Geológico do Município de Campo Alegre, baseado na Carta geológica do Brasil ao Milionésimo (CPRM 2004).	79



Figura 24 – Localização das Áreas de Proteção Ambiental do Município de Campo Alegre.....	96
Figura 25 – Mapa de Zoneamento de Campo Alegre: localização dos perímetros. ...	99
Figura 26 – Localização das Áreas de Turismo no Município de Campo Alegre. ...	101
Figura 27 – Parâmetros urbanísticos definidos para ZEIS, segundo Lei de Zoneamento Municipal.	106
Figura 28 – Mapa de Zoneamento de Campo Alegre: Anexo 4.1 Sede do Município.	107
Figura 29 – Mapa de Zoneamento do Perímetro Urbano do Distrito de Fragoso....	110
Figura 30 – Mapa de Zoneamento do Perímetro Urbano do Distrito de Bateias de Baixo.	111
Figura 31 – Mapa de Zoneamento do Perímetro Urbano de Lageado.	112
Figura 32 – Mapa de Zoneamento do Perímetro Urbano de São Miguel.	113



1. METODOLOGIA

A pesquisa realizada neste trabalho segue os propósitos de uma caracterização social e econômica com base nas diretrizes da Lei Federal nº 11.445/2007, atendendo à normatização quanto aos conteúdos e processos, adotando-se as orientações referentes à construção dos Planos Municipais de Saneamento Básico.

Visando à caracterização econômica e social abordada neste diagnóstico, foram utilizados dados e arquivos coletados em instituições públicas e privadas, como também consultas em livros, documentos, pesquisas e demais publicações pertinentes.

Como principal e mais recente fonte de dados, têm-se os Setores Censitários do Censo Demográfico 2010, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Esta pesquisa traz informações da população e seus domicílios, englobando vários aspectos como escolaridade, nível de vida e habitação.

Outra fonte de informações utilizada é o SIAB – Sistema de Informação da Atenção Básica/PSF – Programa Saúde da Família, coordenado pela Secretaria Municipal da Saúde, que trata de aspectos sanitários e populacionais.

Dados do mercado de trabalho e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal foram obtidos no Ministério do Trabalho e Emprego e no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, respectivamente.

Destacam-se como principais fontes de dados para a análise intramunicipal, os Setores Censitários/Censo Demográfico, IBGE (2010), os relatórios do SIAB pela desagregação das informações em bairros e localidades, o que possibilita inclusive a análise por UTAP, dimensão territorial que delimita parte deste diagnóstico. Cabe registrar o envolvimento, de forma direta e indireta, da equipe técnica da Prefeitura Municipal de Campo Alegre que atua nas quatro áreas do saneamento básico no âmbito municipal.

De acordo com as orientações da Política Nacional de Saneamento Básico, instituída pela Lei nº 11.445/2007 e o Decreto nº 7.217/2010, deve-se



estabelecer como unidade espacial de planejamento a bacia hidrográfica. Em Campo Alegre, esta delimitação foi modificada, visto que o município apresenta particularidades diferenciadas entre sua sede urbana e área rural, acarretando uma condição desfavorável para o diagnóstico. Para facilitar a elaboração dos relatórios técnicos, o planejamento das ações e a participação popular, o município foi dividido em UTAP - Unidades Territoriais de Análise e Planejamento: Centro e Bateias de Baixo.

As UTAPs são consideradas níveis de desagregação internos ao município, uma vez que as cidades apresentam padrões diferenciados de desenvolvimento entre as localidades. Neste diagnóstico, optou-se por uma divisão alternativa das Unidades Territoriais de Análise e Planejamento, com base na divisão por setor censitário, conforme o censo demográfico realizado em 2010 pelo IBGE. Esta mostrou-se uma rica fonte de informações desagregadas, as quais permitem a análise intramunicipal com o maior número possível de informações sociais, econômicas e demográficas.

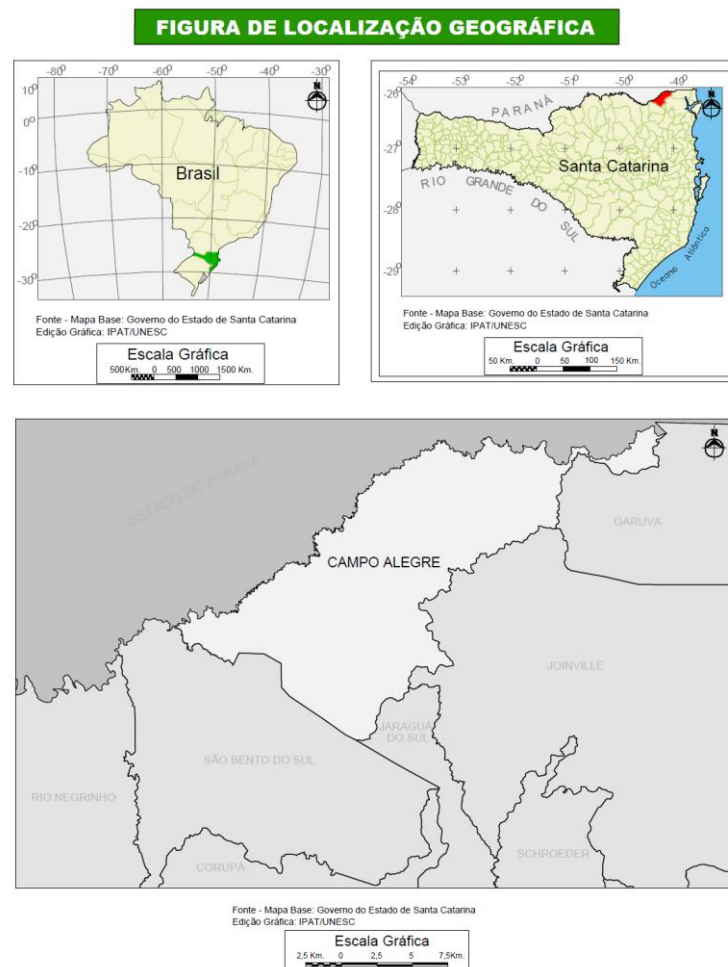
2. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA, CULTURAL, AMBIENTAL E DE INFRAESTRUTURA

2.1 LOCALIZAÇÃO E CONTEXTO HISTÓRICO

O município de Campo Alegre está localizado no planalto de Santa Catarina, inserido na microrregião de Alto Rio Negrinho e associado à AMUNESC - Associação dos Municípios do Nordeste de Santa Catarina.

Segundo os dados do IBGE (CIDADES, 2010), Campo Alegre possui área de 499,073 km² e densidade demográfica de 23,54 hab./km². Localiza-se a 61 km de Joinville, a 68,2 km de Garuva, a 220 km de Florianópolis (capital do estado), na latitude 26° 12' 48" Sul e longitude 49° 15' 12" Oeste. A Figura 1 apresenta a localização geográfica do município.

Figura 1 – Mapa de localização - Campo Alegre.



Fonte: IPAT/UNESC, 2015.



A origem de Campo Alegre está relacionada com a colonização das terras da Princesa Dona Francisca, irmã de D. Pedro II. Quando esta princesa se casou com o Príncipe de Joinville, recebeu esta área como dote. No dia 23 de agosto de 1827, o governo imperial começou a medição dos lotes coloniais e construiu o rancho de Campo Alegre na localidade de São Miguel. Durante os anos entre 1851 e 1952, as divisas provinciais de Santa Catarina e Paraná ainda eram desconhecidas, causando muitas brigas e confusões. A província do Paraná considerava sua divisa no divisor das águas em cima da Serra do Mar, as mesmas divisas doadas à Princesa Dona Francisca. Com a fundação da Colônia Dona Francisca, criou-se a Cia. Colonizadora em 1849.

Após a fundação da Colônia Dona Francisca, local onde hoje é Joinville, a Cia. Colonizadora contratou junto ao Governo Imperial a construção de uma estrada para além da serra do mar a fim de viabilizar novas colonizações.

Em 1858 o governo imperial aprovou a construção da estrada que ligaria Joinville - São Miguel - Tijucas do Sul - Curitiba. A Estrada Dona Francisca, segunda via carroçável do Brasil, tornou-se uma importante rota comercial. Ao chegarem ao topo da serra, os construtores da estrada, felizes por terem vencido o percurso mais íngreme, exclamaram: “Froeliches feld!”, que significa “Campo Alegre”. O nome da Cidade é, portanto, uma alusão às belas paisagens naturais, especialmente seus campos cobertos de araucárias, além da localização privilegiada, pois a Serra Dona Francisca tornou-se caminho obrigatório entre Santa Catarina e Paraná.

Em 1876, chegavam os colonos europeus nos lotes comprados no território contestado pelo Paraná. Em 1879, a Estrada Dona Francisca já era transitável e o problema de divisa das terras das províncias do Paraná e Santa Catarina, já estava resolvido. Em 1888, Campo Alegre torna-se Distrito de São Bento do Sul.

O Município foi criado pela Lei nº 244 de 17 de outubro de 1896 e emancipado em 18 de março de 1897. Sua economia é baseada na agropecuária, principalmente com rebanhos bovinos, ovinos e equinos; na agricultura com o cultivo da batata salsa, milho, fumo e feijão, e tendo como extrativismo erva-mate, o carvão e o caulim; na área industrial predominam as indústrias moveleiras que correspondem a 25% da economia campo-alegrense.



Possui natureza exuberante, sendo um grande presente aos visitantes de Campo Alegre, aliado ao clima serrano. Sua região é pontilhada por cachoeiras, saltos e trilhas ecológicas. Em relação à cultura, há muitas manifestações culturais, herança deixada pelos colonizadores, tendo como destaque a Festa Estadual da Ovelha, com exposições, leilões, *shows*, bailes, artesanatos e comidas típicas. A Figura 2 ilustra a história do Município de Campo Alegre antes e depois, onde a Figura 2 A e Figura 2B ilustram a Prefeitura Municipal no ano de 1930 e nos dias atuais, respectivamente. A Figura 2C e Figura 2D ilustram a vista de Campo Alegre em 1953 e nos dias atuais, respectivamente.

Figura 2 – A) e B) Prefeitura Municipal de Campo Alegre em 1930 e nos dias atuais; C) e D) Vista de Campo Alegre em 1953 e nos dias atuais.



Fonte: A) Caminhos que se Cruzam B) e C) Prefeitura Municipal de Campo Alegre D) Panoramio.

Um dos pontos turísticos de Campo Alegre é o “Calçadão da Cascatinha”, que se situa no centro da cidade, na continuação na rua Coronel Bento Amorim. Construído em 2000 é um espaço público de lazer adornado por uma bela cascata formada pelo Ribeirão Farias. As pedras do calçadão formam vários desenhos de produtos característicos de Campo Alegre, como a araucária e o pinhão. No



Calçadão, acontecem os dois principais eventos do município: Festa Estadual da Ovelha e o Festival de Inverno.

Festa Estadual da Ovelha – iniciada em 1998 por um grupo de amigos, a festa cresceu e a partir da 6ª edição passou a ser realizada no Calçadão. Todos os anos, em março, reúne grande público para apreciar a gastronomia à base da carne de ovelha, as exposições agropecuárias, os *shows*, a feira de artesanato e produtos coloniais.

O Festival de Inverno é realizado no mês de julho desde 2004, sendo uma semana inteira de atrações culturais, *shows*, oficinas de arte, artesanato, culinária e feira do livro.

O artesanato campo-alegrense é diversificado, caracterizado, principalmente, pelos artigos produzidos com a lã de ovelha, como acolchoados, mantas, cachecóis, xales coloridos, ponchos e palas para todas as idades. A confecção das peças é totalmente artesanal, sendo utilizados na produção a roca de fiar e os teares manuais. Até mesmo o processo de tingimento da lã é natural, feito com cascas, sementes e folhas que conferem aos novelos de lã cores bem diferentes do material industrializado.

Campo Alegre preserva, na sua culinária, raízes de sua colonização, por isso tem uma gastronomia ímpar, com pratos à base da deliciosa carne de ovelha e também do pinhão, fruto da araucária. Geleias, biscoitos, antepastos, doces e molhos de produção artesanal também conferem sabor especial à gastronomia típica. A influência polonesa está presente no pierogui (pastel cozido com recheio de requeijão). Produtos orgânicos são também são os diferenciais em muitos pratos.

Os restaurantes do município participam do Festival Gastronômico, elaborando pratos especialmente preparados para os dias de frio. A geada costuma ocorrer nesta época do ano, deixando as paisagens ainda mais belas.

2.2 POPULAÇÃO

2.2.1 Evolução demográfica

Segundo o censo demográfico do IBGE (2010), o município de Campo Alegre possui uma população total de 11.748 habitantes. Destas, 4.511 (38,40%)



estão no meio rural e 7.237 (61,60%) estão na área urbana. A densidade demográfica do município em 2010 é de 23,54 hab./km². Segundo as estimativas do IBGE, a população de Campo Alegre em 2014 era de 11.982 habitantes, havendo um crescimento de aproximadamente 2% em relação ao censo demográfico de 2010.

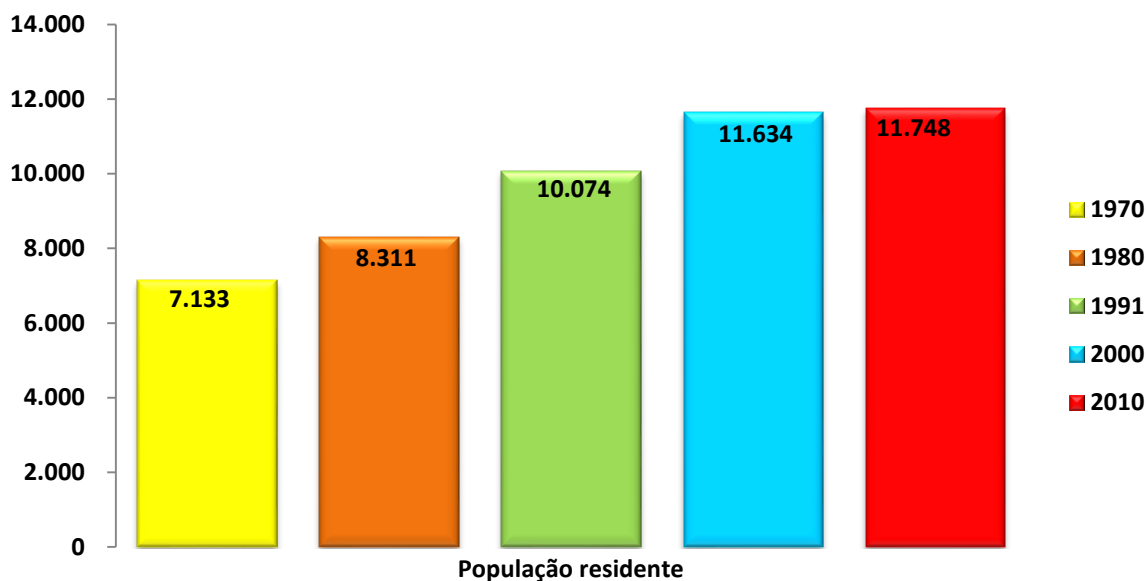
Tabela 1 – Evolução demográfica de Campo Alegre, 1970 a 2010.

População Campo Alegre					
Situação do domicílio	1970	1980	1991	2000	2010
Urbana	1.386	2.482	5.760	6.871	7.237
Rural	5.747	5.829	4.314	4.763	4.511
Total	7.133	8.311	10.074	11.634	11.748

Fonte: Setores Censitários / Censo Demográficos, IBGE (2010).

A Tabela 1 e a Figura 3 apresentam o número de residentes em Campo Alegre nos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Figura 3 – Evolução demográfica de Campo Alegre, 1970 a 2010.

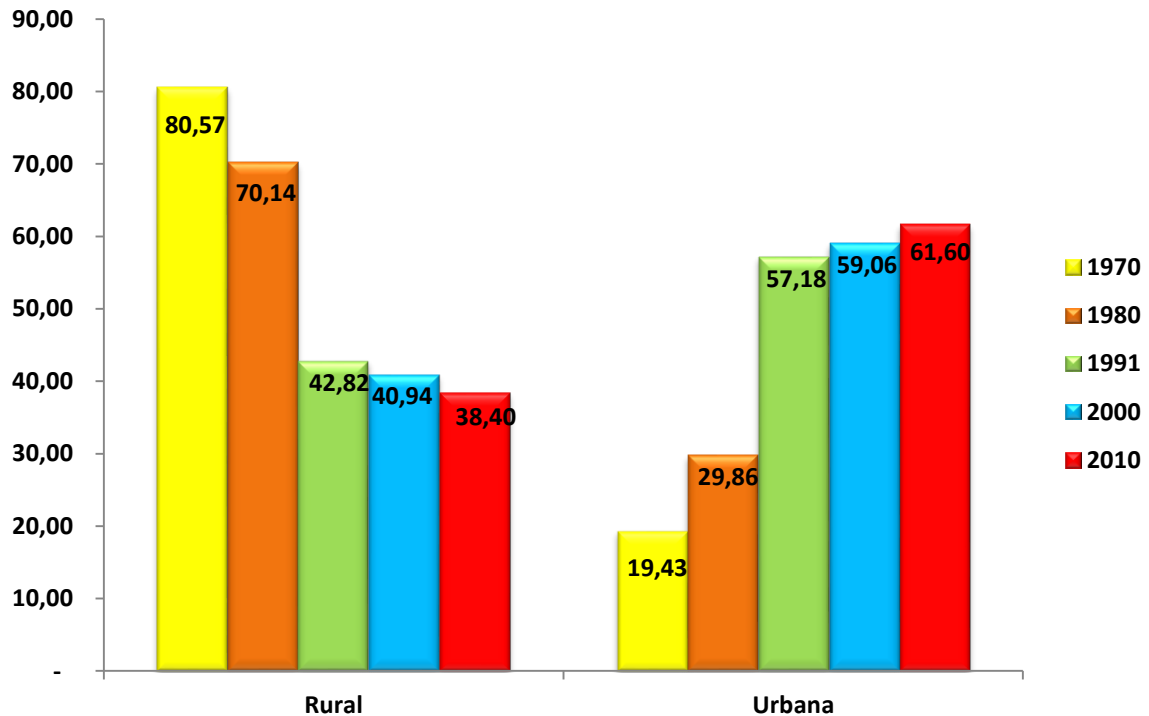


Fonte: Setores Censitários / Censo Demográficos, IBGE (2010).

A Figura 4 ilustra a evolução da população urbana e rural no município, de acordo com os censos demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 realizados pelo IBGE.

Acompanhando a tendência nacional, a população urbana vem aumentando mais que a rural.

Figura 4 – Evolução demográfica urbana e rural (%) em Campo Alegre, 1970 a 2010.



Fonte: Setores Censitários / Censo Demográfico, IBGE (2010).

A Tabela 2 mostra a taxa de crescimento da população entre os censos demográficos no município.

Tabela 2 – Taxa de crescimento intercensitária da população residente.

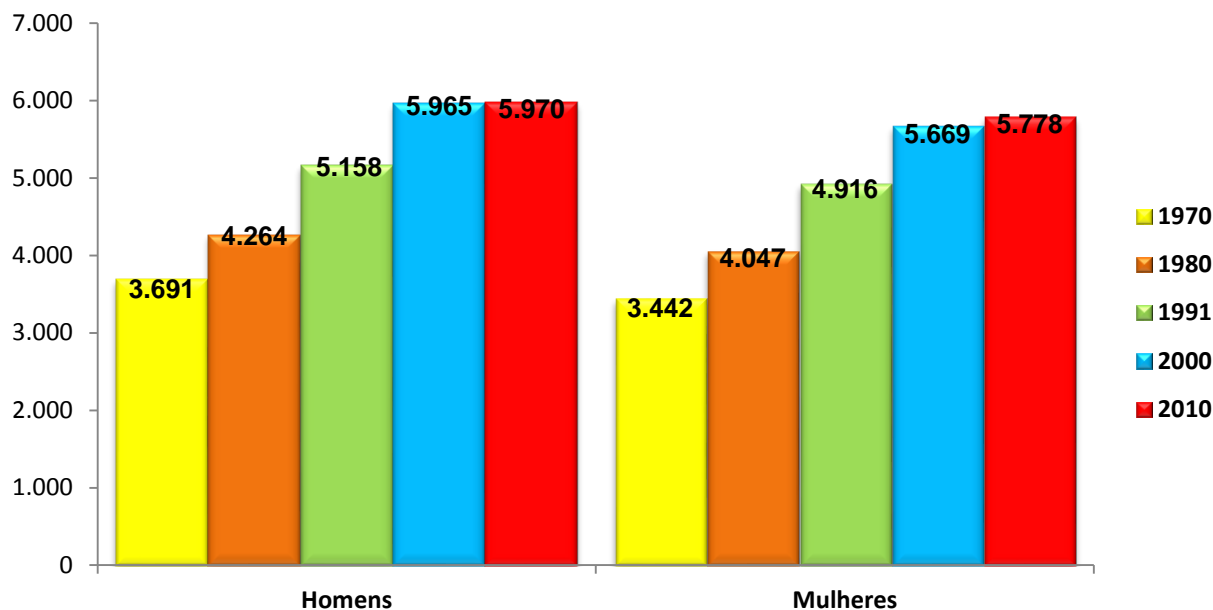
Período	1970 - 1980	1980 - 1991	1991 - 2000	2000 - 2010
Urbana	79,08%	132,07%	19,29%	5,33%
Rural	1,43%	-25,99%	10,41%	-5,29%
Total	16,51%	21,21%	15,49%	0,98%

Fonte: Censos Demográficos, IBGE.

Quanto ao gênero, verifica-se que a população é muito bem dividida (Figura 5 e Tabela 3), com aproximadamente 50%. Observa-se, então, que os homens são a maioria desde o início de sua emancipação, permanecendo até os dias de hoje, porém, cabe salientar que essas diferenças são muito pequenas a distribuição entre os gêneros.



Figura 5 – População residente de acordo com o gênero.



Fonte: Censos Demográficos, IBGE.

Tabela 3 – População residente em Campo Alegre, segundo o gênero, 1970 a 2010.

Gênero	População Campo Alegre (gênero)				
	1970	1980	1991	2000	2010
Homens	3.691	4.264	5.158	5.965	5.970
Mulheres	3.442	4.047	4.916	5.669	5.778
Total	7.133	8.311	10.074	11.634	11.748

Fonte: Censos Demográficos, IBGE.

2.2.2 Projeção populacional

Seguindo os preceitos do presente diagnóstico, foram elaboradas projeções da população com vistas a estimar o número total de habitantes em um horizonte de vinte anos, levando em consideração dados oficiais do DATASUS.

Estes números foram obtidos por meio de modelos estatísticos e podem sofrer inúmeras interferências, visto a dinamicidade de um município como Campo Alegre, cuja atividade econômica vem apresentando sinais claros de mudança ao longo dos últimos anos. Portanto, o objetivo é apresentar uma base considerando a trajetória da evolução populacional durante o período 2007-2013.

Dentre os modelos estatísticos estimados, concluiu-se que o melhor resultado obtido foi o de um modelo autorregressivo integrado de média móvel (ARIMA 0, 1, 1). O modelo adotado permite estimar i) a previsão para a população residente do município de Campo Alegre e ii) os limites superior e inferior para a



projeção dessa população em um intervalo de confiança de 95%. Os resultados da estimativa são apresentados na Tabela 4 e ilustrados na Figura 6.

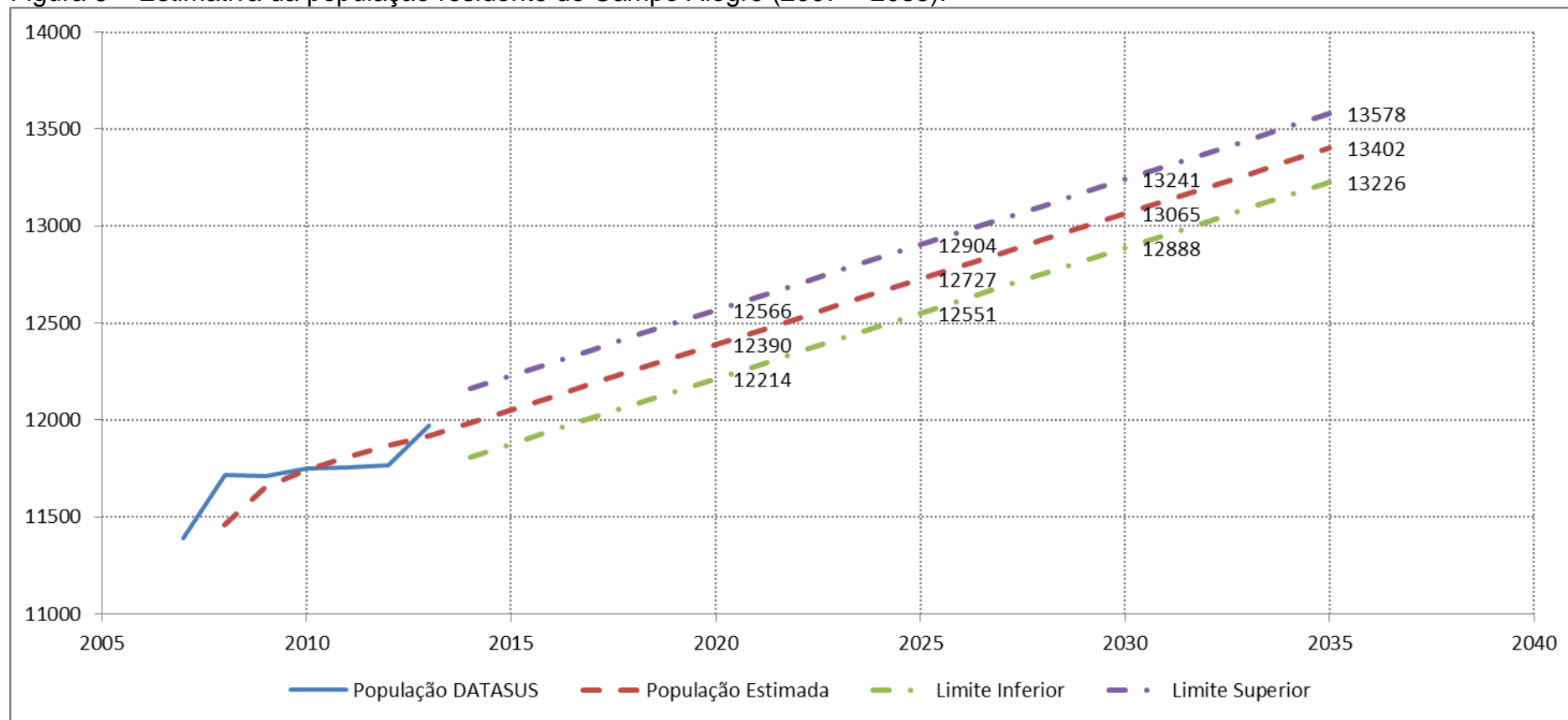
Tabela 4 – Estimativa da população residente de Campo Alegre (2007 – 2035)

Ano	População DATASUS	População Estimada	Erro Padrão	Limite Inferior	Limite Superior
2007	11391				
2008	11715	11458			
2009	11713	11654			
2010	11748	11741			
2011	11757	11810			
2012	11766	11867			
2013	11972	11918			
2014		11985	90	11809	12162
2015		12053	90	11876	12229
2016		12120	90	11944	12297
2017		12188	90	12011	12364
2018		12255	90	12079	12431
2019		12323	90	12146	12499
2020		12390	90	12214	12566
2021		12458	90	12281	12634
2022		12525	90	12349	12701
2023		12592	90	12416	12769
2024		12660	90	12484	12836
2025		12727	90	12551	12904
2026		12795	90	12618	12971
2027		12862	90	12686	13039
2028		12930	90	12753	13106
2029		12997	90	12821	13174
2030		13065	90	12888	13241
2031		13132	90	12956	13309
2032		13200	90	13023	13376
2033		13267	90	13091	13443
2034		13335	90	13158	13511
2035		13402	90	13226	13578

Fonte: Elaborado a partir de dados publicados pelo DATASUS.



Figura 6 – Estimativa da população residente de Campo Alegre (2007 – 2035).



Fonte: elaborado a partir de dados publicados pelo DATASUS.



Da regressão estimada, conclui-se que a população residente aumentará a uma taxa de aproximadamente 67 habitantes por ano até 2035. A projeção calculada para a população em 2035 será de 13.402 habitantes, com 95% de chance de ser algum valor dentro do intervalo entre 13.226 e 13.578 habitantes.

Naturalmente, a previsão ignora fatores exógenos que possam alterar a trajetória de crescimento populacional estimada, pois o cálculo considera apenas o ritmo de crescimento dessa população observada no período 2007-2013. Elementos exógenos como, por exemplo, a instalação de empresas de grande porte, com alta demanda de mão de obra não residente no município, pode afetar essa trajetória estimada.

A projeção das populações urbana e rural consiste em cálculo realizado conforme os dados calculados para a população total estimada, portanto, adota-se uma metodologia mais simples, baseada em uma progressão aritmética para a proporção das populações urbana e rural do município. A equação característica da proporção da população urbana é definida por:

$$U_t = a + bt$$

Sendo: U_t : Proporção da população urbana no ano t .
 a : Intercepto calculado.
 b : Coeficiente angular calculado.
 t : Ano.

A proporção da população rural consistirá na simples diferença entre um (equivalente a 100%) e a proporção da população urbana calculada. A equação característica da proporção da população rural é definida por:

$$R_t = 1 - U_t$$

Sendo: R_t : Proporção da população rural no ano t .

Segundo dados dos Censos do IBGE para os anos 2000 e 2010, a proporção da população Urbana de Campo Alegre correspondia a 59,06% em 2000 e 61,60% em 2010 (IBGE, 2014). A proporção da população Rural, por sua vez,



correspondia a 40,94% em 2000 e 38,40% em 2010. O cálculo da equação característica da proporção da população urbana resultou em:

$$U_t = -4,49405 + 0,00254t$$

Os resultados da projeção das populações urbana e rural são apresentados na Tabela 5 e ilustrados na Figura 7.

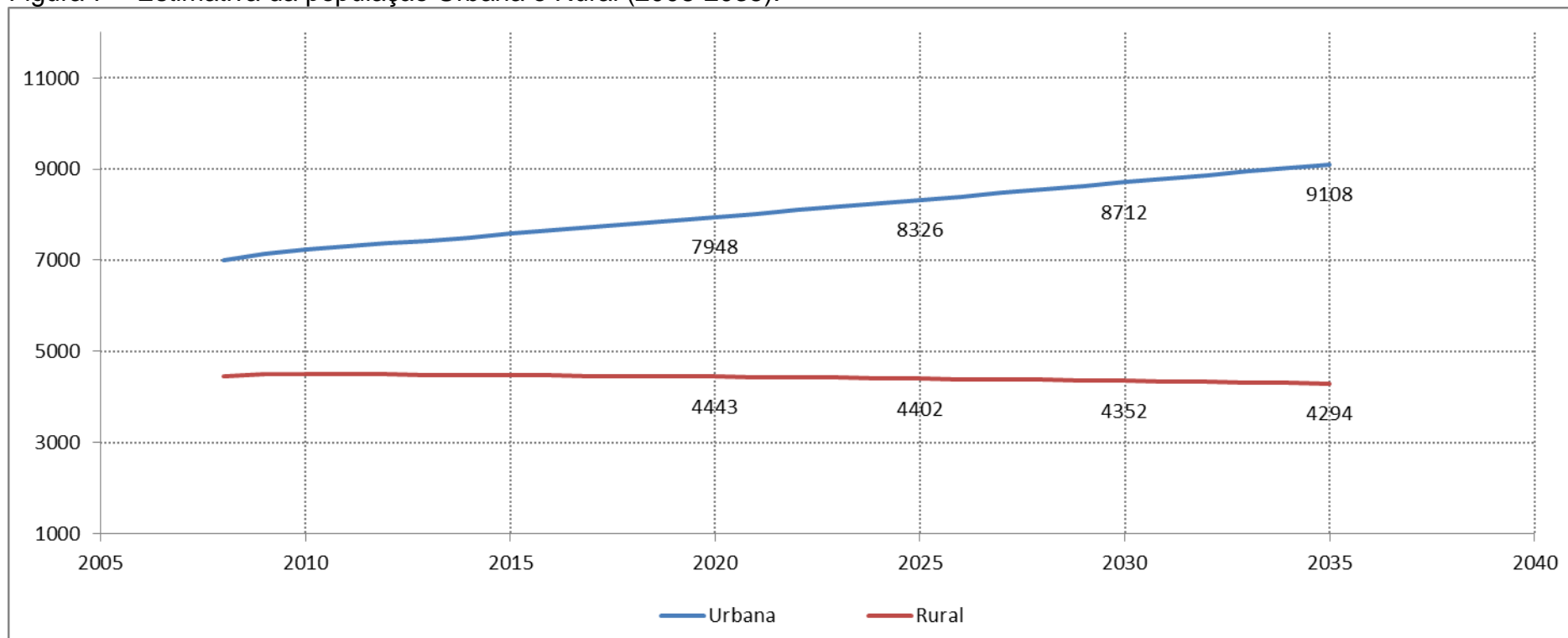
Tabela 5 – Estimativa das populações Urbana e Rural (2008-2035).

Ano	Urbana	Rural	População Estimada	Urbana	Rural
2008	61,09%	38,91%	11458	7000	4458
2009	61,35%	38,65%	11654	7150	4505
2010	61,60%	38,40%	11741	7233	4508
2011	61,86%	38,14%	11810	7305	4505
2012	62,11%	37,89%	11867	7371	4496
2013	62,36%	37,64%	11918	7432	4485
2014	62,62%	37,38%	11985	7505	4480
2015	62,87%	37,13%	12053	7578	4475
2016	63,13%	36,87%	12120	7651	4469
2017	63,38%	36,62%	12188	7725	4463
2018	63,64%	36,36%	12255	7799	4456
2019	63,89%	36,11%	12323	7873	4450
2020	64,14%	35,86%	12390	7948	4443
2021	64,40%	35,60%	12458	8022	4435
2022	64,65%	35,35%	12525	8098	4427
2023	64,91%	35,09%	12592	8173	4419
2024	65,16%	34,84%	12660	8249	4411
2025	65,42%	34,58%	12727	8326	4402
2026	65,67%	34,33%	12795	8402	4393
2027	65,92%	34,08%	12862	8479	4383
2028	66,18%	33,82%	12930	8557	4373
2029	66,43%	33,57%	12997	8634	4363
2030	66,69%	33,31%	13065	8712	4352
2031	66,94%	33,06%	13132	8791	4341
2032	67,20%	32,80%	13200	8869	4330
2033	67,45%	32,55%	13267	8949	4319
2034	67,70%	32,30%	13335	9028	4307
2035	67,96%	32,04%	13402	9108	4294

Fonte: Elaborado a partir de dados do IBGE (2000, 2010).



Figura 7 – Estimativa da população Urbana e Rural (2008-2035).



Fonte: Elaborado a partir de dados do IBGE (2000, 2010).



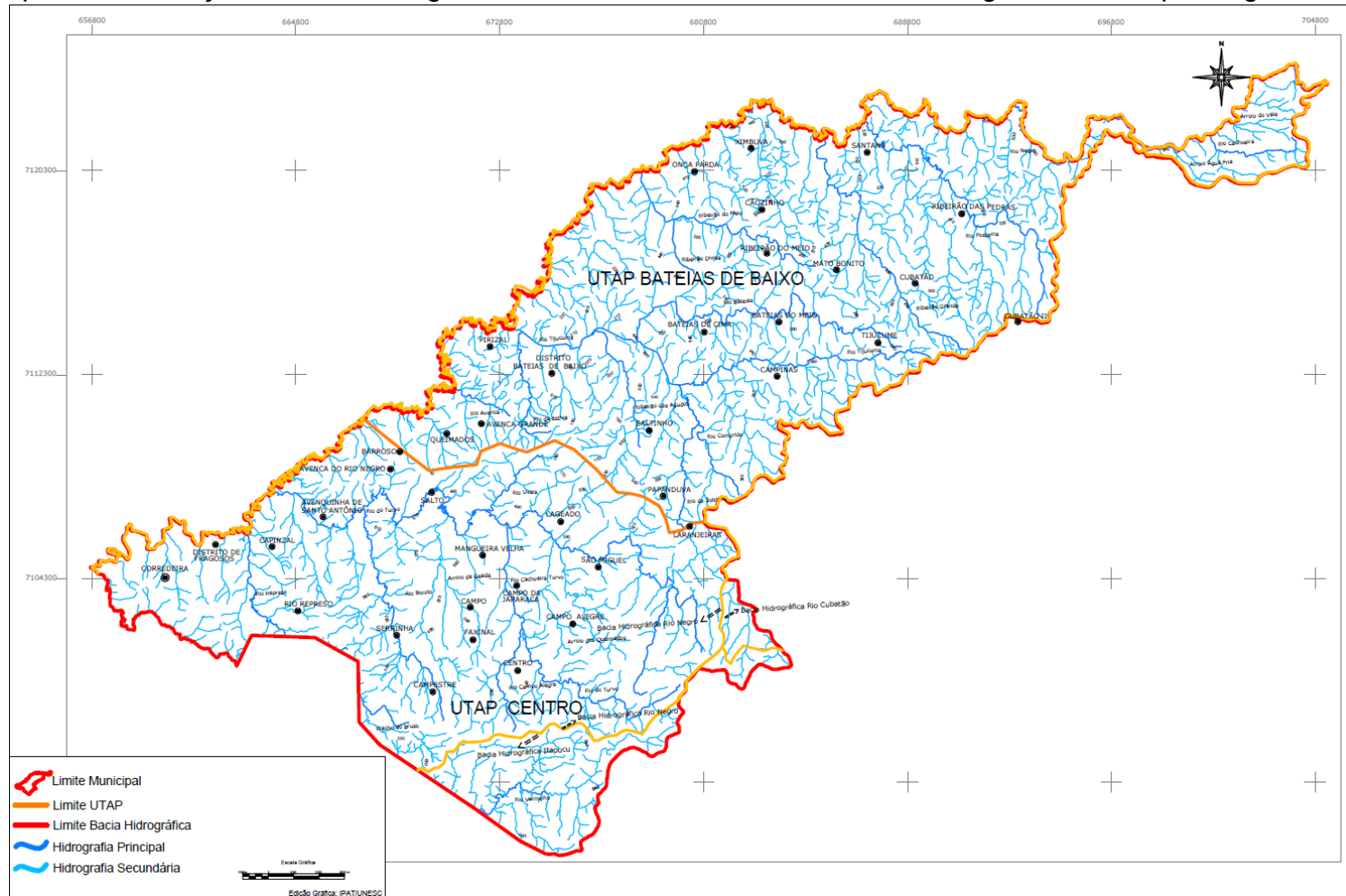
2.3 UNIDADES TERRITORIAIS DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO

Conforme a descrição da metodologia abordada no Capítulo 3 deste trabalho, a concepção das UTAP para o Diagnóstico Social seguiu uma delimitação diferenciada, com base em características locais, o que coincidiu com os setores censitários do IBGE e permitiu a utilização de dados dos Setores Censitários/Censo Demográfico (IBGE, 2010). Compõem esta divisão as UTAP Centro e Bateias de Baixo.

A Figura 8 ilustra a delimitação das unidades de análise considerada neste diagnóstico e a Tabela 6 os bairros e localidades pertencentes às UTAP.



Figura 8 – Mapa de delimitação das UTAP segundo os Setores Censitários/Censo Demográfico – Campo Alegre, 2010.



Fonte: IPAT/ UNESC, 2015.



Tabela 6 – Relação de bairros e localidades pertencentes a cada UTAP.

UTAP Bateias de Baixo	UTAP Centro
Bairro/ Localidade	Bairro / Localidade
Agudos do Sul	Avenca do Rio Negro
Avenca do Rio Negro	Avenquinha
Avenca Grande	Avenquinha de Santo Antônio
Bateias de Cima	Barrosos
Bateias do Meio	Bela Aliança
Campestre	Campestre
Campinas	Campo da Jararaca
Canguera	Capinzal
Cãozinho	Corredeira
Cubatão	Distrito de Fragosos
Cutabão II	Faxinal
Distrito de Bateias de Baixo	Fragosos
Mato Bonito	Mangueira Velha
Onça Parda	Ortiga Preta
Papanduva	Rio Represo
Papanduvinha	Rio Vermelho
Pavão	Salto
Pinhal	Serrinha
Pirizal	Serrinha Gatz
Postinho	Servidão
Queimados	
Ribeirão das Pedras	
Ribeirão do Meio	
Saltinho	
Santana	
Tijucuma	
Ximbuva	

Fonte: IPAT/UNESC,2015.

A UTAP Centro está localizada na região sul do município de Campo Alegre, esta compreende a maior concentração de residentes e faz limite ao Noroeste com o município de Piên (Paraná), ao Norte com a UTAP Bateias de Baixo, ao leste com o município de Joinville, ao sudoeste com São Bento do Sul e ao sudeste com o Jaraguá do Sul.

A UTAP Centro é composta por 34 Setores Censitários, possui uma área de aproximadamente 269,15 Km² com uma densidade demográfica de aproximadamente 29,63 pessoas por Km². Esta unidade de análise é composta por



20 bairros e localidades. Residem nela 7.974 pessoas, representando 67,88% da população total de Campo Alegre (Tabela 7).

Tabela 7 – Informações demográficas, segundo a UTAP – Campo Alegre, 2010.

UTAP	Nº setores censitários	População total		Área (Km ²)	Dens. Demográfica (hab./km ²)
		Total	%		
Bateias de Baixo	11	3.774	32,12%	229,61	16,44
Centro	34	7.974	67,88%	269,15	29,63
Total	45	11.748	100,00%	498,76	23,55

Fonte: Setores Censitários/Censo Demográfico, IBGE (2010).

A UTAP Bateias de Baixo está localizada na região norte, tendo como limites os municípios de Agudos do Sul (Paraná) ao norte, ao leste Garuva e Joinville e, ao sul, a UTAP Centro.

A UTAP Bateias de Baixo possui 3.774 residentes, simbolizando 32,12% da população do município. Possui uma área aproximada de 229,61 Km² e tem 16,44 pessoas por Km². Estão inseridos nesta área 27 bairros/localidades.

Tabela 8 – População por cor ou raça segundo a UTAP – Campo Alegre, 2010.

Raça/Cor	Bateias de Baixo	Centro	Total
Brancos	3.149	6.680	9.829
Pretos	36	230	266
Amarelos	17	24	41
Pardos	571	1.003	1.574
Indígenas	1	2	3

Fonte: Setores Censitários/Censo Demográfico, IBGE (2010).

A divisão da população por gênero em Campo Alegre é simétrica, com uma pequena predominância masculina (5.970 residentes em 2010).

A UTAP Bateias de Baixo segue esta tendência, são 1.974 residentes do sexo masculino (52,31% da população total), mesmo Cenário na UTAP Centro, onde a população masculina soma 3.996 residentes (50,11% da população total) conforme Tabela 9. Cabe lembrar que os números abordados são referentes às entrevistas efetivadas pelo IBGE durante o censo demográfico de 2010.

Tabela 9 – População por gênero segundo a UTAP – Campo Alegre, 2010.

UTAP	Feminino		Masculino	
	Total	%	Total	%
Bateias de Baixo	1.800	47,69%	1.974	52,31%
Centro	3.978	49,89%	3.996	50,11%



UTAP	Feminino		Masculino	
	Total	%	Total	%
Total	5.778	49,18%	5.970	50,82%

Fonte: Setores Censitários/Censo Demográfico, IBGE (2010).

Vale ressaltar que a diferença entre gêneros é muito pequena, tanto no município quanto nas unidades de análise, sendo as predominâncias determinadas por poucos residentes.

Outro aspecto importante a ser abordado é faixa etária de uma população. Neste trabalho, serão utilizadas 3 faixas de idades: crianças – de 0 a 14 anos; jovens e adultos – de 15 a 64 anos; e idosos – com 65 anos ou mais. A Tabela 10 apresenta a população das UTAP de acordo com as faixas de idade para o ano de 2010.

Tabela 10 – População por faixa etária segundo a UTAP – Campo Alegre, 2010.

UTAP	Crianças		Jovens e Adultos		Idosos	
	(0 a 14 anos)		(15 a 64 anos)		(65 anos ou mais)	
	Total	%	Total	%	Total	%
Bateias de Baixo	921	24,40%	2.535	67,17%	318	8,43%
Centro	1.926	24,26%	5.374	67,69%	639	8,05%
Total	2.847	24,31%	7.909	67,52%	957	8,17%

Fonte: Setores Censitários/ Censo Demográfico, IBGE (2010).

Analisando o município de Campo Alegre como um todo, percebe-se que em todas as unidades territoriais de análise a população jovem e adulta sobressai às demais faixas de idade em mais de 67%; logo, seguem as crianças, representando, em média, 24% dos habitantes e os idosos, aproximadamente 8%.

Na UTAP Bateias de Baixo, na faixa etária da população jovem e adulta que mais concentra habitantes está entre 15 e 19 anos, com 310 pessoas, seguido pela faixa entre 30 e 34 anos com 302 pessoas, ambas com números de homens superiores ao das mulheres. Por sua vez, a população de crianças, a qual aparece em segundo lugar no geral, na divisão aparece com maior número de pessoas por faixa etária, com 369 pessoas entre 10 e 14 anos, e 314 entre 5 e 9 anos, mantendo maior número do gênero masculino. Já entre os idosos, a população entre 70 e 74 é a mais significativa, com 108 pessoas, ao contrário das outras faixas apresentadas, neste gênero, o feminino se sobressai ao masculino.



Na UTAP Centro, entre os adultos, há maior concentração de habitantes entre 25 e 29 anos, 683 pessoas, sendo o gênero feminino a maioria. Na população de crianças, destaque para a população entre 10 e 14 anos, 718 pessoas, apresentando maior número de mulheres e entre os idosos, a faixa entre 65 e 69 anos conta com 237 pessoas, também com maior número de mulheres.

A partir dos dados apresentados, é possível fazer algumas considerações:

1) A população está concentrada na UTAP Centro do município, sendo a mesma comparada com a UTAP Bateias de Baixo, havendo uma média de 50% maior em número de habitantes.

2) A estrutura etária é muito semelhante entre as UTAPs: em torno de 24% são crianças, 67% são jovens e adultos e 8% são idosos; da mesma forma, a diferença entre gêneros é muito pequena, com predominância masculina no município.

2.4 CARACTERÍSTICAS HABITACIONAIS

Este item busca traçar um quadro das condições gerais de habitação da população de Campo Alegre. Como base para este perfil, são utilizados os dados dos Setores Censitários/Censo Demográfico, IBGE (2010).

2.4.1 Perfil de ocupação domiciliar

Segundo os Setores Censitários/Censo Demográfico (IBGE, 2010), o município de Campo Alegre possui 3.631 domicílios particulares permanentes. Na distribuição por UTAP, 1.165 domicílios (32,08%) estão na UTAP Bateias de Baixo e 2.466 (67,92%) na UTAP Centro. Para traçar um perfil de ocupação domiciliar, serão consideradas as seguintes situações domiciliares, conforme o IBGE: (1) próprios; (2) alugados; (3) cedidos e (4) outras formas de ocupação. A Tabela 11 apresenta a situação dos domicílios no município de Campo Alegre conforme a sua situação.

Na UTAP Bateias de Baixo, o número de domicílios próprios e quitados totalizam 1.040 (89,27%) da área. Aqueles alugados totalizam 55, 4,72% dos domicílios desta UTAP, sendo a segunda condição mais comum. Logo, tem-se a



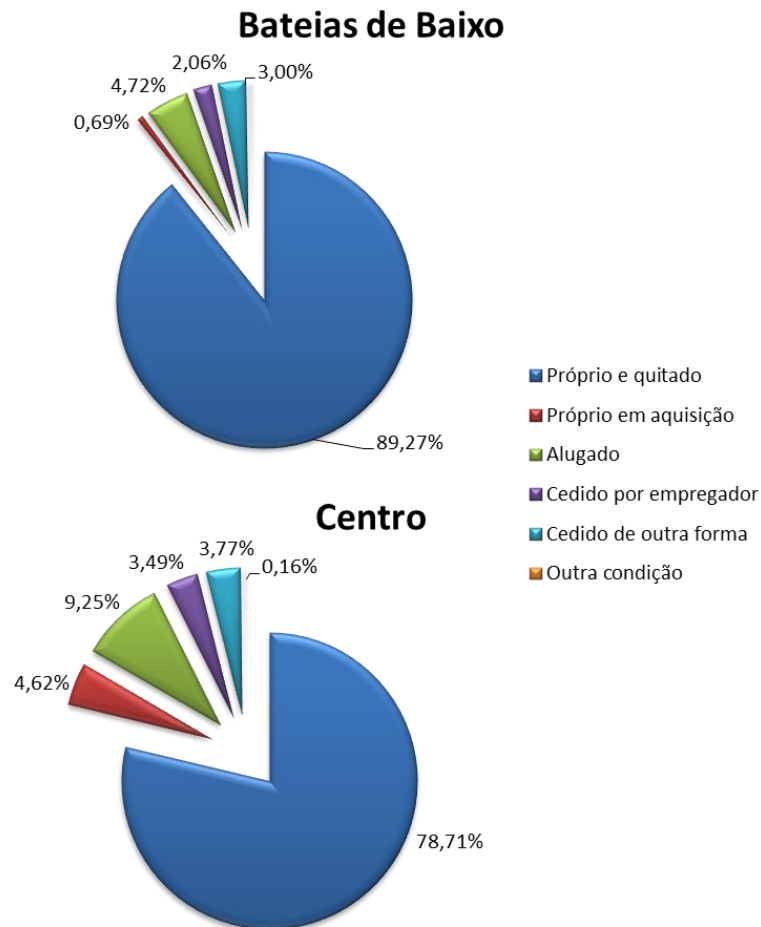
condição Cedido de outra forma, com 35 domicílios (3%), Cedido ao empregador, 24 domicílios (3,03%).

Tabela 11 – Domicílios por situação segundo a UTAP – Campo Alegre, 2010.

Condição	UTAP		Total
	Bateias de Baixo	Centro	
Próprio e quitado	1.040	1.941	2.981
Próprio em aquisição	8	114	122
Alugado	55	228	283
Cedido por empregador	24	86	110
Cedido de outra forma	35	93	128
Outra condição	3	4	7
Densidade domiciliar média	3,24	3,23	3,24
Total	1.165	2.466	3.631

Fonte: Setores Censitários/ Censo Demográfico, IBGE (2010).

Figura 9 – Domicílios por situação segundo a UTAP – Campo Alegre, 2010.



Fonte: Setores Censitários/Censo Demográfico, IBGE (2010).



Na UTAP Centro há 1.941 domicílios próprios (78,71%). Os domicílios alugados totalizam 228 domicílios (9,25%). Na condição próprio por aquisição, há 114 domicílios, 4,62% do total da área abordada, há também parcela da condição cedido de outra forma totalizando 93 domicílios (3,77%), há também parcela de domicílios cedido pelo empregador, totalizando 86 (3,49%), e 04 domicílios por outras condições.

2.4.2 Saneamento

2.4.2.1 Abastecimento de Água

Campo Alegre apresenta Sistema de Abastecimento de Água - SAA operado pela Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental – SMSA. De acordo com dados do Setor de Administração da SMSA de 2014, a SMSA atende 2.629 ligações habitantes, sendo 55% da população central e 45% da população dos distritos.

O Sistema de Abastecimento de Água - SAA de Campo Alegre é feito através da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental – SMSA, também denominada de “Águas de Campo Alegre”. O atendimento é feito pela SMSA através de 1.443 ligações na área central e em alguns bairros de Campo Alegre, tais como: Centro, Vila Scheid, Mutirão Bela Vista, Paraíso Verde e Cascata Vila Cedro e 1.186 ligações em alguns distritos do município, tais como: São Miguel, Lajeado I, Bateias de Baixo, Avenquinha I, Fragosos, Rodeio de Santa Cruz, Lajeado II, Avenquinha II.

Alguns bairros não atendidos são: Saltinho, Bateias de Cima, Ribeirão do Meio, Santana, Cubatão e Salto, que são atendidos por associações (SAC), porém não possuem um responsável legal e não realizam o tratamento de desinfecção.

A ETA Central – SMSA é responsável pelo abastecimento de água de aproximadamente 48% da população do município de Campo Alegre, sendo que a água bruta é abastecida por uma captação por gravidade do Alto do rio Turvo.

Entre as formas consideradas adequadas de esgotamento sanitário (rede de esgoto ou fossa séptica), em 2010, o município apresentava 90,09% dos domicílios com escoamento sanitário adequado. Portanto, o Município apresentava 9,91% de domicílios com escoamento sanitário inadequado. Apesar de Campo



Alegre apresentar percentuais de indicadores sanitários positivos, a melhoria da infraestrutura sanitária apresenta-se como um desafio entre as infraestruturas básicas precárias que o Município deverá avançar para possibilitar uma melhor condição básica de qualidade habitacional. Um dos indicadores da condição sanitária e da precariedade habitacional é o de domicílios que possuem fossa rudimentar, um indicador que apresenta um percentual em Campo Alegre de 5,13%.

- Na área urbana, a forma de esgotamento sanitário mais utilizada é a fossa séptica (84,63%), seguida pela rede de esgoto geral ou pluvial (6,32%). Na área rural, as formas mais utilizadas são as fossas séptica (88,61%), e fossa rudimentar (5,29%).

- Em 2010 eram 3.620 domicílios com banheiro ou sanitário na propriedade. Destes, 2.242 (61,93%) encontravam-se na área urbana e os 1.378 restantes (38,07%) na área rural. O município possui 23 domicílios que não possuem banheiros ou sanitários, um problema grave, que implica situação de risco ambiental e de saúde pública. Estes domicílios encontram-se tanto na área urbana como na rural.

2.4.3 Manejo de resíduos sólidos

De acordo com levantamento junto à Prefeitura Municipal de Campo Alegre (PMCA), a coleta e o transporte dos resíduos sólidos urbanos são realizados pela empresa Transresíduos Transportes de Resíduos Industriais LTDA. Segundo informações da PMCA, a coleta dos RSU abrange 100% da área urbana e 80% da área rural. Campo Alegre terceiriza a coleta seletiva do município com a empresa Transresíduos Transportes de Resíduos LTDA e encaminha os materiais recicláveis para a empresa Reciclagem Campo Alegre LTDA ME, localizada em Lageado. Seria importante para o município intensificar as ações de educação ambiental com a população para melhorar a quantidade e qualidade dos materiais a serem triados.

A disposição final dos resíduos sólidos é realizada no aterro industrial HERA SUL Tratamento de Resíduos LTDA, localizado na Estrada Colônia Miranda – Km 3,1, Bairro Colônia Miranda, no município de Rio Negrinho (SC), que também atende ao município de Garuva (SC).



Conforme os dados da pesquisa realizada pelo IBGE em 2010, 3.121 domicílios de Campo Alegre declararam destinar o lixo domiciliar à coleta realizada por serviço de limpeza.

Na pesquisa, também foram identificadas outras formas de destinação final dos resíduos domiciliares. São 522 domicílios que não têm como destino final do lixo produzido o serviço de limpeza. Dentre as formas utilizadas, destaca-se o lixo queimado na propriedade com 377 domicílios, por outro destino com 111 domicílios, enterrado na propriedade com 31 domicílios e 03 domicílios com lixo jogado em terreno baldio ou logradouro.

No tocante à análise das Unidades Territoriais de Análise e Planejamento, é possível verificar situações semelhantes entre as áreas. Na UTAP Bateias de Baixo, 71,93% (820) dos domicílios são atendidos pela coleta de lixo pelo serviço de limpeza do município. Como formas alternativas à coleta, a opção utilizada é a queima na propriedade, 25,53% (291 domicílios).

Em relação à UTAP Centro, 2.226 domicílios ou 91,83% têm seu lixo domiciliar coletado, outros 85 domicílios utilizam como opções a queima (3,51%), 06 domicílios enterram e 105 encontram outros destinos, representando 0,25% e 4,33% respectivamente.

2.4.4 Energia elétrica

Atualmente, o fornecimento de energia elétrica de Campo Alegre é realizado pela Celesc. Na Tabela 12 estão detalhadas as classes de consumo.

Tabela 12 – Classes de consumo atendidas em Campo Alegre, 2014.

Classes de Consumo	Quantidade	%
Residencial	3.801	70,41%
Industrial	267	4,95%
Rural	1.228	22,75%
Outros *	102	1,89%
Total	5.398	100%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos junto a Celesc.

* Poder público, Iluminação pública, empresas setor público e consumo próprio.

Grande parte do consumo é destinado ao uso residencial, sendo 3.801 unidade consumidoras (70,41%), seguidas por ligações rurais, com 1.228 unidades



(22,75%), industrial (4,95%), com 267 unidades e os demais setores somam 102 unidades (1,89%), somados pelo poder público, iluminação pública, empresas do setor público e consumo próprio.

Em contrapartida, a Tabela 13 apresenta os dados de uso de energia elétrica para o município de Campo Alegre, segundo a situação dos domicílios, com base nos dados do IBGE (2010). Neste caso, há contabilidade dos domicílios que se encontravam ocupados durante a realização da pesquisa, o que contrasta com os dados obtidos junto das companhias.

Tabela 13 – Existência de energia elétrica por zona rural e urbana – Campo Alegre, 2010.

Existência de energia elétrica	Localização domicílio	
	Urbana*	Rural*
Total	2.266	1.379
Companhia distribuidora	2.255	1.374
Companhia distribuidora - com medidor	2.241	1.372
Companhia distribuidora - com medidor - de uso exclusivo	2.111	1.292
Companhia distribuidora - com medidor - comum a mais de um domicílio	130	78
Companhia distribuidora - sem medidor	14	2
Outra fonte	3	2
Não tinham	6	5

Fonte: Censo demográfico, (IBGE, 2010). * Divisão segundo SIDRA / IBGE.

De acordo com dados do Censo Demográfico (IBGE, 2010), 93,41% dos domicílios entrevistados possuem energia elétrica. Destes, 62,52% estão na área urbana e o restante (37,61%) está situado na zona rural. Em ambas as áreas, há ocorrência de domicílios que se utilizam de outra fonte de energia elétrica (0,14%) e também domicílios que não contam com a mesma (0,44%).

2.5 INFRAESTRUTURA

No que diz respeito à infraestrutura existente no município de Campo Alegre, as informações, para melhor compreensão, serão separadas em grupos:



sistema público, sistema de comunicação local e infraestrutura. Estes dados foram baseados em contato com a Prefeitura Municipal.

2.5.1 Sistemas públicos

Atualmente, Campo Alegre é atendida por unidades da Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e Defesa Civil.

A Polícia Militar conta com efetivo de 13 policiais, os mesmos divididos nas funções administrativas, de comando, atendimento ao público e patrulhamento.

O Corpo de Bombeiros de Campo Alegre conta com o efetivo de oito pessoas. Esta corporação desenvolve o projeto bombeiro comunitário, no qual qualquer pessoa pode participar. Trata-se de um curso onde as pessoas são capacitadas a prestarem os primeiros socorros, prevenção de riscos de incêndios e como reagir, caso este ocorra. O curso é aplicado pelo efetivo do Corpo de Bombeiros, periodicamente, nas empresas da cidade.

A Defesa Civil do município conta com um coordenador, sendo o único funcionário. Quando há ocorrência, os trabalhos são realizados junto ao corpo bombeiro local.

Com relação à Polícia Civil, há no município 02 efetivos.

2.5.2 Sistemas de comunicação

A comunicação em grande escala ocorre por meio de TV aberta. Localmente, o município tem como meio de comunicação a rádio Hortência Ltda- BAND FM- 91.5 MHZ, A.C.C. Associação de Comunicação Comunitária - Rádio Cidade FM- 87.9 MHZ.

O Portal campoalegre.com fornece uma gama de informações locais, bem como os eventos do município. Além destes, conta com o jornal municipal “Notícias da Serra”.



2.5.3 Infraestrutura

Encontram-se em Campo Alegre duas vias estaduais, a SC-416 e SC-418, pavimentadas. A SC-418, que atravessa a sede urbana, no sentido oeste, possui em média 10,4 km indo até o limite do município com São Bento do Sul.

Em contato com o Terminal Rodoviário, foi repassado que Campo Alegre possui 17 linhas intermunicipais atendidas pela empresa Reunidas, sendo a única empresa a prestar serviço na cidade. Quanto ao transporte público, a empresa não dispõe de nenhum meio oficial e as pessoas se deslocam através de um micro-ônibus.

O município de Campo Alegre conta com uma variedade de igrejas, sendo 24 delas católicas, as quais são citadas abaixo na Tabela 14.

Tabela 14 – Igrejas Católicas no Município de Campo Alegre, 2015.

Igrejas Católicas	Localização
Igreja Santíssima Trindade (Matriz)	Centro
Igreja Nossa Senhora Aparecida	Avenca do Rio Negro
Igreja Santo Antonio	Avenquinha
Igreja Sagrado Coração de Jesus	Bateias de Baixo
Igreja São Pedro e São Paulo	Bateias de Cima
Igreja Nossa Senhora da Paz	Belo Horizonte
Igreja São Sebastião	Campina dos Farias
Igreja Sagrada Família	Campina dos Simões
Igreja Senhor Bom Jesus	Corredeiras
Igreja São João Batista	Cubatão
Igreja Imaculada Conceição	Fragosos
Igreja Senhor Bom Jesus	Lageado
Igreja São Judas Tadeu	Laranjeiras
Igreja Santa Paulina	Papanduvinha
Igreja Nossa Senhora de Fátima	Queimados
Igreja Imaculado Coração de Maria	Ribeirão do Meio
Igreja Nossa Senhora das Graças	Rodeio Santa Cruz
Igreja Nossa Senhora Aparecida	Saltinho
Igreja Santa Terezinha	Salto
Igreja Santa Ana	Santana
Igreja São Miguel Arcanjo	São Miguel
Igreja São Pedro	Serrinha
Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	Tijucume
Igreja Santo Antônio	Ximbuva

Fonte: Prefeitura de Campo Alegre.



Além das igrejas católicas, há em Campo Alegre, conforme registros, mais 08 Igrejas. São elas: Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, localizada na rua Cel. Bento de Amorim/Centro; Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (Centro Social de Realização de Cultos) localizada no bairro Avenquinha, três Igrejas Evangélicas Assembleia de Deus, sendo que a Igreja Sede está localizada na rua Benjamin Constant/Centro; e outras duas nos bairros Bateias de Baixo e Fragosos, Igreja em Células no centro do município, Igreja Salão do Reino das Testemunhas de Jeová no bairro Cascata e Igreja Deus é Amor, localizada também no bairro Cascata.

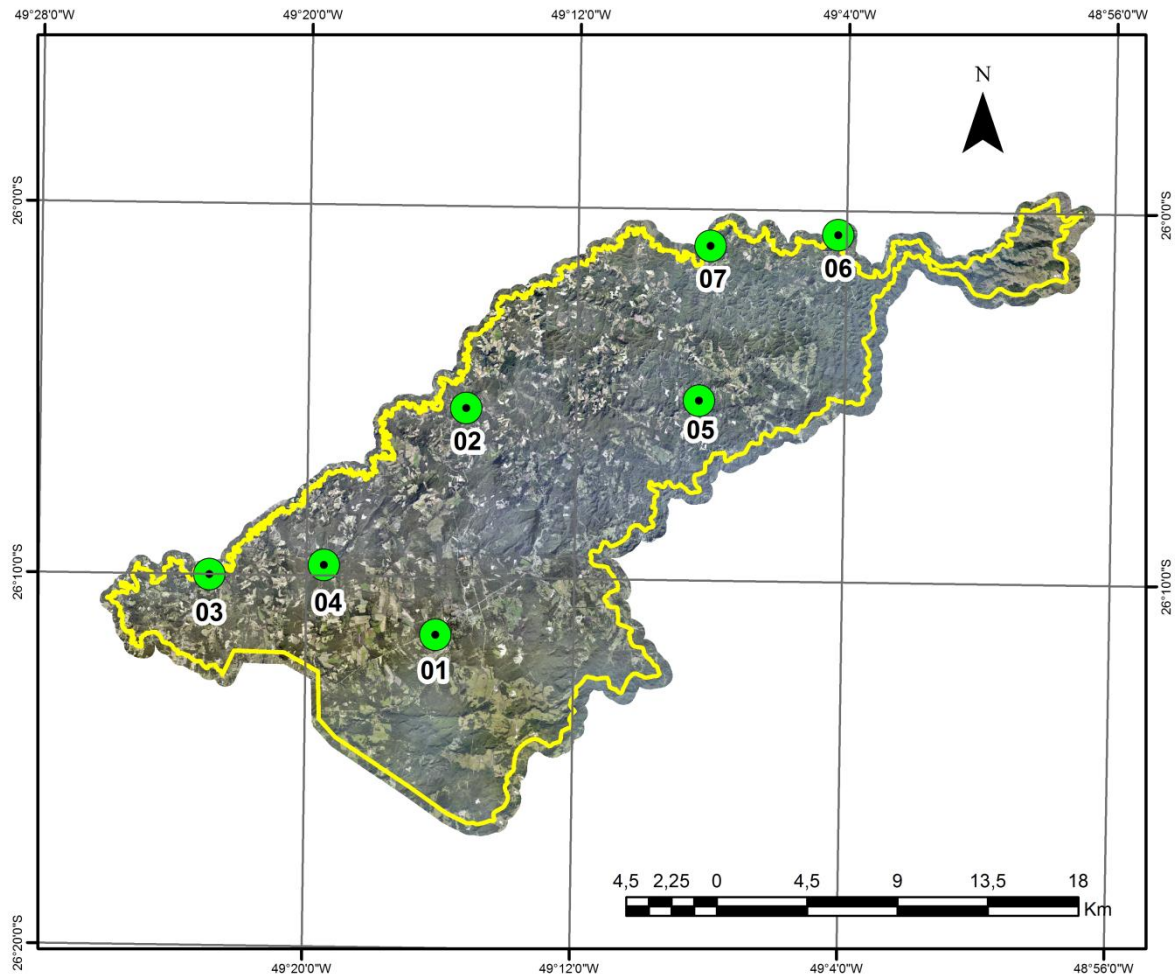
Campo Alegre conta com 07 cemitérios, sendo eles:

- Cemitério Municipal - Centro / Rua Jorge Lacerda.
- Cemitério Municipal de Bateias de Baixo - Rua Júlia Pazda.
- Cemitério Comunitário Ecumênico de Fragosos - Rua Fernando Jung.
- Cemitério Comunitário de Avenquinha - RM-080.
- Cemitério Comunitário de Tijucume - RM-250.
- Cemitério Comunitário de Rodeio de Santa Cruz - RM-300.
- Cemitério Comunitário de Santana - Em Uma servidão de passagem na

lateral da RM-230.

A Figura 10 apresenta uma noção da distribuição dos cemitérios no município.

Figura 10 - Localização dos Cemitérios em Campo Alegre.



Fonte IPAT/UNESC, 2016.

Segundo Kemerich, Ucker e Borba (2012), os cemitérios, como qualquer outra instalação que afete as condições naturais do solo e das águas subterrâneas, são classificados como atividade com risco de contaminação ambiental. A razão disso é que o solo em que estão instalados funciona como um filtro das impurezas depositadas sobre ele. O processo de decomposição de corpos libera diversos metais que formam o organismo humano, sem mencionar os diferentes utensílios que acompanham o corpo e o caixão em que ele é sepultado.

O risco da contaminação existe. No entanto, a confirmação de que os cemitérios de Campo Alegre podem ou não estar contaminando o solo, água superficial e a água subterrânea, depende da análise de um diagnóstico ambiental detalhado, abrangendo estudos de caracterização da qualidade de solos, água superficial e subterrânea.



2.6 SAÚDE

Na descrição das práticas de saúde e saneamento, foram utilizadas informações das ESF ligadas à Secretaria Municipal de Saúde de Campo Alegre. Para a elaboração dos indicadores de saúde (IDHM, longevidade, fecundidade, natalidade e mortalidade infantil) foram consultados os Atlas do Desenvolvimento Humano do PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano – edições de 2000 a 2010, a Secretaria do Estado da Saúde de Santa Catarina, dados do DATASUS e IBGE.

Além destes, foram também consultadas as ESF para se obter o número de crianças de 0 a 2 anos que apresentaram problemas nutricionais durante 2014 e o número de casos das Doenças Relacionadas ao Saneamento Ambiental Inadequado (DRSAI). Foi consultada também a biblioteca virtual do Ministério da Saúde sobre as DRSAI.

2.6.1 Práticas de saúde e saneamento

O Município de Campo Alegre, assim como os demais municípios brasileiros, possui o PSF – Programa de Saúde da Família, voltado ao atendimento dos habitantes. De acordo com a Secretaria de Saúde, o PSF é subdividido em duas unidades de ESF – Estratégia de Saúde da Família, que atende 6.052 habitantes, distribuídos em 1.834 famílias. As ESFs e postos de saúde contemplam as seguintes áreas de atuação, conforme apresenta a Tabela 15. Vale ressaltar que há no município de Campo Alegre um hospital público.

Tabela 15 – Bairros e localidades pertencentes a cada ESF.

PSF			
ESF 001	ESF 002	U.S.B. 003	P.S 004
Bateias de Cima	Bateias de Baixo	Fragosos	Posto de Saúde Central
Campinas dos Farias	Bateias de Baixo	Fragosos*	Lageado*
Rodeio Grande	Saltinho	Corredeiras*	Campestre*
Cubatão	Queimados	Rio Represo*	São Miguel*
Santana	Papanduvinhas	Fundão*	Laranjeira*
Tijucume	Pirizal*	Capinzal*	Bela Vista*
Ribeirão do Meio	Avenca*	Ribeirão*	Cascatas*
Mato Bonito*	Cerro*	Encruzilhada*	Vila Cedro*
Cãozinho*	-	-	Faxinal*



PSF			
ESF 001	ESF 002	U.S.B. 003	P.S 004
Bateias de Cima	Bateias de Baixo	Fragosos	Posto de Saúde Central
Onça Parda*	-	-	Serrinha*
Ximbuva*	-	-	Avenca do Rio Negro*
Ribeirão das Pedras*	-	-	Santo Antônio*
Bateias do Meio*	-	-	Belo Horizonte*
-	-	-	Vila Scheider*
-	-	-	Avenquinha*
-	-	-	Salto*

Fonte: Secretária Municipal de Saúde de Campo Alegre. *Comunidades atendidas nas unidades de saúde com atendimento médico, porém, sem o serviço de ESF/ serviço de agente comunitária.

Os serviços prestados pelo PSF nas ESFs variam conforme as necessidades de cada comunidade integrante. Nas unidades de saúde são realizadas: consultas médicas, atendimento de emergência, visita domiciliar aos acamados e pacientes com necessidades especiais. Essas unidades também possuem agentes de saúde que visitam as famílias mensalmente, para identificar suas necessidades e problemas a serem resolvidos pelas unidades.

Atividades desenvolvidas nos Serviços de Saúde do Município:

- Consultas médicas com clínico geral;
- Eletrocardiograma;
- Procedimentos de enfermagem como: curativo, nebulização, aplicação de medicações, verificação de sinais vitais;
- Exame preventivo de câncer ginecológico;
- Exame clínico de mamas;
- Visita domiciliar;
- Atendimento fisioterapia;
- Atendimento psicológico;
- Atendimento com terapeuta ocupacional;
- Consulta de enfermagem;
- Acompanhamento de hipertensos e diabéticos;
- Acompanhamento de gestantes e do crescimento e desenvolvimento da criança;



- Atendimento odontológico, escovação e orientações educativas nas escolas;
- Teste do pezinho;
- Assistência Farmacêutica nas Unidades dispensadoras de Medicação Controlada e Processos de Medicamentos Especiais Unidade de Saúde Central, sendo que os medicamentos básicos são dispensados em todas as Unidades;
- Planejamento Familiar;
- Testes rápidos para sífilis, HIV, hepatites B e C
- Vigilância epidemiológica;
- Vigilância sanitária;
- Programa Nacional de Controle da Dengue;
- Atividades educativas na unidade e comunidade;
- Imunização: vacinas de rotina, imunoespeciais, busca ativa das crianças com esquemas em atraso e vacinas de campanha;
- SISVAN (Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional): na saúde o SISVAN é um instrumento para obter dados de monitoramento do Estado Nutricional e do Consumo Alimentar das pessoas que frequentam as Unidades Básicas do SUS; crianças com baixo peso e obesas recebem acompanhamento de pediatra e nutricionistas;
- Bolsa Família: condicionalidades da saúde, pesagem e vacina, após alimentado o sistema;
- Grupo cessação do tabagismo desenvolvido em todas as Unidades de Saúde;
- Promoção à saúde: palestras nas escolas sobre drogas, sexualidade.

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Campo Alegre.

Entre as práticas de saneamento realizadas pela Vigilância Sanitária está a análise da água para abastecimento humano.



2.6.2 Indicadores de saúde

Dentre os indicadores mais importantes são abordados o IDHM, a longevidade, fecundidade, natalidade e mortalidade.

2.6.2.1 IDHM

Conforme o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010), o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) é composto pela longevidade, educação e renda. O IDHM de Campo Alegre é 0,714 (ano-base 2010). Portanto, o município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 61,42%), seguida por Longevidade (8,47%) e por Renda (5,45%).

O IDHM passou de 0,582 em 2000 para 0,714 em 2010 - uma taxa de crescimento de 22,68%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 31,58% entre 2000 e 2010.

Campo Alegre ocupa a 1486^a posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 1485 (26,68%) municípios estão em situação melhor e 4.080 (73,32%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 293 outros municípios de Santa Catarina, Campo Alegre ocupa a 198^a posição, sendo que 197 (67,24%) municípios estão em situação melhor e 96 (32,76%) municípios estão em situação pior ou igual.

2.6.2.2 IDHM Longevidade.

O IDHM Longevidade é um dos componentes do IDHM e considera a esperança de vida ao nascer, ou seja, o número médio de anos que as pessoas dos municípios viveriam a partir do nascimento, mantidos os mesmos padrões de mortalidade observados em cada período.

A esperança de vida ao nascer pode ser considerada como indicador de longevidade, pois sintetiza, em um único número, o nível e a estrutura de



mortalidade de uma população, suas condições sociais, de saúde e de salubridade do município ao considerar as taxas de mortalidade das diferentes faixas etárias em determinado espaço geográfico. Todas as causas de morte são contempladas para chegar ao indicador, tanto doenças quanto causas externas, tais como violência e acidentes. É um importante indicador utilizado pela ONU (Organização das Nações Unidas).

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010) e o IBGE, o IDHM longevidade em Campo Alegre para o ano 2010 foi de 0,845. Na Tabela 16 é exposta a longevidade do município comparativamente à média catarinense. Campo Alegre apresenta este indicador inferior ao Estado de Santa Catarina. Verifica-se um crescimento deste indicador ao longo dos anos considerados.

Tabela 16 – IDHM Longevidade no município de Campo Alegre e SC.

Ano	Campo Alegre	Santa Catarina
2000	0,823	0,812
2010	0,870	0,86
Evolução 2000/2010 (%)	5,71	5,91

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2010.

2.6.2.3 Taxa de Fecundidade

Segundo o IBGE, a taxa de fecundidade total corresponde ao número médio de filhos que teria uma mulher na faixa entre 15 e 49 anos de idade, ao final de seu período reprodutivo. A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano) em Campo Alegre teve redução de 47%, passando de 24,0 por mil nascidos vivos em 2000 para 12,6 por mil nascidos vivos em 2010, conforme ilustra a Tabela 17, indicando taxas de Campo Alegre e estado de Santa Catarina, nos anos de 2000 e 2010. O município vem acompanhando a tendência de queda em relação à fecundidade estadual.

Tabela 17 – Taxa de Fecundidade no município de Campo Alegre e SC.

Ano	Campo Alegre	Santa Catarina
2000	3,41	2,23
2010	2,50	1,71
Evolução 2000/2010 (%)	-26,69	-23,32

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.



2.6.2.4 Taxa de Natalidade

A taxa bruta de natalidade representa o número de nascidos vivos (por mil habitantes) na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Em 2000, a taxa bruta de natalidade de Campo Alegre foi de 19,72 nascidos vivos por mil habitantes, conforme a Tabela 18. Em 2010, esta taxa passou para 11,15 nascidos vivos por mil habitantes, representando no período uma queda de 43,46%. No mesmo período, Santa Catarina apresentou uma queda de 23,78% e o país apresentou queda de 22,28%. Portanto, verificou-se uma queda mais acentuada na taxa municipal.

Tabela 18 – Taxa Bruta de Natalidade por 1.000 Habitantes.

Ano	Campo Alegre	Santa Catarina	Brasil
2000	19,72	17,7	21,2
2001	15,24	16,2	20,1
2002	16,05	15,5	19,5
2003	16,10	14,8	18,8
2004	14,48	15,0	18,5
2005	13,72	14,4	17,7
2006	13,06	14,1	17,1
2007	15,19	13,5	16,6
2008	13,57	14,1	16,4
2009	11,18	14,1	16,0
2010	11,15	13,8	15,8

Fonte: Secretaria do Estado da Saúde de Santa Catarina - Tabnet-DATASUS e IBGE.

Analisando a série histórica na Tabela 18, é possível verificar um decréscimo da variação da taxa de natalidade, o que acompanha a tendência do estado e nacional.

2.6.2.5 Taxa de Mortalidade Infantil

A taxa de mortalidade infantil corresponde ao número de óbitos de menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos, considerando a população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Em 2000, a taxa de mortalidade infantil do município era de 13,89 óbitos para cada 1.000 nascidos vivos, enquanto que a média catarinense e brasileira era



de respectivamente 15,7 e 27,4 óbitos para cada 1.000 nascidos vivos, conforme demonstra a Tabela 19.

Tabela 19 – Mortalidade Infantil por 1.000 Nascidos Vivos.

Ano	Campo Alegre	Santa Catarina	Brasil
2000	13,89	15,70	27,40
2001	16,67	15,50	26,30
2002	26,04	15,30	24,90
2003	10,26	14,10	23,90
2004	22,22	13,60	22,60
2005	28,90	12,60	21,40
2006	5,99	12,60	20,70
2007	23,12	12,80	20,00
2008	18,99	11,70	17,60
2009	15,27	11,20	16,80
2010	-	11,20	16,00

Fonte: Secretaria do Estado de Saúde de Santa Catarina e Tabnet-DATASUS.

Analisando a série histórica na Tabela 19, é possível verificar a oscilação da taxa de mortalidade no município de Campo Alegre, não acompanhando a tendência de queda registrada no estado Santa Catarina e no Brasil.

2.6.3 Indicadores e fatores causais de morbidade de doenças relacionadas com a falta de saneamento básico (doenças infecciosas e parasitárias).

As categorias das Doenças Relacionadas ao Saneamento Ambiental Inadequado foram selecionadas em função da forma de transmissão das doenças, considerando as principais estratégias para seu controle.

Estes agravos podem estar relacionados ao saneamento ambiental inadequado por: abastecimento de água deficiente, esgotamento sanitário inadequado, contaminação pela presença de resíduos sólidos ou condições de habitação precárias, de modo a possibilitar também a visualização de medidas de controle comuns a determinado grupo.

A Tabela 20 apresenta as seguintes categorias como Doenças Relacionadas ao Saneamento Ambiental Inadequado (BRASIL, 2010).

Segundo informações da Vigilância Sanitária de Campo Alegre, em 2013 foram registrados 429 casos de diarreias e 01 caso de dengue. Não foram registrados casos das demais doenças de abrangência da Vigilância Sanitária,



incluindo a malária. Foram solicitados às ESFs os números de casos das doenças da área de abrangência destas, porém, não há registros.

Tabela 20 – Doenças Relacionadas ao Saneamento Ambiental Inadequado (Drsai).

Categoria	Doenças
1. Doenças de transmissão feco-oral	Diarreias* Febres entéricas* Hepatite A*
2. Doenças transmitidas por inseto vetor	Dengue* Febre Amarela* Leishmanioses* L. tegumentar L. visceral Filariose linfática* Malária* Doença de Chagas*
3. Doenças transmitidas através do contato com a água	Esquistossomose* Leptospirose*
4. Doenças relacionadas com a higiene	Doenças dos olhos** Tracoma* Conjuntivites** Doenças da pele** Micoses superficiais**
5. Geo-helminhos e teníases	Helmintíases** Teníases**

Fonte: Brasil, 2010, p. 65. CID-10: Classificação Internacional de Doenças. Revisão 1996 (OMS, 1997). *Doenças de abrangência da Vigilância Sanitária. **Doenças de abrangência das ESFs.

O grupo de doenças infecciosas intestinais definidas pela OMS é utilizado como categoria para tabulação de dados na Classificação Internacional de Doenças (OMS 1985, 1997) - (Tabela 21).

Tabela 21 – Grupo de Doenças Infecciosas Intestinais.

Categoria	Doenças
Doenças infecciosas intestinais (Categoria da Classificação Internacional de Doenças)	Cólera** Febre Tifoide e Paratifoide* Infecções intestinais bacterianas** Intoxicações alimentares bacterianas* Amebíases** Doenças intestinais por protozoários** Doenças intestinais virais e as não especificadas**



Categoria	Doenças
	Diarreias e gastroenterite de origem infecciosa presumível**

Fonte: Brasil, 2010, p. 65. CID-10: Classificação Internacional de Doenças. Revisão 1996 (OMS, 1997). *Doenças de abrangência da Vigilância Sanitária. **Doenças de abrangência das ESFs.

Não foram registrados casos das demais doenças de abrangência da Vigilância Sanitária. Os números de casos das doenças de abrangência das ESF foram solicitados. A informação repassada pela Secretaria de Saúde do município foi de que podem ocorrer, mas que não foram notificadas.

2.6.4 Índice nutricional da população infantil de 0 a 2 anos

O número de crianças de 0 a 2 anos que apresentaram algum problema nutricional em 2012, como o baixo peso, por exemplo, foi solicitado às ESFs. Conforme as informações repassadas pelo município, não houve registro oficial de crianças com problemas de baixo peso e/ou desnutrição.

2.7 ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Sabendo da importância da participação de todos os moradores do município para a discussão do Plano de Saneamento Básico, a equipe IPESE – UNESCO obteve a relação de organizações comunitárias com representação no município. Estas entidades, oficiais e não oficiais, além de estarem presente nas atividades que envolvem o mesmo, são responsáveis por disseminar e realizar o convite junto a comunidade em geral. A Tabela 22 mostra a relações de autoridades locais que contribuem para esta divulgação.

Tabela 22 – Relação de entidades oficiais e não oficiais em Campo Alegre, 2014.

GRUPO	RESPONSÁVEL	TELEFONE
Associação de Moradores Vila Scheider	Emília Jaci da S. Frisciano	9143-8497/9188-2637
Associação Moradores de Campinas	Filomena Munhoz	3632-8159
Associação Moradores de Cubatão	Vilmar Wollner	8890-4363
Associação de Moradores de Campo Alegre	José Ramos	3632-2665



GRUPO	RESPONSAVEL	TELEFONE
Associação de Moradores de Queimados	Celso Dziedzic	3632-7476
Associação de Moradores de Fragosos	Ocimar D. Baptista	3632-9999/3634-1461
Associação de Moradores de Lageado	Neuri Cardoso	3632-1535/9105-7378
Associação de Moradores de Saltinho	Sandro Schadeck	3632-8130/9996-7822
Associação de Moradores Bateias de Cima	Ronivaldo Fuckner	3632-8046 / 3632-8009
Associação de Moradores de Santana	Vera Lúcia dos Santos	8851-7339 / 8719-8274
Associação de Moradores de São Miguel	Luci Brand Munhoz	9115-6540
Associação de Moradores de Salto	Adriana Kotovicz Schlogl	9108-7261
Associação de Moradores do Tijucume	Edésio Cavicchioni	3632-8116 / 3632-8165
Associação de Moradores Corredeiras	Juceli F. Gruber	3632-9464 / 9976-0075
Associação de Moradores de Ximbuva	Alvino Cordeiro da Cruz	3632-8120
Associação de Moradores da Vila Cedros	Ivete Maria L. Alexandre	3632-2055
Ass. de Artista, Artesão e Produtores Rurais -"Mãos do Campo"	Herma Schwarz Heinzen	3632-1726 / 9195-6529
ACIACA- Associação Empresarial de Campo Alegre	Ingo Rusch Alandt	3632-2193 (José)
Núcleo de Ovinocultores de Campo Alegre	Wolfran Bahr	3632-9345 / 3632-9568
Associação dos Criadores de Ovinos do Paraiso da Serra	Antônio Carlos Knopika	3632-2417 / 9141-6845
Ass. de Turismo Rural de Campo Alegre - "Caminhos da Serra"	Anelore Scholze Kolbeck	3632-2393 / 9115-8937
Fundação Educacional de Campo Alegre - FECAMPO	Ivo Kesting	3632-2492 / 3632-2106
CDL - Câmara dos Dirigentes Lojista de Campo Alegre	Regina Maria C. de M. Oliveira	3632-1347 (Leila)
Clube de Mães do Campo - CMC	Terezinha Martins Boegerhausen	3632-8024
Associação Comunitária de Fragosos	Maria Ires Castilho Froehner	3632-9367
Associação de Bombeiros Comunitários de Campo Alegre	Josiane Cristina Stefanos	3632-1881 / 3632-1834
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE	Elizabeth Kesting	3632-2002 / 3632-2320



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
ADM: 2013/2016

GRUPO	RESPONSAVEL	TELEFONE
A. P. P. da E.M.E.B. Maria José Duarte Silva Bernardes	Luciane Aparecida de L. Wollner	3632-2566
A. P. P. da E. M. E.B. Paulo Funckner	Lucilda de Fátima S. David	3632-8002
A.P.P. do Centro Municipal de Educação Infantil Alegre Infância	Eunice Mickus	3632-1272
A.P.P. do Centro Municipal de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho	Terezinha Franco Augustin	3632-1396
A.P.P. do Centro Municipal de Educação Maria da Glória Pereira Kroll	Maricleia Schuter de Abreu Moreira	3632-9579
A.P.P. da E.M. E. B. Carlos Adolfo Frederico Schneider	Verrissimo de Souza Freitas	3632-2852
A.P.P. da E.M.E.F - EMF- Prof. Marise Neveve Cordeiro	José Carlos Neveve	3632-1396
A.P.P. da E.M.E.F - EMF - Prof. Jerônimo Francisco Coelho Pacheco	Dirlene G. C. Pacheco	3632-9322
A.P.P. da E.M.E.B. Bela Vista		3632-2420
Associação dos Servidores Públicos de Campo Alegre - ASP	André Luiz Niemeyer	3632-2266 / 9183-9771
A.C.C. - Associação de Comunicação Comunitária Rádio Cidade FM-87.9	Edithe Maricler Virmond	3632-1289 / 9144-9058
Ass. Campo - Alegrense de Combate aos Borrachudos - ACOB	Adilson Fuckner	3632-8147
APICAMPO - Associação de Apicultores de Campo Alegre	Egon Luiz Drefthal	3632-8007 / (47) 9902-6935
BRASPOL - Rep. Central da Comunidade Brasileira Polonesa no Brasil	Romão Blaszkowski	3632-7058
Ass. das Senhoras dos Rotarianos - Casa da Amizade	Edith Maricler Virmond	3632-2033
Ass. de Desenvolvimento da Microbacia do Ribeirão do Meio	Oswaldo Kobus	(47)9966-8084 Elaine
Ass. de Desenvolvimento da Microbacia do Rio Tijucume	Rosélia U. de Farias	(47)9976-0231 Analice
Associação Pé na Agarra	Eleandro Pauli	3632-2241 / 9619-0632
Clube de Idoso Amor e Esperança	Maria Graciema Funckner	3632-2375 / 3632-2237
Clube Idoso Sagrada Família	Maria Eveldi Schadeck	3632-7050



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
ADM: 2013/2016

GRUPO	RESPONSAVEL	TELEFONE
Grupo Escoteiro Campestre- 81/SC	Jaqueline Soraia Amorin Tabert	3632-1670
Sindicato Rural de Campo Alegre	Lúcia Mabel Saavedra Bóusses	3632-2105 / 9964-2929
Associação de Pais e Esportista de Campo Alegre - APE	Edson Luis Kobus	3632-2490
Associação de Trilheiros " Ovelhama Trail Clube"	Rinaldo de Souza	3632-1672 / 9922-6773
Lions Club	Elizabeth Kesting	3632-2515 / 9109-1111
Rotary Club	Edithe Maricler Virmond	3632-2033
Conselho Municipal de Educação	Brigitte Suelin V. D. A. Steuernagel	3632-7174
FUNDEB	Claudinir Knuppel	3632-2420 / 3632-9608
Conselho Municipal de Alimentação Escolar	Lilian da Cruz Kuhnen	3632-1804 / 9187-3308
Conselho Deliberativo Escolar		3632-2420
Conselho gestor do FHIS - Fundo Mun. de habitação e Interesse Social	Bruno Seefeld	
Conselho Municipal de Turismo - COMTUR	Ernesto Larsen	3632-7328/9144-2087
Conselho Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Edilson Pruckneski	3632-2490
Conselho Tutelar- Direitos da Criança e do Adolescente	Paula R. C. da Cruz Waldmann	3632-2481 / 9942-5961
Conselho Municipal de Assistência Social	Márcia Regina Schadeck Friedrich	3632-1568 / 36321494
Fundo Municipal de Assistência Social	Carolina da Costa Telma	3632-1568 / 3632-2482
Fundo Municipal de Saúde	Carolina da Costa Telma	3632-1621 / 3632-1622
Fundo Municipal de Cultura de Campo Alegre /SC	Ernesto Larsen	3632-7328
Fundo Municipal de Defesa Civil- COMDEC	Denise Aparecida Rocha	3622-2266 / 9942-5966
Conselho Municipal do Desenvolvimento Econômico e Urbano	Bruno Seefeld	3632-2266
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescentes - CMDCA	Edithe Maricler Virmond	3632-1568 / 9177-2401
Fundo Municipal de Cultura	Ernesto Larsen	3632-2490 / 3632-7328

Fonte: Prefeitura de Campo Alegre, 2015.



2.8 CARACTERÍSTICAS EDUCACIONAIS

2.8.1 Escolas Municipais

Segundo informações da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Campo Alegre (2014), há no município 7 escolas da rede municipal de ensino que atendem Educação Infantil, Anos Iniciais e os Anos Finais do Ensino Fundamental, sendo detalhado número de alunos de cada escola, conforme Tabela 23.

De acordo com informações desta secretaria, há na rede municipal de ensino 1.981 alunos matriculados no primeiro semestre de 2014 (número variável conforme entrada e saída de alunos), sendo que 543 alunos estão matriculados na Educação Infantil, 885 estão matriculados nos Anos Iniciais e 553 alunos estão matriculados nos Anos Finais.

Tabela 23 – Escolas da rede municipal de ensino, Campo Alegre, 2º semestre/2014.

Escolas Municipais	Educação Infantil	Anos Iniciais	Anos Finais	UTAP
E. M.E.B.M. José Duarte Silva Bernardes	-	532	333	
CMEI Alegre Infância	302	-	-	Centro
E.M.E.B. Jerônimo Francisco Coelho Pacheco	-	130	94	
CMEI M. Gloria Pereira Kroll	105	-	-	
E.M.E.B. Paulo Funckner	41	174	126	
CMEI Chapeuzinho Vermelho	95	-	-	Bateias de Baixo
E.M.E.B Marise Nenevê Cordeiro	-	49	-	

Fonte: Secretaria de Educação de Campo Alegre, 2014-1; informações fornecidas pelas escolas.

* Ed. Infantil: pré-escolar; Anos iniciais: 1º ao 5º ano e; Anos finais: 6º ao 9º ano.

2.8.2 Escolas Estaduais

Existem no município 02 escolas da rede estadual de ensino que atendem os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e também a Educação Especial - APAE. O número de alunos de cada escola está disposto na Tabela 24 e Tabela 25.

Tabela 24 – Escolas da rede estadual de ensino, Campo Alegre/ 2014.

Escolas estaduais	Anos Iniciais*	Anos Finais*	Ensino Médio	UTAP
Escola Professor Argemiro Gonçalves	74	80	101	Centro



Escolas estaduais	Anos Iniciais*	Anos Finais*	Ensino Médio	UTAP
Escola Lebon Régis	-	90	291	Bateias de Baixo

Fonte: Informações das escolas estaduais, 2013.

* Anos iniciais: 1º ao 5º ano e; Anos finais: 6º ao 9º ano; Ensino Médio: 1º ao 3º ano.

Conforme as informações obtidas junto às escolas, existem na rede estadual de ensino 636 alunos matriculados em 2014 (número variável conforme entrada e saída de alunos), sendo que 74 alunos estão matriculados nos Anos Iniciais, 170 estão matriculados nos Anos Finais e 392 alunos estão matriculados no Ensino Médio.

Tabela 25 – APAE Campo Alegre, 2º semestre/2014.

APAE	SAEDE					UTAP
	Estimulação Essencial	Serviço pedagógico especializado	Serviço de Atendimento Educacional Especializado	Ocupacional Protegida Terapêutica	Atendimento dia	
	4	-	-	14	12	2

Fonte: APAE, 2014.

No município de Campo Alegre não há instituição de ensino superior, sendo que os mesmos frequentam o ensino fora do município.

Quanto ao transporte escolar, 1.322 alunos da rede municipal e estadual são atendidos, porém, o transporte é realizado somente dentro do município. A Tabela 26 apresenta melhor a divisão de alunos por nível de ensino.

Tabela 26 – Número de alunos que utilizam o transporte escolar, 2014.

Nível de Ensino	No município
Educação Infantil	165
Ensino Fundamental	801
Ensino Médio	356
Ensino Superior	-
Total	1.322

Fonte: Dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

A taxa de alfabetização se assemelha na área urbana e rural: 96,18% e 95,83%, respectivamente. Ao todo são 9.586 residentes com 10 anos ou mais de idade no município que são alfabetizados (Tabela 27).



Tabela 27 – Pessoas alfabetizadas com 10 anos ou mais de idade, por área de residência – Campo Alegre, 2010.

Alfabetização	Situação do domicílio			
	Urbana		Rural	
	Freq.	%	Freq.	%
Alfabetizadas	5.886	96,18%	3.700	95,83%
Não alfabetizadas	234	3,82%	161	4,17%
Total	6.120	100,00%	3.861	100,00%

Fonte: Setores Censitários / Censo Demográficos, IBGE (2010).

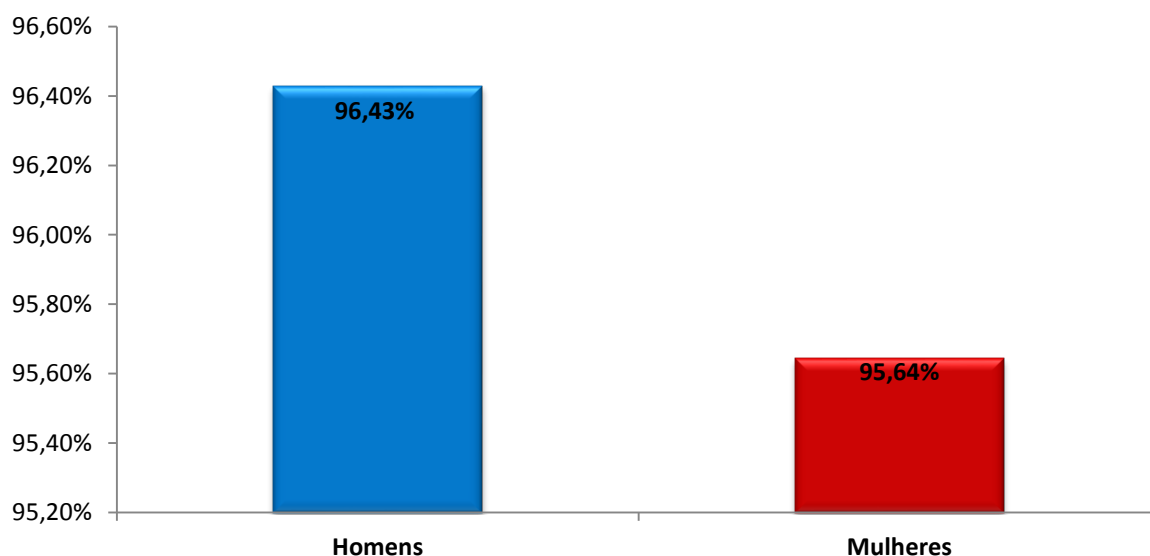
Quanto ao gênero, a taxa de alfabetização também se mostra bastante similar, aproximadamente 96% de cada população – feminina e masculina com 10 anos ou mais de idade é alfabetizada (Tabela 28 e Figura 11).

Tabela 28 – Pessoas alfabetizadas com 10 anos ou mais de idade por gênero, Campo Alegre, 2010.

Gênero	Pessoas de 10 anos ou mais de idade		
	População	Alfabetizadas	Taxa de alfabetização%
Homens	5.069	4.888	96,43%
Mulheres	4.912	4.698	95,64%

Fonte: Setores Censitários / Censo Demográficos, IBGE (2010).

Figura 11 – Pessoas alfabetizadas com 10 anos ou mais de idade por gênero (%) – Campo Alegre, 2010.



Fonte: Setores Censitários / Censo Demográficos, IBGE (2010).

A Tabela 29 apresenta detalhes do nível educacional da população de Campo Alegre por idade, onde ilustra que em 2010 a maioria das pessoas entre 10 e



14 anos frequentava ou frequenta o ensino fundamental incompleto. Entre 15 e 19 anos, a maioria estuda ou estudou entre o ensino fundamental completo e o ensino médio incompleto. De 20 a 29 anos, a maioria das pessoas possuía em 2010 o ensino médio completo. Porém, de 30 anos a 70 anos, a grande maioria não possui escolaridade ou estudou somente até o ensino fundamental incompleto, não concluindo o estudo.



Tabela 29 - Nível educacional de pessoas de 10 anos ou mais de idade por faixas de idade.

Idades	Sem instrução e fundamental incompleto		Fundamental completo e médio incompleto		Médio completo e superior incompleto		Superior completo		Não determinado		Total	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
10 a 14 anos	983	9,85%	81	0,81%	6	0,06%	0	0,00%	16	0,16%	1.086	10,88%
15 a 19 anos	251	2,52%	415	4,16%	237	2,38%	0	0,00%	46	0,46%	949	9,51%
20 a 24 anos	174	1,74%	249	2,50%	417	4,18%	47	0,47%	0	0,00%	887	8,89%
25 a 29 anos	282	2,83%	170	1,70%	428	4,29%	93	0,93%	0	0,00%	973	9,75%
30 a 34 anos	421	4,22%	180	1,80%	326	3,27%	47	0,47%	5	0,05%	979	9,81%
35 a 39 anos	456	4,57%	107	1,07%	257	2,58%	61	0,61%	0	0,00%	881	8,83%
40 a 44 anos	485	4,86%	101	1,01%	153	1,53%	44	0,44%	10	0,10%	793	7,95%
45 a 49 anos	454	4,55%	102	1,02%	101	1,01%	70	0,70%	0	0,00%	727	7,29%
50 a 54 anos	496	4,97%	67	0,67%	149	1,49%	29	0,29%	0	0,00%	741	7,43%
55 a 59 anos	443	4,44%	24	0,24%	63	0,63%	21	0,21%	0	0,00%	551	5,52%
60 a 69 anos	653	6,54%	15	0,15%	82	0,82%	34	0,34%	0	0,00%	784	7,86%
70 anos ou mais	550	5,51%	37	0,37%	35	0,35%	5	0,05%	0	0,00%	627	6,28%
TOTAL	5.648	56,60%	1.548	15,51%	2.254	22,59%	451	4,52%	77	0,77%	9.978	100,00%

Fonte: SIDRA/IBGE (2010).



2.8.3 Apoio à promoção da saúde, qualidade de vida e salubridade municipal.

Não há no município projetos ou atividades relacionadas ao apoio à promoção da saúde, qualidade de vida e salubridade municipal.

2.9 CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS

2.9.1 Produto Interno Bruto (PIB)

O Produto Interno Bruto representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços produzidos em determinada região, na sua forma final.

O PIB é um dos indicadores econômicos mais utilizados na mensuração da atividade econômica de uma região. Sua metodologia exclui produtos intermediários (insumos), considerando apenas os bens e serviços finais, uma forma de evitar o problema de dupla contagem dos valores gerados nas diversas cadeias produtivas.

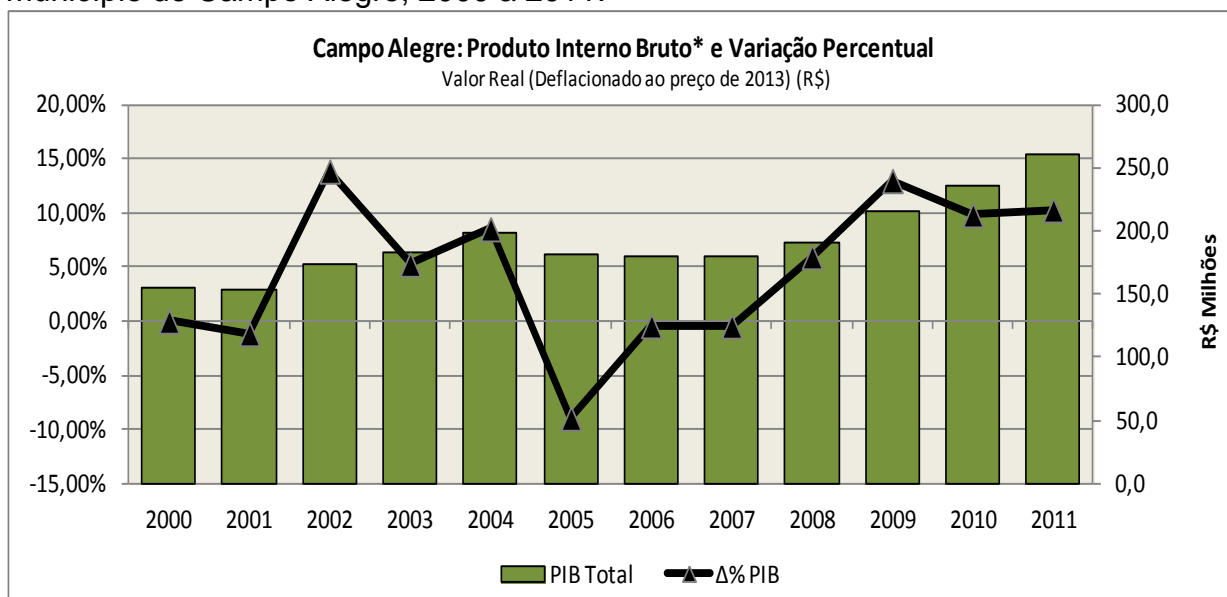
A Tabela 30 e a Figura 12 apresentam o PIB (em R\$ de 2013, deflacionados pelo IPCA) do município de Campo Alegre entre os anos de 2000 e 2011, bem como a variação percentual ano a ano.

Tabela 30 – Produto Interno Bruto (em R\$ deflacionado ao preço de 2014) do município de Campo Alegre, 2000 a 2011.

Ano	Valor Real (Deflacionado ao preço de 2013) (R\$)				PIB Total	Δ% PIB
	Agropecuária	Indústria	Serviços (total)	Impostos		
2000	41.181.363,36	47.943.727,82	57.671.591,10	7.944.077,33	154.740.759,61	-
2001	38.901.010,76	47.483.740,53	58.116.205,74	8.439.705,64	152.940.662,67	-1,16%
2002	57.124.511,18	47.021.006,78	61.582.458,85	8.409.025,06	174.137.001,86	13,86%
2003	58.780.334,28	51.731.620,70	63.157.079,05	9.633.443,53	183.302.477,55	5,26%
2004	50.411.265,17	69.681.532,66	65.629.462,61	13.214.102,78	198.936.363,23	8,53%
2005	48.578.693,55	53.059.260,29	66.027.455,03	13.424.508,13	181.089.917,00	-8,97%
2006	39.873.614,08	58.795.107,40	68.592.264,00	13.037.677,18	180.298.662,66	-0,44%
2007	38.821.501,96	60.571.989,01	67.764.808,09	12.314.714,48	179.473.013,54	-0,46%
2008	41.346.255,76	62.236.186,73	75.610.479,01	10.970.094,09	190.163.015,60	5,96%
2009	51.467.850,20	67.341.514,42	83.982.061,87	12.060.950,93	214.852.377,41	12,98%
2010	58.064.081,64	72.822.338,11	90.898.620,72	14.183.410,30	235.968.450,78	9,83%
2011	51.417.189,51	88.965.122,60	101.425.411,44	18.419.619,79	260.227.343,33	10,28%

Fonte: Elaborado a partir de dados divulgados pelo IBGE.

Figura 12 – Produto Interno Bruto (em R\$ deflacionado ao preço de 2014) do município de Campo Alegre, 2000 a 2011.



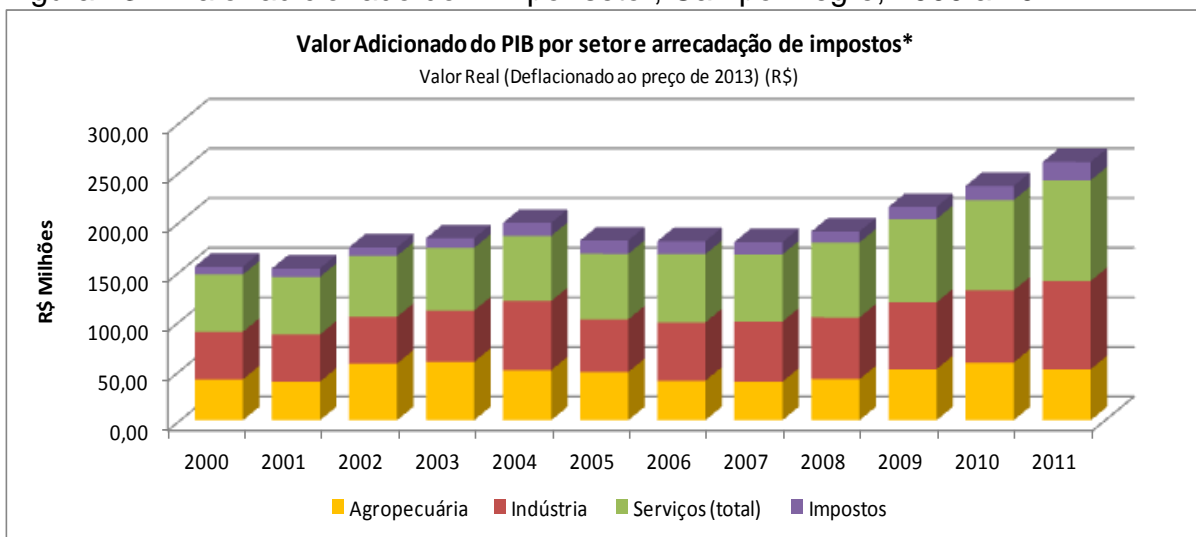
Fonte: Produto Interno Bruto Municipal/IBGE.

O município apresentou crescimento médio de 5,06% ao ano durante o período em análise, com destaque para os crescimentos do PIB dos anos de 2002 (13,86%), 2009 (12,98%) e 2011 (10,28%).

Em 2002, o crescimento do PIB foi liderado pelo crescimento do setor agropecuário, assim como o decréscimo observado em 2005. Os crescimentos dos anos 2009 e 2011, por sua vez, foram liderados pelos setores industrial e de serviços. O setor industrial do município representa papel expressivo no PIB total: em 2000 correspondia a 30,98% do PIB total enquanto em 2011 representava somente 34,19%. A Figura 13 ilustra a participação dos setores na economia do município.



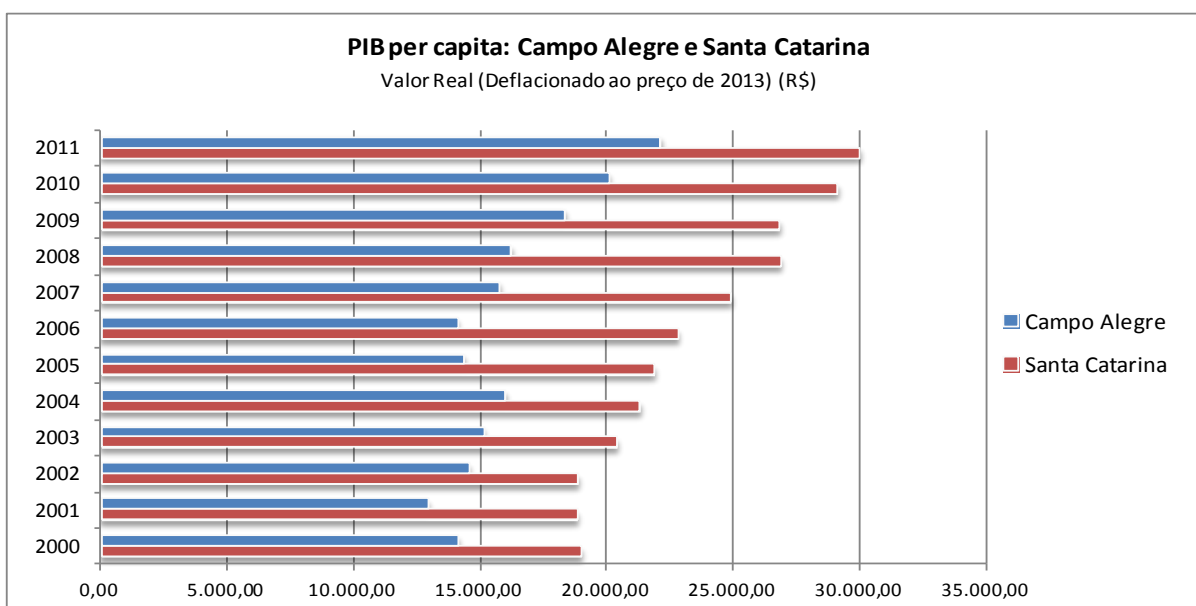
Figura 13 – Valor adicionado do PIB por setor, Campo Alegre, 2000 a 2011.



Fonte: Produto Interno Bruto Municipal/IBGE.

O PIB *per capita* é uma forma de mensurar a produtividade média do município, pois é uma simples relação entre o valor do Produto Interno Bruto deflacionado e a população total do município. A Figura 14 demonstra a evolução do PIB *per capita* de Campo Alegre em comparação ao PIB *per capita* do estado de Santa Catarina.

Figura 14 – PIB *per capita* (em R\$ de 2013) de Campo Alegre e Santa Catarina, 2000 a 2011.



Fonte: Produto Interno Bruto Municipal/IBGE. População obtida através dos dados do DATASUS.



O município apresenta crescimento do setor industrial a partir do ano de 2000, com crescimento médio de 6,73% ao ano. A atividade industrial é caracterizada por apresentar valor agregado superior às atividades exercidas pelos setores agropecuário e de serviços, pois exige maior concentração de volume de capital.

Constata-se que o município apresenta crescimento constante do PIB *per capita* ao longo do intervalo 2000-2011, atingindo 73,79% da média estadual em 2011, conforme expresso na Tabela 31, o PIB per capita real, deflacionado ao preço de 2013, em Campo Alegre e em Santa Catarina.

Tabela 31 – PIB *Per Capita* Real, deflacionado ao preço de 2013, Campo Alegre e Santa Catarina.

Ano	Campo Alegre	Δ% PIB per capita de Campo Alegre	Santa Catarina	Δ% PIB per capita de Santa Catarina	Campo Alegre/Santa Catarina
2000	14.129,00	-	18.989,73	-	74,40%
2001	12.946,81	-8,37%	18.830,87	-0,84%	68,75%
2002	14.557,52	12,44%	18.858,07	0,14%	77,20%
2003	15.130,21	3,93%	20.401,49	8,18%	74,16%
2004	15.999,39	5,74%	21.316,59	4,49%	75,06%
2005	14.359,68	-10,25%	21.883,67	2,66%	65,62%
2006	14.100,15	-1,81%	22.808,31	4,23%	61,82%
2007	15.755,69	11,74%	24.908,30	9,21%	63,25%
2008	16.232,44	3,03%	26.863,28	7,85%	60,43%
2009	18.343,07	13,00%	26.822,97	-0,15%	68,39%
2010	20.085,84	9,50%	29.127,15	8,59%	68,96%
2011	22.133,82	10,20%	29.997,58	2,99%	73,79%

Fonte: Produto Interno Bruto Municipal/IBGE. População obtida através dos dados do DATASUS.

Na Tabela 32, é apresentada a renda *per capita* mensal em Campo Alegre, de acordo com a situação do domicílio, segundo o Censo Demográfico (IBGE, 2010).

Tabela 32 – Renda nominal em salários mínimos.

Situação do domicílio	Classes de rendimento nominal mensal								
	Total	Até 1/2 s.m.	De 1/2 a 1 s.m.	De 1 a 2 s.m.	De 2 a 5 s.m.	De 5 a 10 s.m.	De 10 a 20 s.m.	Acima de 20 s.m.	Sem rendimento
Urbana	6.120	232	1.259	1.823	777	134	18	3	1.874
Rural	3.861	253	1.076	864	204	26	5	2	1431
Total	9.981	485	2.335	2.687	981	160	23	5	3.305

Fonte: IBGE, 2010. Notas/IBGE, 2010: (1) Salário mínimo utilizado: R\$ 510,00. (2) Inclusive os domicílios com rendimento mensal domiciliar somente em benefícios. (3) Dados são do universo.



No município, a maioria dos residentes têm renda mensal entre 1 e 2 salários mínimos, são 2.687 pessoas com este rendimento (26,92%). Segue a faixa entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo, com 2.335 residentes (23,39%) e entre 2 e 5 salários mínimos, 981 pessoas, 9,82%. Com até $\frac{1}{2}$ salário mínimo mensal, que caracteriza situação de pobreza, há 158 pessoas em Campo Alegre. Aqueles sem rendimento totalizaram 3305 pessoas, representando 33,11% do total de residentes no município.

Na Tabela 33 é apresentada a renda domiciliar mensal em Campo Alegre, de acordo com a situação do domicílio, segundo o Censo Demográfico, IBGE (2010).

Tabela 33 – Renda domiciliar em salários mínimos.

Situação do domicílio	Classes de rendimento mensal domiciliar								
	Total	Até 1/2 s.m.	De 1/2 a 1 s.m.	De 1 a 2 s.m.	De 2 a 5 s.m.	De 5 a 10 s.m.	De 10 a 20 s.m.	Acima de 20 s.m.	Sem rendimento
Urbana	2.264	19	197	576	1074	303	44	12	39
Rural	1.379	51	214	447	494	93	9	4	67
Total	3.643	70	411	1023	1568	396	53	16	106

Fonte: IBGE, 2010. Notas/IBGE, 2010: (1) Salário mínimo utilizado: R\$ 510,00. (2) Inclusive os domicílios com rendimento mensal domiciliar somente em benefícios. (3) Dados são do universo.

No município, a maioria dos domicílios têm renda domiciliar mensal entre 2 e 5 salários mínimos, são 1.568 residências com este rendimento (43,04%). Segue a faixa entre 1 e 2 salários mínimos, com 1.023 domicílios (28,08%) e entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo, 411 domicílios, 11,28%. Com até $\frac{1}{2}$ salário mínimo mensal, que caracteriza situação de pobreza, há 70 domicílios em Campo Alegre. Aqueles sem rendimento totalizam 106 domicílios, representando 2,91% do total de domicílios no município.

2.9.2 Indicadores de Renda

2.9.2.1 Pobreza

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano, pessoas com renda *per capita* inferior a R\$ 140,00 (a preço de 2010) são considerados pobres, já famílias cuja renda *per capita* é inferior a R\$ 70,00 são considerados extremamente pobres. A Tabela 34 mostra o percentual de pessoas pobres no município de Campo Alegre.



Tabela 34 – Pobreza no município de Campo Alegre.

Pobreza	1991	2000	2010
% de pobres	43,49	20,51	8,08
% extremamente pobres	17,48	4,55	3,30

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano.

A proporção de pessoas pobres no município de Campo Alegre passou de 43,49% em 1991, para 20,51% em 2000, e para 8,08% em 2010. Já o percentual de pessoas extremamente pobres passou de 17,48% em 1991 para 4,55% em 2000 e para 3,30% em 2010.

2.9.2.2 Índice de Gini

Índice Gini é um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar.

A Tabela 35 apresenta dados de desigualdade no município de Campo Alegre, conforme o Índice de Gini.

Tabela 35 - Desigualdade no município de Campo Alegre.

Índice de Gini	1991	2000	2010
Campo Alegre	0,49	0,49	0,41

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano.

A evolução da desigualdade de renda nesses três períodos pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,49 em 1991 para 0,49 em 2000 e para 0,41 em 2010.

2.9.3 Estabelecimentos e emprego

De acordo com os dados do Ministério do Trabalho – RAIS/MTE (2014), o município de Campo Alegre possui 287 estabelecimentos.

O número de estabelecimentos corresponde àqueles que tiveram movimentações de empregados formais entre janeiro e dezembro de 2012. Não estão contabilizados, dessa forma, aqueles que não realizaram esse tipo de movimentação e que são informais.



O maior número está no Comércio Varejista (73), seguido dos setores de Fabricação de Produtos de Madeira, com 27 estabelecimentos e Agricultura, Pecuária e Serviços Relacionados, com 12 estabelecimentos. O setor de Transporte Terrestre ocupa o quarto lugar, com 18 estabelecimentos.

Tabela 36 – Número de estabelecimentos (%) que correspondem a mais de 2,0% do total em Campo Alegre em 2012.

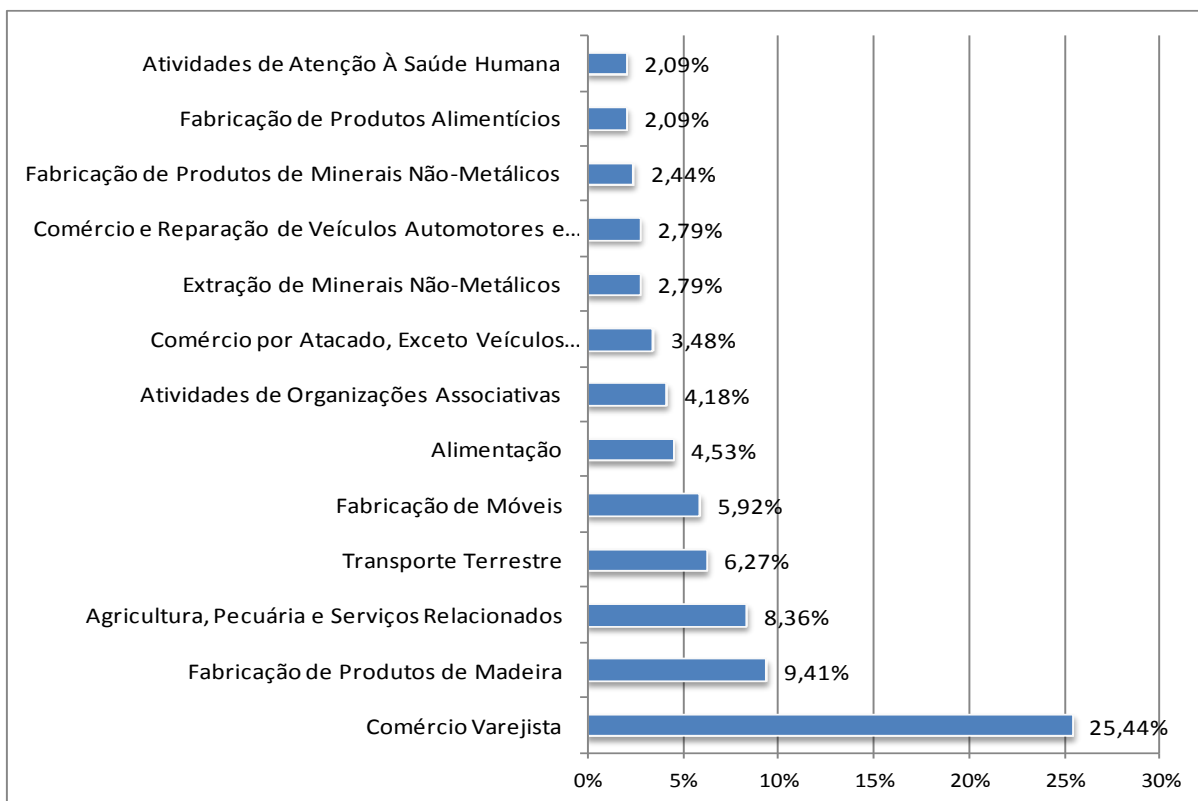
Ordem	Grupos CNAE 2.0	Quant.	%
1	Comércio Varejista	73	25,44%
2	Fabricação de Produtos de Madeira	27	9,41%
3	Agricultura, Pecuária e Serviços Relacionados.	24	8,36%
4	Transporte Terrestre	18	6,27%
5	Fabricação de Móveis	17	5,92%
6	Alimentação	13	4,53%
7	Atividades de Organizações Associativas	12	4,18%
8	Comércio por Atacado, Exceto Veículos Automotores e Motocicletas.	10	3,48%
9	Extração de Minerais Não-Metálicos	8	2,79%
10	Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	8	2,79%
11	Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	7	2,44%
12	Fabricação de Produtos Alimentícios	6	2,09%
13	Atividades de Atenção À Saúde Humana	6	2,09%
14	Demais setores	58	20,21%

Fonte: Rais/Caged – MTE.

A Tabela 36 apresenta o número de estabelecimentos no município segundo os subsetores da atividade econômica da Classificação Nacional de Atividades Econômicas do Ministério da Fazenda (CNAE 2.0) e a Figura 15 detalha o número de estabelecimentos em Campo Alegre. (Nota: são considerados os setores que representam mais de 2% do total de estabelecimentos no município).



Figura 15 – Número de estabelecimentos (%) que correspondem a mais de 2,0% do total em Campo Alegre em 2012.



Fonte: Rais/Caged – MTE.

Os setores que mais geraram empregos em 2013 foram: Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos (188), Fabricação de Móveis (46), Fabricação de Produtos Têxteis (36) e Fabricação de Produtos de Metal, Exceto Máquinas e Equipamentos (28). Os setores que apresentaram saldo negativo de geração de empregos em 2013 foram: Fabricação de Produtos de Madeira (-61); Atividades de Atenção à Saúde Humana (-58) e o Comércio Varejista (-31). Os dados desses setores e dos demais aparecem sumarizados na Tabela 37 abaixo.

Do estoque de empregos, em dezembro de 2012, destaca-se a Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos, representando 30,02% do total de vínculos ativos, conforme visualiza-se na Tabela 37. Destacam-se também o setor de Fabricação de Móveis, com 18,58% dos vínculos ativos; a Fabricação de Produtos Têxteis, com 8,99% dos vínculos ativos e a Administração Pública, Defesa e Seguridade Social, com 8,51% dos vínculos ativos.



Tabela 37 – Setores da atividade econômica conforme o saldo da movimentação (2013) e o estoque de empregos (2012), Campo Alegre.

CNAE 2.0 Div	Estoque de Empregos		Saldo de Movimentação	
	Dez/2012	%	2013	%
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	1.139	30,02%	188	116,77%
Fabricação de Móveis	705	18,58%	46	28,57%
Fabricação de Produtos Têxteis	341	8,99%	36	22,36%
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	323	8,51%	0	0,00%
Comércio Varejista	297	7,83%	-31	-19,25%
Fabricação de Produtos de Madeira	210	5,54%	-61	-37,89%
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	131	3,45%	10	6,21%
Transporte Terrestre	119	3,14%	-9	-5,59%
Extração de Minerais Não-Metálicos	88	2,32%	3	1,86%
Atividades de Atenção À Saúde Humana	65	1,71%	-58	-36,02%
Agricultura, Pecuária e Serviços Relacionados	45	1,19%	7	4,35%
Fabricação de Produtos Alimentícios	42	1,11%	0	0,00%
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	29	0,76%	2	1,24%
Comércio por Atacado, Exceto Veículos Automotores e Motocicletas	26	0,69%	5	3,11%
Atividades de Organizações Associativas	26	0,69%	3	1,86%
Fabricação de Produtos de Borracha e de Material Plástico	23	0,61%	-6	-3,73%
Atividades de Serviços Financeiros	20	0,53%	-3	-1,86%
Alojamento	20	0,53%	-2	-1,24%
Produção Florestal	19	0,50%	-9	-5,59%
Atividades Jurídicas, de Contabilidade e de Auditoria	17	0,45%	2	1,24%
Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	16	0,42%	-1	-0,62%
Educação	15	0,40%	-2	-1,24%
Alimentação	15	0,40%	1	0,62%
Manutenção, Reparação e Instalação de Máquinas e Equipamentos	11	0,29%	-3	-1,86%
Fabricação de Produtos de Metal, Exceto Máquinas e Equipamentos	9	0,24%	28	17,39%
Construção de Edifícios	8	0,21%	7	4,35%
Fabricação de Produtos Químicos	5	0,13%	1	0,62%
Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	5	0,13%	-2	-1,24%
Correio e Outras Atividades de Entrega	4	0,11%	-1	-0,62%
Coleta, Tratamento e Disposição de Resíduos	4	0,11%	0	0,00%
Serviços de Escritório, de Apoio Administrativo e Outros Serviços Prestados	3	0,08%	0	0,00%



CNAE 2.0 Div	Estoque de Empregos		Saldo de Movimentação	
	Dez/2012	%	2013	%
Às Empresas				
Outras Atividades de Serviços Pessoais	3	0,08%	0	0,00%
Atividades Imobiliárias	3	0,08%	2	1,24%
Atividades de Rádio e de Televisão	2	0,05%	0	0,00%
Atividades Cinematográficas, Produção de Vídeos e de Programas de Televisão	2	0,05%	-1	-0,62%
Serviços para Edifícios e Atividades Paisagísticas	1	0,03%	0	0,00%
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	1	0,03%	3	1,86%
Atividades Esportivas e de Recreação e Lazer	1	0,03%	0	0,00%
Atividades de Prestação de Serviços de Informação	1	0,03%	0	0,00%
Serviços Especializados para Construção	0	0,00%	1	0,62%
Serviços Domésticos	0	0,00%	-1	-0,62%
Serviços de Arquitetura e Engenharia	0	0,00%	3	1,86%
Outras Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	0	0,00%	1	0,62%
Fabricação de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	0	0,00%	1	0,62%
Aluguéis Não-Imobiliários e Gestão de Ativos Intangíveis Não-Financeiros	0	0,00%	1	0,62%
TOTAL	3.794	100,00%	161	100,00%

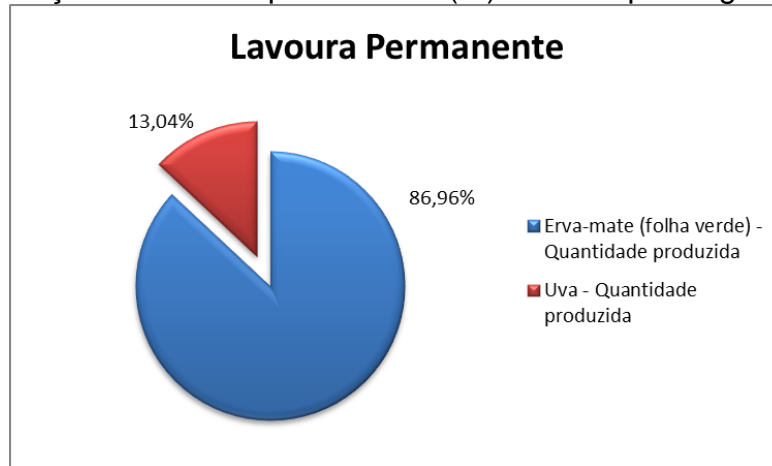
Fonte: Rais/Caged – MTE.

2.9.4 Atividades Agrícolas

Neste tópico serão abordadas as principais características da atividade agrícola, pecuária, extração vegetal e silvicultura do município de Campo Alegre. Para a análise foram utilizados os dados disponíveis no IBGE Cidades do ano de 2013 (último dado disponível).

O IBGE define lavoura permanente como a área plantada ou em preparo para o plantio de culturas de longa duração, que após a colheita não necessitam de novo plantio produzindo por vários anos sucessivos. Como se pode observar na Figura 16, destaca-se na lavoura permanente em Campo Alegre a erva-mate, tendo uma produção de 200 toneladas, representando 86,96% da produção permanente. A uva apontou uma produção de 30 toneladas, 13,04% da produção permanente municipal. Em relação à área plantada, a erva-mate teve 100 hectares de área colhida e a uva 5 hectares de área colhida.

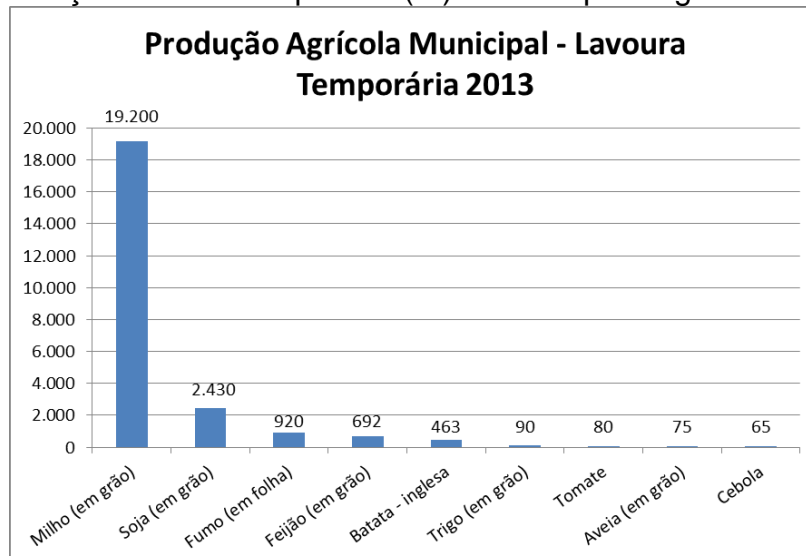
Figura 16 – Produção da lavoura permanente (%) em Campo Alegre – 2013.



Fonte: Adaptado do IBGE Cidades, 2015.

A lavoura temporária é definida pelo IBGE como áreas plantadas ou em preparo para o plantio de culturas de curta duração (menor que um ano) e que necessitam geralmente de novo plantio após cada colheita. Em relação à lavoura temporária, Campo Alegre possui mais variedades, o milho apresenta a maior proporção com 19.200 toneladas (79,95%) com 3.200 hectares de área colhida. Em sequência, a soja com 2.430 toneladas (10,12%) abrangendo 900 hectares de área colhida. Ainda, na lavoura temporária, destaca-se o fumo com 920 toneladas (3,83%), tendo uma área colhida de 460 hectares. Destacam-se, também, batata-inglesa (1,93%), trigo (0,37%), tomate (0,33%), aveia (0,31%) e cebola (0,27%), dando um total de 162 hectares de área colhida. (Figura 17).

Figura 17 – Produção lavoura temporária (%) em Campo Alegre – 2013.

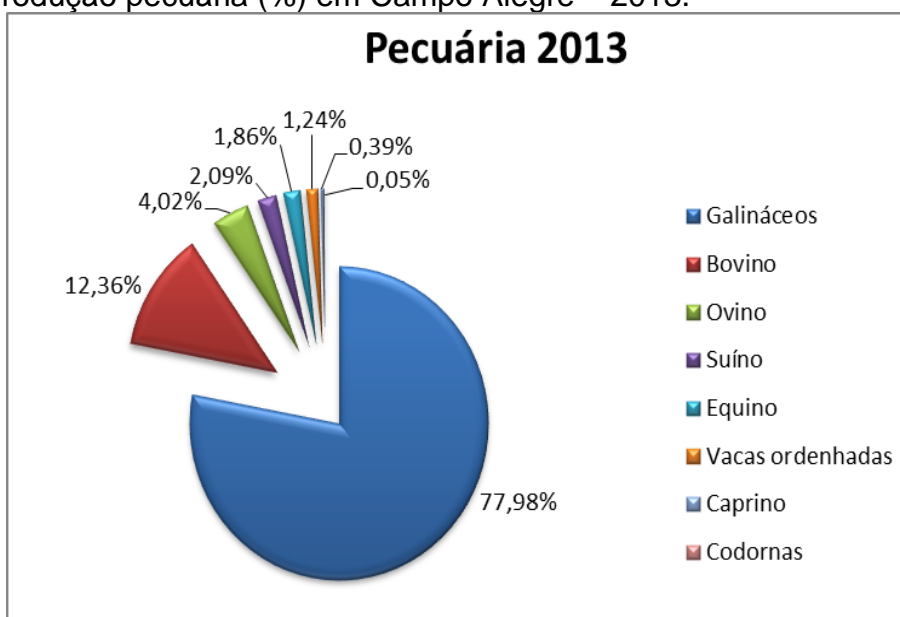


Fonte: Adaptado do IBGE Cidades, 2015.

Além da criação, há a produção pecuária, de acordo com os dados levantados do IBGE Cidades em 2013, o município de Campo Alegre produziu 2.297.000 litros de leite, 40.000 dúzias de ovos de galinha, 9.811 kg de mel de abelha, 11.000 kg de tilápia e 3.027 kg de lã. Nota-se uma correlação entre a criação e produção pecuária.

Em relação à pecuária, destacaram-se os galináceos (77,98%) representando 78.357 cabeças, sendo este o mais expressivo de todos; seguido dos bovinos (12,36%) com 12.425 cabeças. Os ovinos apresentaram 4.044 cabeças (4,02%). Campo Alegre ainda apresenta os suínos com 2.100 cabeças (2,09%). Há também outras criações como equinos (1,86%), vacas ordenhadas (1,24%), caprinos (0,39%), e codornas (0,05%), conforme observado na Figura 18.

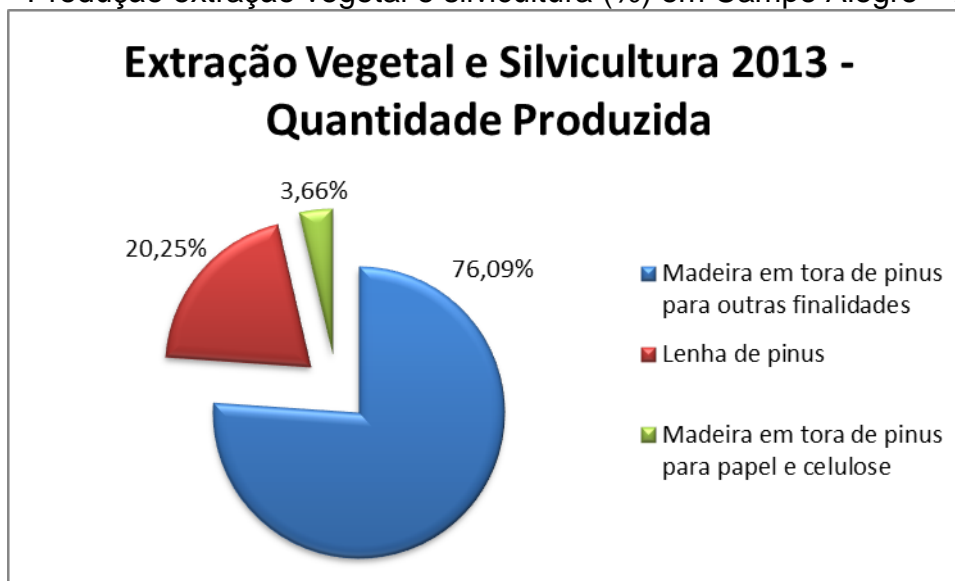
Figura 18 – Produção pecuária (%) em Campo Alegre – 2013.



Fonte: Adaptado do IBGE Cidades, 2015.

Na questão de extrativismo e silvicultura, Campo Alegre apresentou a produção da erva-mate cancheada com 30 toneladas e pinhão com 5 toneladas. O município se destaca na produção de madeira que segue com 94.000 metros cúbicos de lenha de pinus e 370.200 metros cúbicos de madeira em tora, sendo este último dividido em 17.000 metros cúbicos para papel e celulose e 353.200 metros cúbicos para outras finalidades, conforme mostra a Figura 19.

Figura 19 – Produção extração vegetal e silvicultura (%) em Campo Alegre – 2013.



Fonte: Adaptado do IBGE Cidades, 2015.

2.10 IDHM

No tocante ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M entre 2000 e 2010, os municípios que compõem a AMUNESC acompanharam a tendência de variação positiva dos municípios brasileiros, todos obtendo melhoria no ranking estadual em relação ao último levantamento. O município de Joinville, o maior da associação, apresenta índice muito alto (0,809) na faixa de desenvolvimento humano instituída pelo PNUD, que vai 0,800 a 1, alcançando a 21ª colocação no *ranking* nacional. Há também municípios que estão aquém desta média como Araquari (0,703), Balneário Barra do Sul (0,716), Garuva (0,753), Rio Negrinho (0,738), São Francisco do Sul (0,762) e São Bento do Sul (0,782) tendo o segundo maior Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios que compõem a associação. O município de Campo Alegre apresentou-se dentro da média em relação aos municípios da associação, obtendo um IDHM de 0,714, com a colocação no *ranking* nacional em 1.486º.

Observa-se que os avanços socioeconômicos, expressos nos subíndices do IDHM, muitas vezes, não refletiram na conquista de melhor posição no *ranking* nacional devido ao desempenho dos outros municípios em termos absolutos. Campo Alegre apresentou evolução no indicador de Educação (61,42%), conforme ilustra a



Tabela 38. Ainda assim, sua colocação no *ranking* regional manteve-se abaixo do município de Joinville, por exemplo, que apresentou 33,75% de variação no período, praticamente a metade.

Tabela 38 – IDH-M dos municípios pertencentes à AMUNESC – 2003 e 2013.

Municípios da Amarel	IDH-M 2003	IDH-M 2013	Ranking Nacional IDH-M 2013	Variação (%)		
				Índice de Renda	Índice de Longevidade	Índice de Educação
Araquari	0,578	0,703	1811 °	9,78%	7,24%	53,18%
Balneário Barra do Sul	0,639	0,716	1427 °	8,03%	2,80%	27,03%
Campo Alegre	0,582	0,714	1486 °	5,45%	8,47%	61,42%
Garuva	0,635	0,753	1154 °	12,69%	5,72%	40,34%
Itapoá	0,634	0,761	350 °	6,33%	9,66%	48,26%
Joinville	0,711	0,809	21 °	7,58%	2,30%	33,75%
Rio Negrinho	0,616	0,738	823 °	8,07%	9,14%	45,53%
São Bento Do Sul	0,679	0,782	113 °	8,53%	3,32%	35,92%
São Francisco Do Sul	0,658	0,762	335 °	4,23%	5,94%	40,93%
Santa Catarina	0,674	0,774	3°	7,81%	5,91%	32,51%
Brasil	0,612	0,727	-	6,79%	12,24%	39,69%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

O índice de renda apresentou crescimento de 5,45%, acompanhando a variação positiva da maioria dos municípios que compõem a AMUNESC, abaixo da variação encontrada no Estado de Santa Catarina (7,81%). Já o índice de longevidade, acompanhando todos os municípios da associação, também obteve uma variação positiva com 8,47%, superior ao aumento estadual (5,91%).

2.11 CARACTERIZAÇÃO FÍSICA

2.11.1 Caracterização dos aspectos climáticos

Em termos gerais, o clima de uma região é determinado pela circulação geral da atmosfera, pela ação das perturbações sinóticas e subsinóticas, além da influência da orografia e da cobertura do solo (NIMER, 1989).

A climatologia é reconhecida pela importância das zonas climáticas da Terra para a caracterização das relações entre clima e vegetação como resposta ao balanço de radiação e dos fenômenos meteorológicos, tanto na escala vertical



quanto na escala horizontal. Portanto, deve-se considerar a radiação solar em torno da conjunção de quatro fatores:

- Eficácia da energia solar, em função da intensidade da radiação;
- O grau de transmissibilidade da atmosfera, ou seja, o seu desempenho como intermediário entre energia solar e terrestre;
- O albedo da superfície terrestre, isto é, a sua capacidade de refletir e absorver a energia chegada;
- O efeito estufa ou a síntese de desempenho da atmosfera no balanço geral das trocas térmicas entre o Sol e a Terra.

A partir desses componentes verticais definem-se, na superfície terrestre, as massas de ar, frentes, ou seja, todo o complexo conjunto de sistemas de circulação horizontal, cuja atuação vem completar o quadro geral dos fluxos energéticos de um determinado local (MONTEIRO, 1991; VAREJÃO-SILVA, 2001).

De acordo com Ayoade (1998), Varejão-Silva (2001) e Nimer (1989), vários fatores devem ser considerados para caracterização de um clima local: radiação solar, latitude, altitude, continentalidade, massas de ar, correntes oceânicas. Estes fatores condicionam os elementos climáticos, como por exemplo, temperatura, precipitação, umidade do ar, ventos, pressão atmosférica, entre outros.

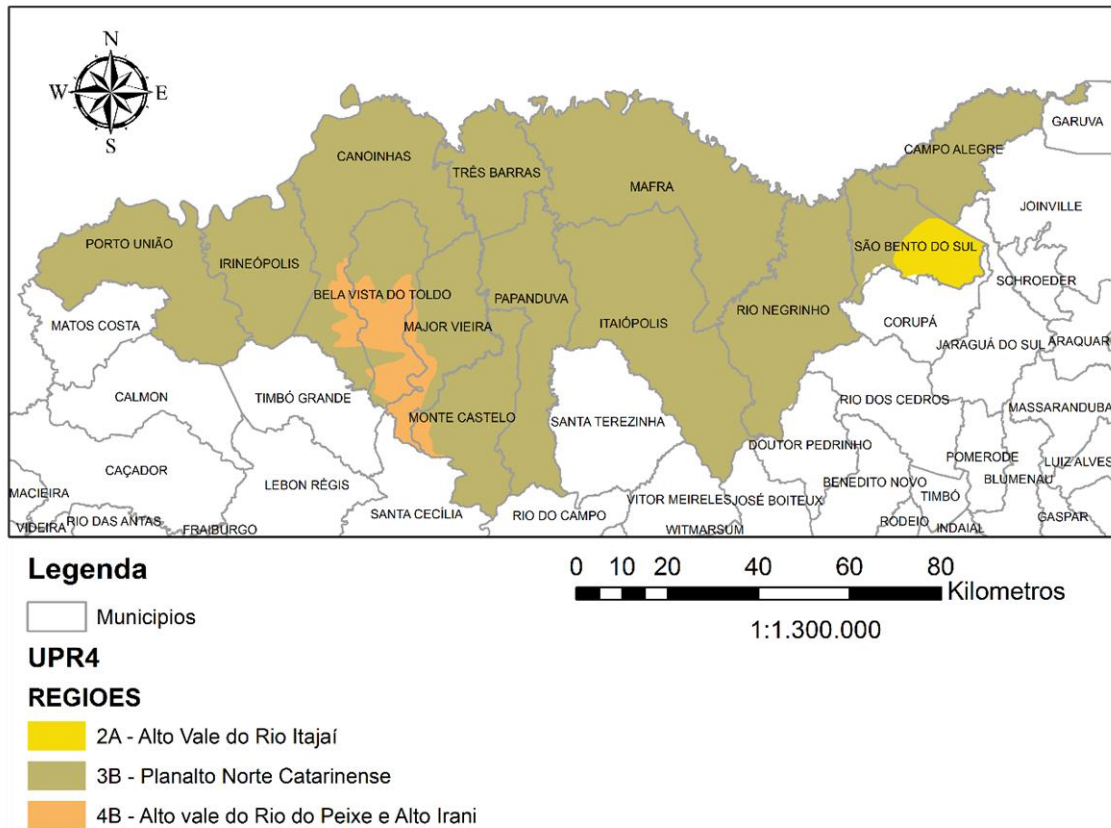
2.11.1.1 Classificação Climática

O relatório com os Dados e Informações Biofísicas da Unidade de Planejamento Regional Litoral Sul Catarinense (EPAGRI/CIRAM, 2001) apresenta um detalhamento na classificação climática de Köppen, aplicado ao zoneamento agroecológico, definindo zonas agroecológicas com base em combinações de vegetação, geomorfologia e características climáticas.

O município de Campo Alegre enquadra-se na zona Agroecológica 3B, conforme mostra a Figura 20 (EPAGRI/CIRAM/INMET).

Esta zona agroecológica é classificada como de clima Cfb, segundo Köppen, ou seja, clima temperado constantemente úmido, sem estação seca, com verão fresco (temperatura média do mês mais quente: 22,0°C).

Figura 20 - Zonas agroecológicas da Unidade de Planejamento Regional do Planalto Norte Catarinense (UPR 4).



Fonte: Dados e Informações Biofísicas da Unidade de Planejamento Regional do Planalto Norte Catarinense - UPR 4 (2001).

A temperatura média normal anual da Zona Agroecológica 3B varia de 15,5 a 17,0°C. A temperatura média normal das máximas varia de 22,6 a 24,0°C, e das mínimas de 10,8 a 11,8°C. A precipitação pluviométrica total anual pode variar de 1.360 a 1.670mm, com o total anual de dias de chuva entre 138 e 164 dias. A umidade relativa do ar pode variar de 80,0 a 86,2%. Os valores de horas de frio abaixo ou iguais a 7,2°C variam de 437 a 642 horas acumuladas por ano. A insolação total anual varia de 1.413 a 1.613 horas nesta sub-região (EPAGRI/CIRAM, 2001).

2.11.1.2 Dados Meteorológicos

A caracterização do clima regional foi realizada a partir dos dados de chuva da estação meteorológica de Joinville (Código 02648014). Além destas informações, foram utilizados como complementação os dados de chuva registradas



nas estações meteorológicas de Corupá (Código 02649013) e rio Jaraguá (Código 02649012). As estações são pertencentes à rede hidrológica da Agência Nacional de Águas (ANA).

A Estação de Joinville (Cód. 02648014) localiza-se na latitude 26°19'18" S e longitude 48°50'47" W, com altitude de 6m. A série de dados refere-se ao período de 1940 a 2014.

A Estação de Corupá (Cód. 02649013) localiza-se na latitude 26°25'26" S e longitude 49°17'33" W, com altitude de 200m. A série de dados refere-se ao período de 1946 a 2014.

A estação do rio Jaraguá (Código 02649012) está localizada no município de Jaraguá do Sul, com coordenadas geográficas (latitude 26°29'40" S, longitude 49°5'15" W e altitude de 30,00 m). A série histórica corresponde ao período de 1962 a 2006.

2.11.1.2.1 Pluviometria

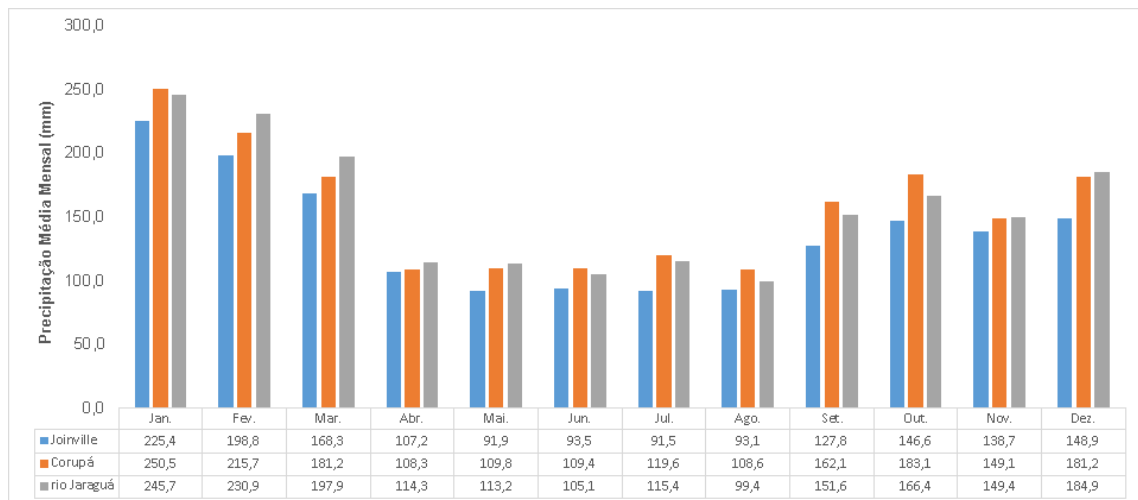
O regime de precipitação em Santa Catarina caracteriza-se por ser distribuído ao longo do ano, devido às características do relevo e à atuação da Massa de ar Polar Atlântica e da Massa Tropical Atlântica, que por sua constância fazem com que não ocorra uma estação seca (SANTA CATARINA, 1986).

A precipitação total anual no estado de Santa Catarina varia de 1220 a 2200 mm, sendo os valores mais altos observados no litoral norte do Estado e no extremo oeste (EPAGRI, 1999). A Figura 21 apresenta as precipitações médias mensais dos postos pluviométricos de Joinville, Corupá e do rio Jaraguá.

Pode-se observar alguma diferença sazonal quanto às características das precipitações. Os meses de Setembro a Março são caracterizados por chuvas mais frequentes e de maior intensidade, enquanto que os meses de Abril a Agosto pela menor intensidade e frequência das chuvas.

Na Tabela 39 encontram-se as estatísticas descritivas das precipitações mensais e anuais das estações meteorológicas de Joinville (Código 02648014), Corupá (Código 02649013) e Rio do Jaguará (Código 02649012).

Figura 21 - Variação da pluviometria média mensal, das estações de Joinville (Série 1940- 2014), Corupá (Série 1946-2014) e do rio Jaraguá (Série 1962-2006).



Em Joinville (Cód. 02648014) a pluviometria média anual é de 1.628,0 mm, com mínimo de 815,8 mm e máximo de 3.193,9 mm. Em Corupá (Cód. 02649013), a pluviometria média anual é de 1.875,9 mm, com mínimo de 1.140,5 mm e máximo de 3.127,7 mm. Em rio Jaraguá (Cód. 02649012), a pluviometria média anual é de 1.874,0 mm, com mínimo de 972,5 mm e máximo de 2.909,5 mm.

Tabela 39 - Estatísticas observadas dos totais mensais e anuais de precipitação na Estação de Joinville (Série 1940-2014) (Joi.), na Estação de Corupá (Série 1946-2014) (Cor.) e na Estação do rio Jaraguá (Série 1962-2006) (rio Jar.).

Estatísticas Observadas (mm)									
Estação	Joi.	Cor.	Rio Jar.	Joi.	Cor.	Rio Jar.	Joi.	Cor.	Rio Jar.
Mês	Maior			Média			Menor		
Jan.	783,3	479,1	536,7	225,4	250,5	245,7	43,8	27,8	77,8
Fev.	478,7	528,1	586,9	198,8	215,7	230,9	50,0	38,1	88,1
Mar.	481,0	396,2	551,0	168,3	181,2	197,9	40,7	39,8	48,2
Abr.	365,1	321,8	255,2	107,2	108,3	114,3	0,0	0,0	2,5
Mai.	398,0	465,0	512,8	91,9	109,8	113,2	11,5	4,1	6,1
Jun.	332,1	443,2	235,2	93,5	109,4	105,1	2,2	10,4	19,5
Jul.	282,0	678,0	475,2	91,5	119,6	115,4	8,8	13,2	10,9
Ago.	385,6	442,1	396,3	93,1	108,6	99,4	5,6	1,6	3,0
Set.	335,3	391,2	327,9	127,8	162,1	151,6	14,1	15,4	21,5
Out.	372,0	446,7	382,2	146,6	183,1	166,4	14,3	41,8	56,4
Nov.	606,9	404,3	301,0	138,7	149,1	149,4	11,5	11,1	33,2
Dez.	367,7	461,7	401,3	148,9	181,2	184,9	44,0	41,8	34,0



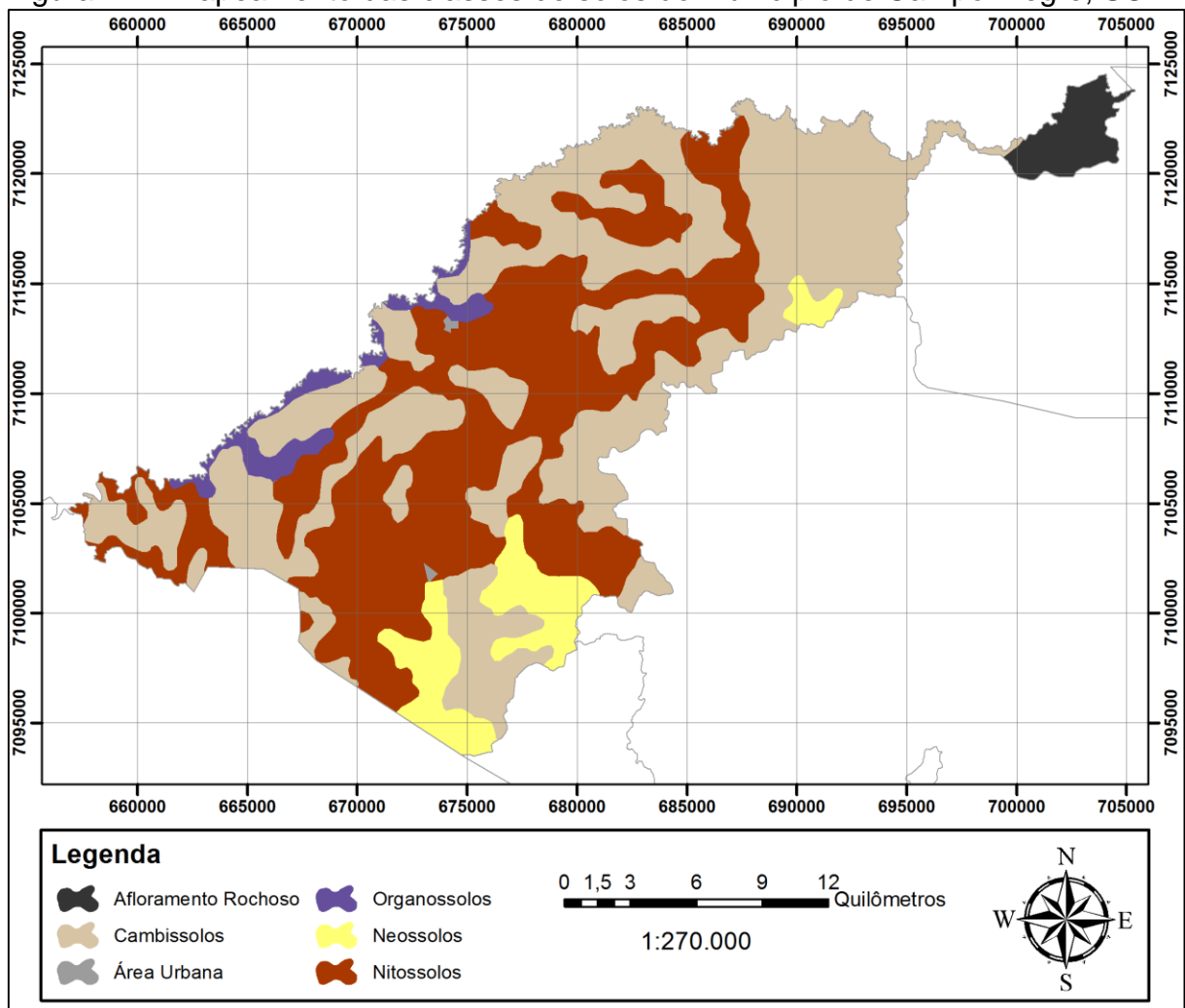
Estatísticas Observadas (mm)

Estação	Joi.	Cor.	Rio Jar.	Joi.	Cor.	Rio Jar.	Joi.	Cor.	Rio Jar.
Mês	Maior			Média			Menor		
Anual	3.193,9	3127,7	2.909,5	1628,0	1.875,9	1.874,0	815,8	1.140,5	972,5

2.11.2 Pedologia

A descrição dos solos no município de Campo Alegre baseou-se no Mapa Pedológico do Planalto Norte de Santa Catarina (EMBRAPA, 1998), com escala de 1:250.000 e no Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (EMBRAPA, 2013). Cabe ressaltar que se deve considerar que o segmento mínimo representável na escala 1:250.000 do mapa base utilizado, segundo o IBGE (2007) é de 2,5 km².

Figura 22 – Mapeamento das classes de solos do município de Campo Alegre, SC.



Fonte: Adaptado de Embrapa (1998) e Embrapa (2013).



Dessa forma, os solos predominantes no município de Campo Alegre são classificados em CAMBISSOLOS, NITOSSOLOS, NEOSSOLOS e ORGANOSSOLOS. A Figura 22 apresenta as classes de solos mapeadas para o município de Campo Alegre, sendo que o mapeamento também inclui afloramentos rochosos e áreas urbanas.

2.11.2.1 Classes de Solos

Os Cambissolos são solos que apresentam horizonte B incipiente, abaixo de qualquer tipo de horizonte superficial. São considerados solos imperfeitamente a fortemente drenados, dependendo das formas de relevo e das condições climáticas.

Os Neossolos são solos jovens e apresentam como característica horizonte A ou hístico posicionado diretamente acima de um horizonte C, ou sobre material com 90% ou mais de sua massa constituída por fragmentos de rocha com diâmetro maior que 2 mm, apresentando contato lítico típico ou fragmentário dentro de 50 cm da superfície do solo.

Organossolos são solos poucos evoluídos, característicos pela grande concentração de matéria orgânica e resultante do acúmulo de restos vegetais (em diferentes graus de decomposição). Localizam-se em áreas com drenagem insuficiente ou em locais úmidos de altitudes elevadas.

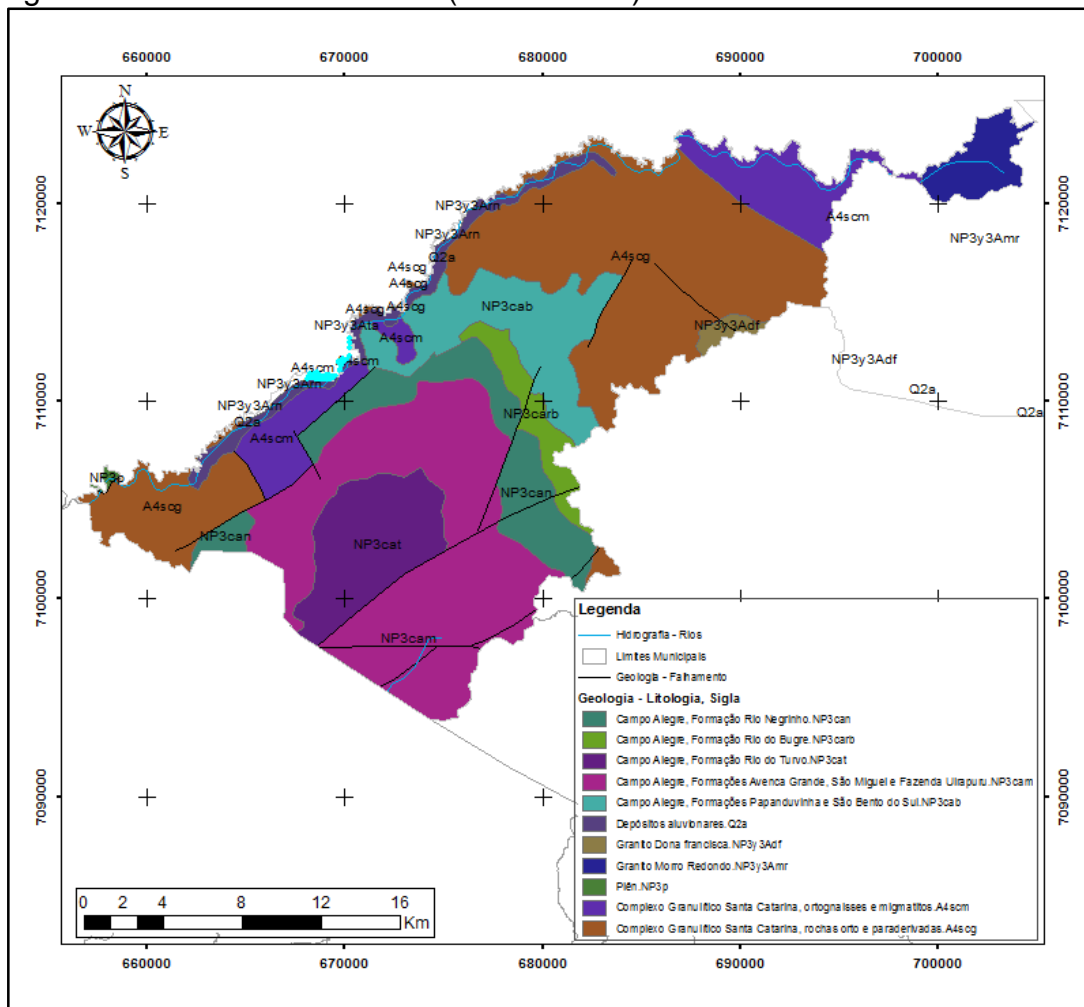
Os Nitossolos são solos que apresentam 35% ou mais de argila, inclusive no horizonte A, concomitantemente ao horizonte B nítico (horizonte não hidromórfico, com textura argila ou muito argilosa, com relação textural B/A inferior a 1,5).

São classificados como vermelho quando apresentam matiz 2,5YR ou mais vermelho na maior parte do horizonte B. Apresentam horizonte B bem definido, principalmente em termo de grau de desenvolvimento de estrutura, associado à presença de cerosidade e/ou superfícies de compressão. São solos profundos, bem drenados e de coloração vermelho a brunada.

2.11.3 Geologia

A metodologia para elaboração deste trabalho baseou-se na Carta Geológica do Brasil ao Milionésimo (2004) realizado pelo Serviço Geológico Brasileiro-CPRM (Figura 23). Cabe ressaltar que deve se considerar que o segmento mínimo representável na escala 1:1.000.000 do mapa base utilizado é de 6 Km².

Figura 23 - Mapa Geológico do Município de Campo Alegre, baseado na Carta geológica do Brasil ao Milionésimo (CPRM 2004).



Fonte: CPRM, 2014.

O município de Campo Alegre está inserido no contexto geológico da Província Costeira de Santa Catarina, sendo constituído por quatro diferentes domínios geológicos: Complexo Granulítico de Santa Catarina, Terreno Luís Alves, Bacia Vulcanossedimentar de Campo Alegre e Coberturas Sedimentares Cenozoicas.



O Complexo Granulítico de Santa Catarina ocorre de forma significativa na zona centro-oeste da extensão territorial do município de Garuva. Esse domínio é representado por rochas ortoderivadas e paraderivadas, assim como ortognaisses e migmatitos.

Terreno Luis Alves ocorre de forma substancial na área, sendo constituído por rochas ígneas félsicas, intermediárias e ácidas, representadas por ortognaisses granulíticos.

A Bacia de Campo Alegre localiza-se a nordeste do Estado de Santa Catarina, onde ocupa uma área de aproximadamente 500km². Trata-se de uma bacia vulcanossedimentar com características anorogênicas do período Neoproterozoico situada na Microplaca Luís Alves, próximo ao limite com a Microplaca Curitiba.

Depósitos Cenozoicos predominam na extensão territorial do município, sendo que esse domínio é composto por depósitos sedimentares inconsolidados de sistema litorâneo ou transicional, encontrados principalmente na parte oeste do território do município.

O Quadro 1 apresenta a coluna estratigráfica representada pelas unidades litoestratigráficas, siglas e idade geológica.

Quadro 1 – Coluna Estratigráfica do município de Campo Alegre, SC.

ERA	IDADE PERÍODO	ÉPOCA	Sigla	UNIDADE LITOESTRATIGRÁFICA
Neoarqueano	-	-	A4scg	Unidade de Rochas Ortoderivadas e paraderivadas
			A4scm	Ortognaisses e migmatitos
Neoproterozoico	Ediacarano	-	NP3cat	Formação Rio Turvo
			NP3cam	Formação Avenca Grande, Uiapurí e Serra São Miguel
			NP3can	Formação Rio Negrinho
			NP3carb	Formação Rio do Bugre
			NP3cab	Formação São Bento do Sul e Papanduva
			NP3y3Amr NP3y3Adf	Granito Morro Redondo Granito Dona Francisca
Cenozoico	Quaternário	Holoceno	Q2a	Depósitos Aluvionares



2.11.3.1 Complexo Granulítico de Santa Catarina

O complexo Granulítico de Santa Catarina constitui-se, principalmente, de gnaisses polifásicos de composição básica, embora ocorram também: rochas calissilicatadas, piroxenitos, anortositos, anfibolitos, quartzitos e silimanita gnaisses.

2.11.3.1.1 Unidade de Rochas Ortoderivadas e Paraderivadas

Esta unidade abrange parte preponderante da região centro-norte do escudo catarinense. A unidade é composta por um diversificado espectro de litologias, que inclui, além de gnaisses hiperstênicos quartzofeldspáticos amplamente dominantes, outras associações litológicas, como: ultramfítos, gnaisses calcissilicáticos, kinzigitos, anortositos, quartzitos e eventualmente formações ferríferas.

2.11.3.1.2 Unidade de Ortognaisses e Migmatitos

Esta unidade é presente de forma significativa na face oeste da extensão territorial do município, abrange uma série de rochas metamorfozadas e deformadas como granulitos piroxeníticos, leucogranitos foliados, quartzito e formação ferrífera bandada. Assim como ortogneisse de composição biotita-(anfibiólio) e migmatitos granodioríticos, tonalíticos, quartzo-diorítico a diorítico.

2.11.3.2 Bacia Vulcanossedimentar de Campo Alegre

A Bacia de Campo Alegre é uma importante bacia vulcanossedimentar de idade neoproterozóica. Através da análise do mapa geológico integrado, pode-se observar a forma geométrica oval da bacia e limitar as bordas pelo seu embasamento, onde predominam gnaisses tonalíticos metamorfisados em fácies granulito a anfibolito que apresentam variações composicionais entre termos tonalíticos a granodioríticos. Conglomerados polimíticos, arenitos arcoseanos, ritimitos, brechas piroclásticas, ignimbritos, derrames de composição andesítica a riolítica e tufos definem a sucessão estratigráfica da bacia. Ocorrem intrusões graníticas, de idade também neoproterozóica, em sua porção norte e sul,



correspondentes à Província Graciosa e ainda diques de diabásio na região central de idade quaternária.

2.11.3.2.1 Formação Rio Turvo

Sedimentos finos, siltitos turbidíticos com níveis subordinados de vulcanoclásticas finas (tufos finos), ignimbritos e lavas félsicas, depositados dentro do ambiente de uma caldeira vulcânica.

2.11.3.2.2 Formação Avenca Grande/Uiapurú/Serra São Miguel

Composta por ignimbritos na parte basal. Subordinadamente são observadas rochas do tipo traquito, quartzito traquito; riolito e traquiandesito. São observadas raras estruturas de fluxo e de queda piroclásticas, compreendendo estruturas do tipo brechas piroclásticas ácidas recobertas por lava vítrea

2.11.3.2.3 Formação Rio Negrinho

Derrames e intrusões básicas, intermediárias e ácidas, compreendendo rochas do tipo basaltos e andesitos intercalados com traquitos e quartzo-traquitos e níveis de pelitos laminados no topo.

2.11.3.2.4 Formação Rio do Bugre

Essa formação é composta por arenitos grossos a finos, arcoseanos com estratificações cruzadas tabulares de pequeno porte e apresentando lentes de conglomerados finos na base. No topo, arenitos médios a finos, arcoseanos, intercalados com siltitos arenosos e argilosos.

2.11.3.2.5 Formação São Bento do Sul/ Papanduva

Essa formação é composta por conglomerados polimíticos, clasto sustentado, com fragmentos de tamanho seixo, bloco e pequenos matacões angulosos a subarredondado, com matriz arenosa feldspática a arcoseana; rica em máficos, com argila variável e cimentação ferruginosa.



2.11.3.3 Terreno Luís Alves

Formado durante o Arqueano-Proterozoico Inferior e metamorfoisado em alto grau durante o Ciclo Transamazônico (2,2 a 1,8 bilhões de anos), é constituído por rochas ígneas félsicas, intermediárias e ácidas, representadas por ortognaisses granulíticos, bandados a maciços, de composição tonalito-granodiorítica. Contém frequentes contribuições plutônicas de ambiente de arco insular representadas por rochas básicas granulitizadas. Subordinadamente ocorrem migmatitos, metaultramáficas, granulitos piroxeníticos, quartzitos, gnaisses kinzigíticos e formações ferríferas. O metamorfismo de alto grau deu-se no início do Proterozóico Inferior, entre 2,0 e 1,8 bilhões de anos. Abrange o Complexo Granulítico Serra Negra e parte do Complexo Máfico Ultramáfico de Piên. Ao norte e noroeste esse domínio foi cavalgado pelo Domínio Curitiba. A nordeste e leste, é limitado pelo Batólito Paranaguá por falhas transcorrentes e de cavalgamento e, ao sul, adentra o Estado de Santa Catarina.

2.11.3.3.1 Granito Morro Redondo

Constitui-se de um K - feldspato granito, de morfologia isótropa na porção central e cataclasado nas bordas do corpo. Apresenta granulação média a grossa, sendo que raramente porfirítico. Leucocrático, de cor cinza claro a castanho rosado, apresentando textura hipidiomórfica granular.

Mineralogicamente é composto por quartzo, K-feldspato, plagioclásio, biotita, hornblenda, anfibólios sódicos (riebeckita, arfevdsonita), piroxênio Na-Ca (aegirina-augita) e olivina (fayalita).

2.11.3.3.2 Granito Dona Francisca

Composto por granitos subalcalinos e alcalinos, tipo A e sienogranitos a sienitos, leucocráticos, de cor vermelho carne, morfologicamente isótopos. Apresenta granulação fina e média a grossa. Mineralogicamente são compostos por ortoclásio, quartzo, plagioclásio, apresentam poucos máficos, dos quais anfibólios



apresentam-se prismáticos finos e intersticiais, apresenta rara biotita preta fina. Epidoto verde e pirita fina são acessórios, cavidades miarolíticas são eventuais.

2.11.3.4 Depósitos Cenozoicos

A planície costeira é constituída por unidades geológicas de idade Cenozoica, agrupadas em sistemas deposicionais correspondentes à parte emersa da Bacia de Pelotas, tendo sua história geológica iniciada durante o Terciário superior, sofrendo ação de vários ciclos transgressivos e regressivos, controlados por movimentos isostáticos e, posteriormente, por movimentos eustáticos durante o Quaternário, principalmente no Pleistoceno superior e Holoceno (Diehl & Horn, 1996). A origem da Bacia de Pelotas está indiscutivelmente relacionada com os acontecimentos geotectônicos que conduziram a abertura do Oceano Atlântico Sul, a partir do Jurássico, e que resultaram na ruptura do bloco continental gondwânico e posterior separação dos continentes africano e sulamericano (Villwock, J.A. & Tomazelli, L.J, 1995).

2.11.3.5 Depósitos de Barreira Holocênica – Aluvionares

Os depósitos aluvionares e de retrabalhamento fluvial são construídos por sedimentos arenosos e lamosos, eventualmente com cascalheiras, ocorrem em regiões de baixa declividade e ao longo das drenagens, associados à deposição do sistema fluvial. Geralmente bem estratificados, refletindo deposição a partir de fluxos torrenciais canalizados e não-canalizados.

Entre os tipos de depósitos fluviais mais ocorrentes pode ser citados os de fundo de canal, de planície de inundação, de rompimento de diques marginais e de meando (barra em pontal). Nos depósitos de fundo de canal ocorrem areias e cascalhos depositados através de cargas de tração. Nos depósitos de planície de inundação ocorre, principalmente, sedimentação lamosa, acumulada quando há o transbordamento do leito do rio em períodos de cheia. Os depósitos de rompimento de diques envolvem a deposição de areia e lama. Nos depósitos de meandro a sedimentação é essencialmente arenosa.



2.11.4 Hidrogeologia

A descrição da hidrogeologia no município de Campo Alegre baseou-se no Mapa Hidrogeológico do Estado de Santa Catarina do Programa de Disponibilidade Hídrica do Brasil com escala de 1:500.000 da Companhia de Pesquisa em Recursos Minerais do ano de 2013.

De acordo com a CPRM (2013), o município de Campo Alegre apresenta:

Aquífero livre a semiconfinado de extensão regional, com porosidade por fraturamento, descontínuo, heterogêneo e anisotrópico. Localizado na unidade hidroestratigráfica Campo Alegre, subordinadamente unidade hidroestratigráfica Embasamento Cristalino (Complexo Granulítico). As vazões captadas por poços bem construídos variam entre 2,0 e 15,0 m³/h. Os níveis estáticos variam geralmente entre 5,0 e 20,0 m. Esta zona aquífera caracteriza-se por apresentar água com qualidade química boa para todos os fins: abastecimento doméstico e público, agrícola e industrial. O valor de TSD geralmente é inferior a 150 mg/L. São aconselhados poços tubulares profundos, com profundidades da ordem de 100 m. Aquíferos fraturados vulcano-sedimentares, com intercalações de aquíferos porosos muito consolidados localmente muito vulneráveis. Possuem baixo risco à contaminação, especialmente pelo escasso povoamento. Poços mal construídos e abandonados contribuem para aumentar o risco.

Aquíferos livres a semiconfinados de extensão regional, com porosidade por fraturamento ampliada localmente por aquíferos com porosidade intergranular, descontínuo, heterogêneo e anisotrópico. Localizados na unidade hidroestratigráfica Embasamento Cristalino. As vazões dos poços variam geralmente entre 2,0 e 9,0 m³/h. Existem raros poços cuja vazão atinge 20,0 m³/h. Os níveis estáticos variam geralmente entre 3,0 e 12,0 m. Terrenos cársticos podem apresentar vazões mais altas, superiores a 70 m³/h. Esta zona aquífera caracteriza-se por apresentar água com qualidade química boa para todos os fins: abastecimento doméstico e público, agrícola e industrial. O valor de TSD geralmente é inferior a 300 mg/L, com valores de ferro e manganês que localmente ultrapassam os teores estipuladas pelas normas de potabilidade. Os poços que captam água dos granitos podem apresentar altos teores de flúor. Também ocorrem águas termais, radioativas. São



aconselhados poços tubulares profundos, com profundidades da ordem de 150 m. Nas áreas onde o manto de intemperismo é espesso, baixas vazões podem ser obtidas de poços ponteira, porém com o risco de captação de águas poluídas. Aquíferos fraturados, localmente com espessas coberturas porosas. Os solos são predominantemente argilosos, o que os torna de média a baixa vulnerabilidade. Possuem alto risco de contaminação quando ocupam grandes áreas urbanas.

Aquicludes e aquíferos, raramente aquíferos localizados, restritos a zonas fraturadas, localizados na unidade hidroestratigráfica Embasamento Cristalino. Zona aquífera desfavorável para poços tubulares profundos. O aproveitamento se dá por captação de fontes ou localmente por poços ponteira. Esta zona aquífera caracteriza-se pela grande ocorrência de fontes, apresentando águas selecionadas com a infiltração recente de precipitações. A potabilidade química é boa e o TSD não ultrapassa 50 mg/L. Áreas praticamente sem aquíferos, representadas por maciços granulíticos e graníticos, pouco fraturados e em grandes altitudes, possuem baixa vulnerabilidade. Devido à geomorfologia desfavorável, as áreas escassamente povoadas não apresentam risco de contaminação.

2.11.5 Cobertura Vegetal – Geral

2.11.5.1 Caracterização da Flora Regional

O estado de Santa Catarina encontra-se totalmente inserido no Bioma Mata Atlântica, abrangendo diferentes fitofisionomias, como a Floresta Ombrófila Densa, a Floresta Ombrófila Mista, Floresta Estacional Decidual, campos de altitude, restingas e mangues, cujos, limites, utilização e proteção são regulamentados pela Lei n. 11.428/2006 e pelo Decreto n. 6660/2008 (BRASIL, 2006, BRASIL, 2008). Segundo Silva (1999), este agrupamento dos ecossistemas não é o mais apropriado, porém, é muito vantajoso sob o ponto de vista conservacionista porque o Bioma Mata Atlântica desfruta da proteção assegurada pela legislação federal.

Os ecossistemas de florestas tropicais úmidos ocupam 7% da superfície da terra, englobando 2/3 da biodiversidade do Planeta. O Brasil se destaca neste universo por abrigar duas grandes florestas: Amazônia e Atlântica, perfazendo um



total de trezentos e cinquenta e sete milhões de hectares (MITTERMEIER et al., 1999; ALMEIDA, 2000).

Particularmente, a Mata Atlântica insere-se neste contexto por ser considerada um grande centro de diversidade e endemismo de várias famílias e gêneros de plantas vasculares. Cerca de 10.000 são consideradas endêmicas e 50% delas não são encontradas fora deste ecossistema (CAPOBIANCO; LIMA; 1997; CONSELHO NACIONAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA, 1999; KAGEYAMA; GANDARA, 2003).

O planalto catarinense é caracterizado em grande parte pelo domínio da *Araucaria angustifolia*, interrompido pela ocorrência de campos limpos, campos sujos e por uma floresta de “transição”, que é denominada de “faxinal” na região da borda oriental (KLEIN, 1978).

Segundo Klein (1978), os campos do planalto catarinense formam núcleos consideráveis, nos municípios de Lages, São Joaquim, Campos Novos, Curitibanos, Matos Costa, bem como na parte norte da zona do Rio do Peixe. Em diversos outros pontos, há campos menores, merecendo menção, contudo, os campos de Irani, Maфра, Aberlardo Luz, Campo Alegre, Bom Retiro e Campo Êre, em virtude de sua importância fitofisionômica.

Os campos do planalto são subdivididos em três outras subformações: Campos com capões, florestas ciliares e pequenos bosques de pinhais, Campos de inundação dos rios Negro e Iguaçu e Campos de altitude na borda oriental do planalto catarinense (KLEIN, 1978).

Especificamente o município de Campo Alegre, encontra-se totalmente inserido no Bioma Mata Atlântica (BRASIL, 2006), tendo como fitofisionomia predominante os Campos do Planalto, classificado por Klein (1978), como *Campos com capões, florestas ciliares e pequenos bosques de pinhais*.

Nestes campos ocorre predomínio de agrupamentos herbáceos formados por gramíneas, ciperáceas, compostas, Leguminosas e verbenáceas que imprimem o aspecto de “campos limpos”, sendo que, de modo geral, não se pode dissociar dos mesmos a ocorrência maior ou menor de “campos sujos”, onde predominam a carqueja-do-campo (*Baccharis articulata*), a vassoura-lajeana (*Baccharis uncinella*), samambaia-das-taperas (*Pteridium aquilinum*), bem como capões e as típicas matas



ciliares e de galeria, que, às vezes, se alargam formando verdadeiros bosques de pinhais no meio da formação campestre (KLEIN, 1978).

Segundo Klein (1978), através de atividades pastoris e queimadas, o homem tem modificado consideravelmente o aspecto primitivo dos campos. Aliando esta atividade à derrubada das matas e, sobretudo, ao aproveitamento dos faxinais, com objetivo de obter maiores áreas de pastagens, tornando muito difícil uma reconstituição exata dos limites ocupados pelos campos primitivos no planalto catarinense.

2.11.5.2 As Áreas de Preservação Permanente e as Unidades de Conservação

De modo geral, a Mata Atlântica e seus ecossistemas associados cobriam, à época do descobrimento, 1.360.000 km². Atualmente, apenas 8% da área do bioma preservam suas características bióticas originais. Apesar da devastação a que foi submetido, abriga ainda altíssimos níveis de riqueza biológica e de endemismos (SARNEY-FILHO, 2000), o que indica que este ecossistema é um grande centro de evolução (DARIO, 1999).

Segundo Dario (1999), a maior parte dos fragmentos florestais existentes sofreu algum tipo de perturbação antrópica. A fragmentação de ambientes naturais é resultado de um processo histórico de perturbação da vegetação. A estrutura e dinâmica destes fragmentos podem estar sendo afetados por diversos fatores, como as áreas, forma, tipo de vizinhança e grau de isolamento.

A redução das áreas ocupadas por vegetação nativa tem levado a alarmantes taxas de perdas de biodiversidade e ao empobrecimento dos recursos genéticos (MYERS et al., 2000 apud REIS et al., 2003).

Mediante este contexto, há muito se têm buscado políticas públicas que possibilitem a preservação dos remanescentes florestais, podendo-se destacar entre estas a Lei Federal n. 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, a Lei Federal n. 11.428/2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica e Lei Federal n. 12.651/2012, que institui o Novo Código Florestal Brasileiro em substituição à antiga Lei Federal n. 4.771/1965 (BRASIL, 2000; 2006; 2012).



Definidas através da Lei Federal n. 12.651/2012, Art. 3º inciso II, as áreas de preservação permanente compreendem as áreas protegidas, cobertas ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (BRASIL, 2012).

Embora este conceito seja apresentando sem muitas mudanças desde a Lei Federal n. 4.771/1965, poucas ações em âmbito nacional foram adotadas para compelir a ocupação das áreas de preservação permanente e a alteração de sua função conforme proposto pela Lei.

Neste sentido, o município de Campo Alegre, a exemplo de grande parte dos municípios brasileiros, tem grande parte das suas áreas de preservação permanente representadas em sua maioria por margens de rios, lagoas e nascentes e morros ocupadas por atividades, contrárias ao disposto nos instrumentos legais vigentes.

2.11.6 Recursos Hídricos

Neste diagnóstico, optou-se em não apresentar informações sobre os recursos hídricos, em função deste assunto ser discutido de forma mais ampla no Volume 3 - Diagnóstico do Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário.

2.12 PLANEJAMENTO DA OCUPAÇÃO TERRITORIAL DE CAMPO ALEGRE

O Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257 de 2001, torna o Planejamento Municipal e o Plano Diretor obrigatórios para muitos dos municípios do Brasil. Regulamentando os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, determina diretrizes para o ordenamento público e de razão social e ambiental.

No caso de Campo Alegre, parte deste planejamento pode ser observada junto ao mapa de Zoneamento do Solo em conjunto com o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Campo Alegre - Lei nº 37 de 10 de outubro de 2006 - que busca “a qualificação e o desenvolvimento equilibrado e sustentável do meio



urbano e rural garantindo a premissa constitucional das funções sociais da propriedade e da cidade”. E é complementado pela Lei nº 3876 de 12 de setembro de 2012 que “redefine zona urbana do município e determina outras providências”, referente aos limites do zoneamento municipal.

2.12.1 Plano Diretor do município de Campo Alegre

O Plano Diretor de Campo Alegre busca a qualificação e o desenvolvimento equilibrado e sustentável do meio urbano e rural, constituindo-se como “instrumento básico da política municipal de desenvolvimento e de expansão urbana”, tendo como princípios fundamentais as funções sociais da cidade e da propriedade, conforme estabelecido pela Constituição Federal (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, 2006c, p.1). Assim, o Plano Diretor é constituído pelos elementos expostos no Art. 6º:

- I- Diretrizes básicas para o Desenvolvimento Sustentável;
- II- Instrumentos de Controle Urbanístico;
- III- Instrumentos de Indução do Desenvolvimento Urbano;
- IV- Instrumentos de Promoção do Desenvolvimento Urbano;
- V- Instrumentos de Regularização Fundiária;
- VI- Instrumentos de Democratização da Gestão Urbana;
- VII- Instrumentos Complementares (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, 2006c, p.3).

As diretrizes básicas para o desenvolvimento sustentável, que nortearão o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Campo Alegre, são definidas no Art. 7º e segmentadas nos seguintes incisos:

- I- Estruturação Territorial e Integração Regional;
- II- Promoção Econômica;
- III- Qualificação do Ambiente Natural;
- IV- Qualificação do Ambiente Construído;
- V- Promoção Social;
- VI- Mobilidade Urbana e Rural (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, 2006c, p.3).

O referido Plano Diretor utiliza elementos do Estatuto da Cidade como instrumentos da política territorial municipal e de promoção do desenvolvimento urbano. Dentre eles, incluídos na Seção III – dos Instrumentos de Indução do Desenvolvimento Urbano – estão: Utilização Compulsória, IPTU Progressivo no Tempo; Desapropriação para Fins de Reforma Urbana e Sistema Tributário (com vistas a estimular ou restringir a ocupação do solo).



Estes instrumentos visam à redistribuição de oportunidades imobiliárias na cidade, permitindo uma flexibilidade no controle do uso e ocupação do solo, gerando, assim, recursos para investimentos municipais, garantindo a função social da cidade e da propriedade, direcionando recursos e a riqueza de forma justa, buscando combater as situações de desigualdade social e econômica. São diretrizes que buscam efetivar a função social da cidade, elencadas no Art.5º do Plano Diretor:

Art. 5º (...)

I - Garantir o direito a cidades sustentáveis, entendidos como direito a terra, a moradia, ao saneamento ambiental, a infraestrutura básica, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer;

(...)

IV - Planejar o desenvolvimento da cidade, a distribuição espacial da população e as atividades econômicas no município, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;

V - Ofertar equipamentos e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população local;

VI - Ordenar e controlar o uso e a ocupação do solo;

VII - Integrar e complementar as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento sócio econômico do município;

VIII - Distribuir de forma justa os benefícios decorrentes do processo de urbanização;

(...)

XI - Proteger, preservar e recuperar o meio ambiente natural e construído, o patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;

(...)

XIII - Promover regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, considerando a situação socioeconômica da população e as normas ambientais;

XIV - Simplificar a legislação do parcelamento, uso e ocupação do solo e das normas edilícias com vistas a permitir a redução dos custos e o aumento da oferta dos lotes e unidades habitacionais;

XV - Igualar as condições para os agentes públicos e privados na promoção de empreendimentos e atividades relativas ao processo de urbanização, atendido o interesse social;

XVI - Preservar o meio ambiente e a qualidade de vida dos cidadãos, com vistas ao desenvolvimento do turismo, como forma de garantir o direito a cidade e a um município auto-sustentável (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, 2006c, p.2).

Os instrumentos de Promoção do Desenvolvimento Urbano estão discriminados nos incisos do Art. 35 do Plano Diretor:

I - Consórcio Imobiliário;

II - Direito de Superfície;

III - Transferência do Direito de Construir;

IV - Outorga Onerosa do Direito de Construir;

V - Operações Urbanas Consorciadas;

VI - Direito de Preempção (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, 2006c, p.10).



O Plano define, na Subseção I, a Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia, que conforme disposto no Art. 48, “visa garantir àquele que, até 30 de junho de 2001, possui como seu, por 5 (cinco) anos, ininterruptamente e sem oposição, até 250 m² de imóvel público situado em área urbana, utilizando-o para sua moradia[...]”.

Já na Subseção II, que trata da Concessão do Direito Real de Uso, aplica-se visando disciplinar a utilização de imóveis por entidades reconhecidas como de interesse público e que apresentem propostas sociais.

A Democratização da Gestão do Planejamento, que “visa garantir a participação popular na gestão das políticas e na tomada de decisões sobre os grandes empreendimentos a serem realizados na cidade”, define seus instrumentos no Art. 50:

Art. 50 (...)

I - Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Urbano do município de Campo Alegre;

II - Fórum Permanente;

III - Conselho Municipal de Habitação e Saneamento;

IV - Do Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, 2006c, p. 13).

Os Instrumentos Complementares, um dos elementos do Plano Diretor mencionado anteriormente, “visam promover o desenvolvimento sustentável através de planos e programas, elaborados e implementados de forma sistemática e contínua, capazes de orientar os vários governos municipais na gestão do planejamento” (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, 2006c, p.18). Fazem parte destes instrumentos os Planos de Integração Regional, os Planos Setoriais, o Sistema de Avaliação de Desempenho e o Plano de Conservação do Patrimônio Histórico.

Seguindo todos esses preceitos, o Município busca desenvolver-se de forma ordenada, respeitando o direito coletivo da cidade e da propriedade acima do individual, garantindo que haja continuidade nos governos seguintes e assim, satisfatórios resultados em longo prazo.

Quanto à Promoção Econômica, é importante destacar alguns incisos do Art. 10 do Plano Diretor que determinam diretrizes estratégicas para a geração e a distribuição de riqueza do município:



- I - Promoção das atividades produtivas vocacionadas;
- II - Promoção de infraestrutura [sic] básica e de equipamentos públicos rurais;
- III - Promoção do equilíbrio entre a renda familiar urbana e rural;
- IV - Previsão de normas edilícias especiais para a construção de benfeitorias rurais com o intuito de manter o homem no campo;
- V - Previsão de disponibilidade de área estrategicamente localizada destinada a edificação de novas indústrias [...];
- IX - Previsão de manutenção da paisagem no entorno da rodovia SC 301;
- X - Previsão de preservação e conservação histórica da Estrada Dona Francisca [...];
- XII - Promoção de áreas e/ou vetores com prioridade para atividades de prestação de serviço e de comércio distribuídos equilibradamente pela área consolidada do município;
- XIII - Potencialização, através da preservação, das edificações de grande interesse histórico/cultural (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, 2006c, p. 4).

Percebe-se a preocupação com incentivo à permanência do homem na área rural do município, já que este apresenta, dentre outros, forte potencial em relação às atividades turísticas, especialmente no âmbito rural. Constata-se também a valorização do potencial da Estrada Dona Francisca e das edificações históricas presentes no município, indicando como necessárias sua preservação e conservação.

2.12.2 Qualificação do Ambiente Construído e Natural

O Plano define critérios importantes na seção que relata a Qualificação do Ambiente Construído, como o adensamento urbano nas áreas de forte presença de infraestrutura urbana, a indução de ocupação dos vazios urbanos, a distribuição equilibrada e dimensionada dos equipamentos públicos, a regularização fundiária e a redução da “cidade informal” (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, 2006c).

Contribuindo para isto, a lei de zoneamento, uso e ocupação do solo, em seu Art. 43, informa que os serviços de saneamento básico, limpeza pública, coleta de lixo, pavimentação e conservação das vias, além da provisão de energia elétrica, iluminação pública e sistemas de comunicação são de responsabilidade pública (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, 2006a, p.31).

Dando sequência ao foco urbano, a Mobilidade Urbana e Rural é definida no plano como um “conjunto estruturado de ações que visam promover



deslocamentos ágeis, seguros e a custos acessíveis de pessoas e bens no Município de Campo Alegre” (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, 2006c, p. 9). Dentre os objetivos principais, estão a priorização do transporte coletivo sobre o individual, a priorização da segurança sobre a fluidez, a acessibilidade e o incentivo ao adensamento de vazios urbanos, restringindo em regiões não habitadas (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, 2006c).

Quanto ao meio ambiente, na Seção I “Das Diretrizes Básicas para o Desenvolvimento Sustentável”, a Subseção III trata da Qualificação do Ambiente Natural e mostra as “diretrizes e ações que visam promover a preservação da biodiversidade e da paisagem natural” (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, 2006c, p.6). Além das diretrizes básicas - que propõem o fortalecimento de áreas fragilizadas, a proteção de mananciais, a preservação da biodiversidade - o plano sugere a redução de conflitos entre as áreas ambientalmente frágeis e as atividades urbanas e rurais, e ainda a elaboração de planos regionais para evitar conflitos ambientais com municípios vizinhos e a implementação do macrozoneamento das áreas de proteção ambiental da “Bacia do Alto do Rio Turvo” e da “Bacia do Quiriri”. Como avaliação da efetiva aplicação das diretrizes apresentadas acima, o Plano enfatiza também a importância de acompanhar, dentre outros, o percentual de ligações domiciliares no sistema de tratamento de esgoto público (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, 2006c).

Segundo histórico apresentado no primeiro inciso da Lei 3.137/2006, “Campo Alegre se desenvolveu ao longo de seus rios com a ocupação da faixa de preservação permanente ao longo de seus leitos” (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, 2006a, p.7), o que explica as medidas propostas no atual Plano Diretor, a fim de preservar o ambiente natural.

Art. 14.

I- [...] A recuperação e preservação dessas áreas são de fundamental importância no momento atual em que as fontes d’água são prioridade absoluta para garantia do futuro. Essas áreas buscam diminuir a erosão e consequentes assoreamentos, promovendo a maior absorção d’água pelas bacias de drenagem (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, 2006c, p.7).



Estas medidas visam manter as fontes naturais de água em períodos de estiagem, reduzir os riscos de enxurradas e ainda aumentar a qualidade da água disponibilizada ao consumo.

Art. 14.

I- [...] A preservação dos topos de morro também é fundamental para os aspectos da flora e da fauna locais. Com a entrada em vigor deste zoneamento, essas áreas sofrerão um "congelamento de ocupação" ficando expressamente proibido qualquer tipo de construção, ampliação ou nova ocupação das mesmas. Será promovido o adensamento e a recuperação da mata ciliar ficando eventuais ocupantes obrigados a sua preservação e manutenção (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, 2006c,p.7).

2.12.3 Divisão Territorial

O território do município de Campo Alegre, através da Lei 3.137/2006 (que dispõe sobre zoneamento, uso e ocupação do solo) em seu Art. 2º, é dividido em três áreas quanto ao uso e ocupação do solo e edificações:

- a) Área Rural - Corresponde a toda área não prevista para fins urbanos, sendo destinada a atividade agro-silvo-pastoril, turismo rural e ecológico subordinando-se, além do instituído nesta Lei, à Legislação Federal Pertinente;
- b) Área Urbana - Entende-se por área urbana a sede do município e os núcleos das localidades, cujo perímetro urbano seja sempre estabelecido em lei específica;
- c) Área de Preservação Ambiental - Entende-se por área de preservação ambiental aquela área cujas características naturais deverão ser preservadas pela sua importância na garantia da qualidade de vida da população e do ecossistema (Lei nº3.137, Campo Alegre, 2006, p.1).

2.12.4 Área Rural

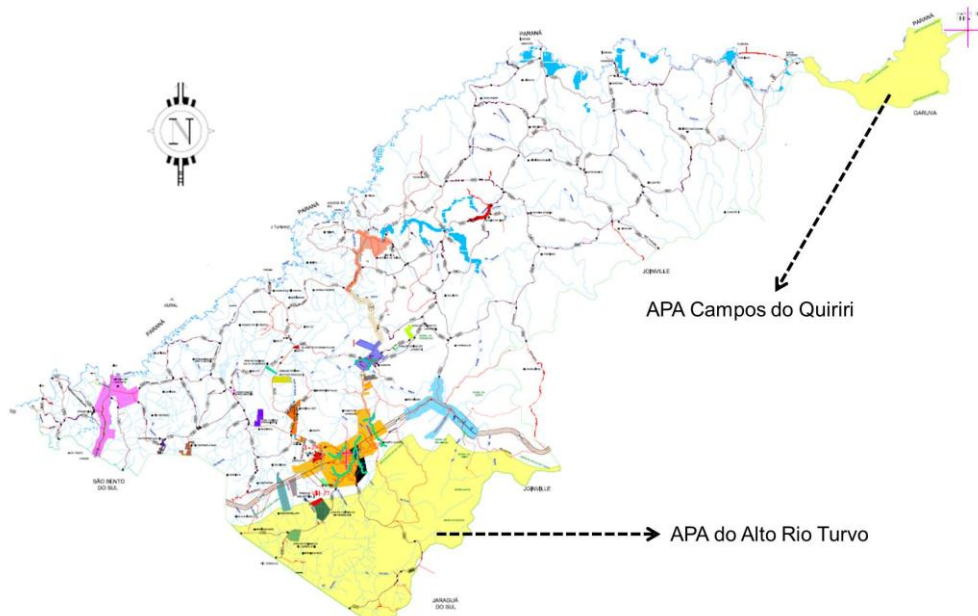
A área rural do município, de acordo com o Art. 14 da Lei nº 3.137, é dividida em Zona de Preservação Permanente (ZPP), "aquelas áreas que devem ser permanentemente preservadas para a garantia do futuro do ambiente e do homem" (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, 2006a, p.12) e Zona de Produção (ZP), "aquela cujas áreas são destinadas à produção e beneficiamento agrícola, silvicultural e pastoril, podendo abrigar também atividades ligadas ao ecoturismo e turismo rural, observadas a legislação e normas técnicas específicas" (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, 2006a, p.7). As áreas rurais correspondem às áreas que não estão inclusas dentro dos limites dos perímetros

urbanos apresentado pela Lei nº 3.876 de 2012, bem como das áreas de preservação ambiental delimitadas pela Lei nº 2.347 de 1998 e Lei nº 2.348 de 1998.

2.12.5 Área de Preservação Ambiental (APA)

O território municipal como um todo possui grande área de proteção ambiental permanente. Estas áreas de Preservação Ambiental são amparadas por leis específicas e referem-se à APA do Alto Rio Turvo e APA dos Campos do Quiriri, destacadas no mapa abaixo.

Figura 24 – Localização das Áreas de Proteção Ambiental do Município de Campo Alegre.



Fonte: IPAT (2015) adaptado de Mapa Rodoviário Municipal de Campo Alegre (2012).

A Área de Proteção Ambiental do "Alto Rio Turvo", instituída pela Lei nº 2.347 de 18 de agosto de 1998, fica localizada ao sul do perímetro urbano do município, fazendo divisa com os municípios São Bento do Sul e Jaraguá do Sul, com a finalidade de:

- I - proteger a nascente do Alto Rio Turvo, bem como seus afluentes, tendo em vista a preservação e conservação natural da drenagem em suas formas e vazões e sua condição de fonte de captação de água para abastecimento público;
- II - garantir a conservação da Mata e Pinhais (Floresta Ombrófila Mista) e Mata Atlântica (Floresta Ombrófila Densa) existentes na área;
- III - proteger a fauna silvestre;
- IV - melhorar a qualidade de vida das populações residentes através da orientação e disciplina das atividades econômicas locais;
- V - fomentar o turismo ecológico e a educação ambiental;



- VI - manter o caráter rural da região;
- VII - evitar o avanço da ocupação urbana na área protegida. (Redação dada pela Lei nº 2.955/2004) (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, 1998a, p.1).

Por se tratar de área de preservação, alguns usos são restritivos à área do "Alto Rio Turvo", conforme Art. 3:

- Art. 3º Ficam vedadas na APA do "Alto Rio Turvo" dentre outras as seguintes atividades:
- I- Implantação de atividades industriais potencialmente poluidoras, que causem danos ao meio ambiente e afetem os mananciais de água;
 - II- Realização de obras de movimentação de terra em áreas de declividade superior a 30 % (trinta por cento);
 - III- Exercício de atividades capazes de provocar erosão do solo e ou assoreamento dos cursos d'água;
 - IV- Exercício de atividade que impliquem matança, captura ou molestamento de espécies silvestres, quando essas atividades estiverem em desacordo com legislação vigente;
 - V- Despejo sem tratamento prévio, de quaisquer afluentes, resíduos ou detritos nos casos d'água;
 - VI- Retirada sem autorização prévia dos órgãos competentes, de areia e material rochoso que impliquem alterações ecológicas locais;
 - VII- Retirada ou destruição, sem autorização prévia dos órgãos competentes, de vegetação nativa, causando dano direto ou indireto à APA;
 - VIII- a disposição dos resíduos sólidos Classe I;
 - IX- quaisquer formas de pesca predatória, tais como a realizada com rede ou tarrafa;
 - X- quaisquer forma de queimadas;
 - XI- o exercício de atividades indutoras ou potencialmente indutoras da ocupação urbana em especial a abertura de novas estradas. (Redação dada pela Lei nº 2955/2004) (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, 1998a, p.2).

Já a Área de Proteção Ambiental dos "Campos do Quiriri", área da bacia hidrográfica do Rio Negro, foi instituída pela Lei nº 2.348 de 18 de agosto de 1998, localizando-se na porção nordeste do território de Campo Alegre, foi criada com a finalidade de:

- I - proteger a nascente do Rio Negro, bem como de seus afluentes, tendo em vista a preservação e conservação natural da drenagem em suas formas e vazões;
- II - garantir a conservação da Mata e Pinhais (Floresta Ombrófila Mista) e Mata Atlântica (Floresta Ombrófila Densa) existentes na área;
- III - proteger a fauna silvestre;
- IV - melhorar a qualidade de vida das populações residentes através da orientação e disciplina das atividades econômicas locais;
- V - fomentar o turismo ecológico e a educação ambiental (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, 1998b, p.1).

Assim como na área anterior, alguns usos são restritivos à área dos "Campos do Quiriri", conforme Art. 3:



Art. 3º Ficam vedadas na APA dos "Campos do Quiriri" dentre outras as seguintes atividades:

- I- Implantação de atividades industriais potencialmente poluidoras, que causem danos ao meio ambiente e afetem os mananciais de água;
- II- Realização de obras de movimentação de terra em áreas de declividade superior a 30 % (trinta por cento);
- III- Exercício de atividades capazes de provocar erosão do solo e ou assoreamento dos cursos d'água;
- IV- Exercício de atividade que impliquem matança, captura ou molestamento de espécies silvestres, quando essas atividades estiverem em desacordo com legislação vigente;
- V- Despejo sem tratamento prévio, de quaisquer afluentes, resíduos ou detritos nos casos d'água;
- VI- Retirada sem autorização prévia dos órgãos competentes, de areia e material rochoso que impliquem alterações ecológicas locais;
- VII- Retirada ou destruição, sem autorização prévia dos órgãos competentes, de vegetação nativa, causando dano direto ou indireto à APA (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, 1998b, p.1).

2.12.6 Zona Urbana de Campo Alegre

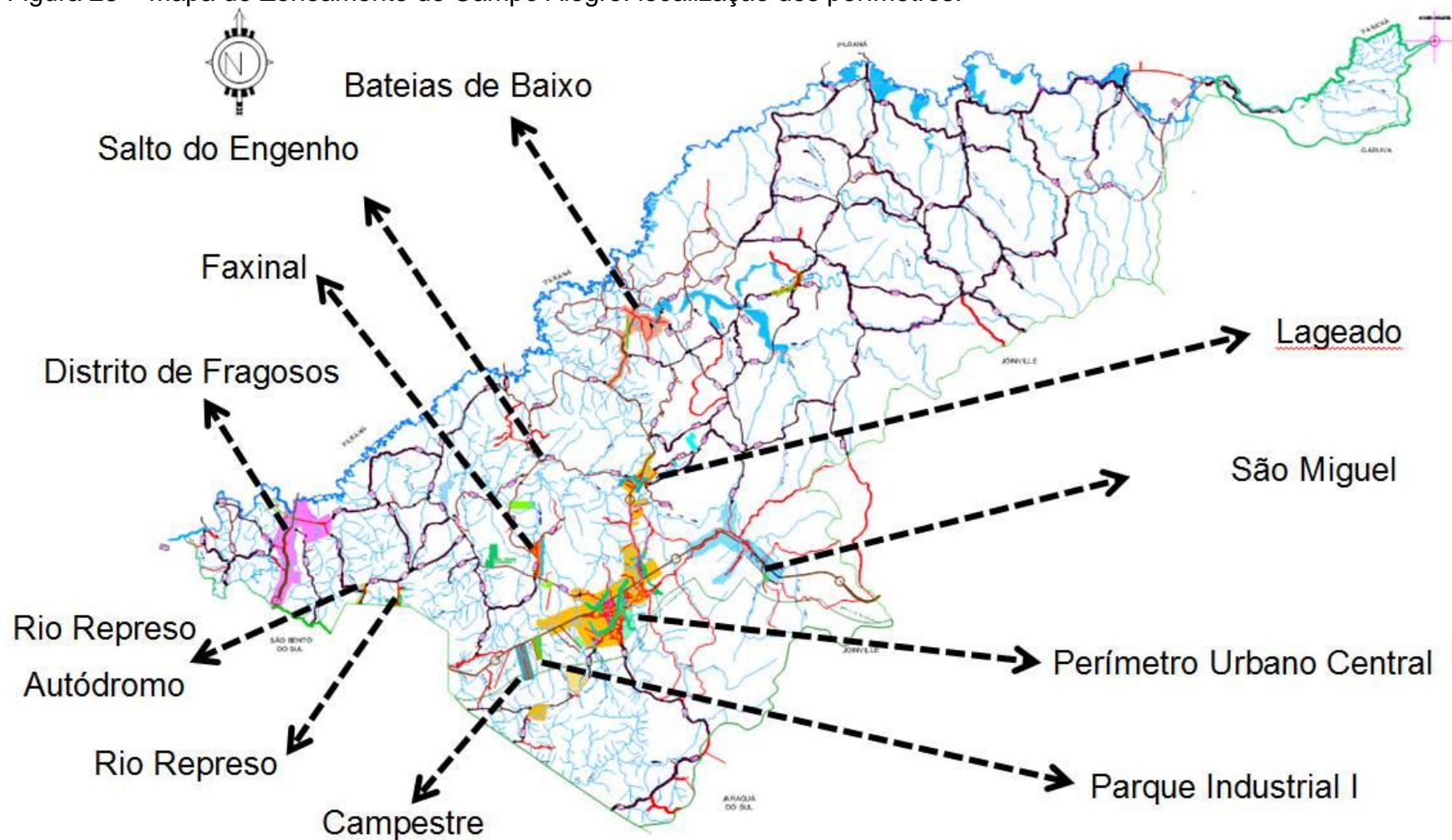
A Zona Urbana do Município de Campo Alegre, como citado anteriormente, é definida pela Lei nº 3.876 de 12 de setembro de 2012. É dividida em perímetros, conforme citado no Art. 2º, e ilustrada no Mapa de Zoneamento abaixo:

- I - Perímetro Urbano Central;
- II - Perímetro Urbano do Distrito de Fragosos;
- III - Perímetro Urbano do Distrito de Bateias de Baixo;
- IV - Perímetro Urbano de Campestre;
- V - Perímetro Urbano de São Miguel;
- VI - Perímetro Urbano do Parque Industrial I;
- VII - Perímetro Urbano do Faxinal;
- VIII - Perímetro Urbano da Zona de Turismo;
- IX - Perímetro Urbano do Rio Represo;
- X - Perímetro Urbano do Salto do Engenho;
- XI - Perímetro Urbano de Rio Represo Autódromo (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, 2006a, p. 1).

O mapa de Zoneamento mostra, além dos perímetros citados acima, o Perímetro de Lageado, que corresponde à continuação do Perímetro Urbano Central de Campo Alegre. Em item subsequente, o perímetro de Lageado será apresentado de acordo com seu zoneamento, conforme mapa que compõe o Zoneamento Municipal.



Figura 25 – Mapa de Zoneamento de Campo Alegre: localização dos perímetros.



Fonte: IPAT (2015) adaptado de Mapa Rodoviário Municipal de Campo Alegre (2012).



2.12.7 Área de Interesse Turístico

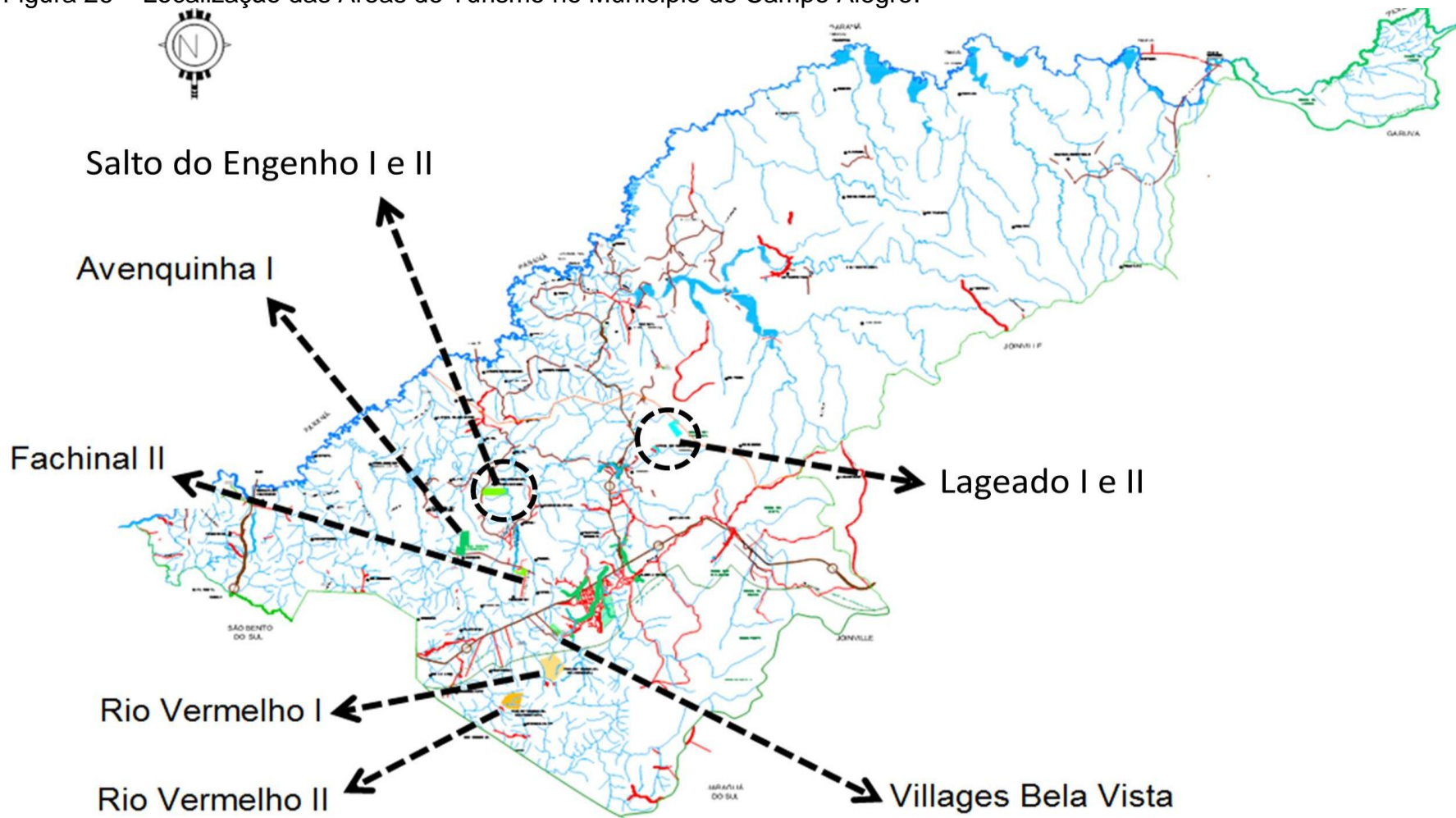
O Perímetro Urbano da Zona de Turismo, ainda segundo a Lei nº 3.876 de 2012, corresponde ao mencionado no inciso VIII do Art. 2º que compõe a Zona Urbana do Município de Campo Alegre. O perímetro não se encontra concentrado em uma determinada área, estas encontram-se espalhadas predominantemente pela área rural do município. São de dimensão reduzida, porém, numerosas.

Tais áreas têm assegurada a preservação da paisagem pelo Art. 39 da Lei nº 3.137/2006 que trata do Zoneamento, uso e ocupação do município. Buscando, através desta, preservar os sítios de beleza natural, bem como as florestas de mata nativa, cursos d'água e cachoeiras que integram o patrimônio do Município de Campo Alegre (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, 2006a). O memorial descritivo dos perímetros urbanos referente às Zonas de Turismo, presente na Lei nº 3.876 de 2012, delimita cada uma das seguintes áreas:

- a) Zona de Turismo do Rio Vermelho I
- b) Zona de Turismo do Rio Vermelho II
- c) Zona de Turismo do Salto do Engenho I
- d) Zona de Turismo do Salto do Engenho II
- e) Zona de Turismo do Villages Bela Vista
- f) Zona de Turismo do Lageado I
- g) Zona de Turismo do Lageado II
- h) Zona de Turismo de Avenquinha I
- i) Zona de Turismo do Faxinal II



Figura 26 – Localização das Áreas de Turismo no Município de Campo Alegre.



Fonte: IPAT (2015) adaptado de Mapa Rodoviário Municipal de Campo Alegre (2012).



2.12.8 Perímetro Urbano Central – Sede do Município

O perímetro urbano central, conforme Figura 28, é dividido nas seguintes zonas para fins de controle do uso e ocupação do solo:

I - Zona Mista Diversificada – ZMD: é a que permite maior flexibilidade de uso, são áreas destinadas em geral ao uso misto, de natureza residencial, institucional, comercial e de prestação de serviços, sendo permissível a instalação de indústrias de pequeno porte e de risco leve, ou seja, que não gerem conflitos e situações inoportunas à vizinhança, mantém os níveis de ruído até 40 db (quarenta decibéis), não produz poluição sonora, sejam caracterizadas como não emissora de gases, nem mesmo resíduos sólidos ou líquidos não inertes ou perigosos. O foco principal é gerar mais diversidade atendendo as necessidades imediatas dos habitantes do município bem como dos turistas. Gabarito máximo permitido nesta zona é de 04 pavimentos, com coeficiente de aproveitamento igual a 2,8. A área mínima para lotes deve ser de 360,00 m² e apresenta flexibilidade quanto à taxa de ocupação, diferenciada de acordo com o uso, máxima para usos residenciais 50% e 70% para usos comerciais. “Os lotes terão taxas de ocupação e coeficientes de aproveitamento próprios para uso residencial e de serviços, proporcionando melhor aproveitamento da infraestrutura local” (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, 2006a, p.10).

II - Zona Industrial Consolidada – ZIC: áreas já ocupadas por indústrias que promovem grandes interferências no meio físico e ambiental do município, exigindo contínuo acompanhamento e utilização de sistemas de gestão ambiental adequados ao seu potencial de risco e dano. Desta forma, são condicionadas ao crescimento controlado, não sendo permitida a ampliação da área para fins industriais, nem mesmo a instalação de novas indústrias. Assim, os índices específicos para esta área são mais restritivos, lotes com área mínima de 2.250,00m², permitidos até 2 pavimentos, com taxa de ocupação máxima de 20%, coeficiente de aproveitamento igual a 0,4. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, 2006a).



III - Zona Residencial de Expansão – ZRE: é o local onde se busca maior concentração residencial, sem prejuízo aos demais usos permitidos como comércio, serviços, equipamentos institucionais, indústrias de impacto considerado leve. Desta forma, procura-se otimizar o aproveitamento da infraestrutura instalada. Neste sentido, os lotes mínimos serão de 360,0 m², testada de 12 metros, permitida ocupação em até 50% da área do lote e elevar o gabarito em até 4 pavimentos. Dessa forma, “os lotes terão dimensões menores, possibilitando o progressivo adensamento” (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, 2006a, p.10).

IV - Zona Residencial, Lazer e Turismo – ZRT: caracteriza-se por possuir belezas naturais e não possuir condições adequadas para receber determinados usos sem o prejuízo a sua paisagem natural, ou sem causar riscos de degradação. Com isso, destina-se ao uso residencial, prestação de serviço turístico e lazer, podendo ser ocupada por edificações, isoladas ou não, que permeiem a diversidade de serviços, cultural e de lazer, desde que não comprometam a estabilidade do solo, buscando, assim, uma ocupação em harmonia com os condicionantes físicos do terreno. No caso da ZRT, em função de topografias diferenciadas “empregam-se aqui lotes maiores, com baixa taxa de ocupação, sendo que a vegetação nativa deverá ser preservada no restante do terreno de modo a evitar danos ao solo e as encostas” (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, 2006a, p.19). É indicado o gabarito máximo de 2 pavimentos (sendo permitido até 4 pavimentos para usos de serviços como hotéis, clínicas, etc.), a taxa de ocupação máxima é de 20% e coeficiente de aproveitamento máximo de 0,4. A área de lote mínima é definida em 3.200,00 m², com testada mínima de 40,00 m (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, 2006a).

V - Zona Histórica – ZH: área contida na faixa de 40 metros para cada lado do eixo das vias: Avenida Doutor Getúlio Vargas, Ernesto A. Scheide e Rua Dona Francisca, destinada ao resgate cultural buscando a da preservação do contexto Estrada Dona Francisca e dos bens arquitetônicos de interesse histórico e cultural cadastrados em seu entorno. Caracterizam-se por áreas de uso misto e de prestação de serviços. “Os lotes serão maiores, com coeficiente de aproveitamento, taxa de ocupação e gabarito próprios, para que a paisagem e as edificações antigas fiquem em evidência” (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, 2006a,



p.11). Para manter tais características, novas construções ou ampliações deverão ser mais baixas que os bens arquitetônicos cadastrados com “escalonamento sequencial de mais um pavimento até o limite dos índices para ambos os lados” (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, 2006a, p.11). Os referidos bens cadastrados não foram identificados na Lei nº 3.137/2006, onde foram mencionados.

Indicados para esta área o gabarito máximo de 02 pavimentos, taxa de ocupação equivalente a 50% da área do terreno, e coeficiente de aproveitamento igual a 1. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, 2012b).

VI - Zona Diversificada com Restrição – ZDR: para áreas contidas na faixa de 40 metros para cada lado do eixo das vias: Rua Coronel Bento de Amorim, Av. Dr. Getúlio Vargas e Rua Coronel Bueno Franco. Estas áreas são destinadas, predominante, ao uso misto, que compreende os usos residencial, institucional, comercial e de prestação de serviços permitindo, desta forma, maior flexibilidade de utilização. Busca gerar “maior e melhor diversidade para o atendimento das necessidades mais imediatas de munícipes e turistas” (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, 2006a, p.11). Contudo, visa preservar o contexto Estrada Dona Francisca e bens arquitetônicos cadastrados, prevendo escalonamento sequencial também neste caso, e, desta forma, os bens de interesse históricos tendem a permanecer em primeiro plano. Os lotes possuem taxas de ocupação diferenciadas, 50% para uso residencial e 70% para os demais usos permitidos. Com coeficiente de aproveitamento igual a 2,8, permite construir edificações de até 4 pavimentos, respeitando o escalonamento mencionado anteriormente. Através dos parâmetros estabelecidos para esta zona busca-se o melhor aproveitamento da infraestrutura urbana disponível (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, 2006a).

VII - Zona de Proteção a Rodovia – ZPR: para áreas contidas na faixa de 100 metros para cada lado a partir do eixo em toda extensão da SC-301, buscando, dessa maneira, preservar o trânsito e os acessos, inclusive de interesse turístico. Pretende-se estimular a instalação de atividades que fortaleçam e apoiem as funções da rodovia, zoneamento e malha urbana (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, 2006a). Na ZPR são admitidos até 02 pavimentos para usos residencial e comercial, e até 04 pavimentos para usos de serviço. A taxa de



ocupação é de 50%, e o coeficiente de aproveitamento igual a 2. O parcelamento deve garantir lotes com no mínimo 8.000 m² de área e testada mínima de 100,00 metros de acordo com a Lei nº 3.197/2006 (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, 2006b).

VIII - Área de Parque – APQ: destinada a preservar a diversidade biológica, conservar fauna e flora e o potencial paisagístico. Visa incentivar pesquisas, educação ambiental, recreações, contribuindo para o monitoramento ambiental ao ar livre. Nesta área, será permitida apenas a construção de equipamentos de lazer como quiosques e dependências necessárias aos serviços de conservação, além de mobiliários e equipamentos urbanos e edificação voltada ao uso científico, educacional e cultural de baixo impacto, compatível com a preservação ambiental. Tem a finalidade de preservar os ecossistemas existentes, a vida silvestre, permitindo interação entre o homem e a natureza e, ainda, auxilia no fortalecimento da economia em função de seu potencial turístico. Nesta área o gabarito máximo permitido é de 2 pavimentos, a ocupação máxima do lote em 40%, com coeficiente máximo de aproveitamento igual a 0,8 (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, 2006a).

IX - Zona de Preservação Permanente – ZPP: áreas que devem ser permanentemente preservadas garantindo o ambiente às futuras gerações. Segundo a legislação municipal, estas áreas sofrerão um “congelamento” no que diz respeito a sua ocupação: “ficando expressamente proibido qualquer tipo de construção, ampliação ou nova ocupação das mesmas” (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, 2006a, p.13).

X - Zona Especial de Interesse Social – ZEIS: áreas destinadas prioritariamente para a recuperação urbanística, a regularização fundiária, a construção de novas unidades habitacionais, recuperação de imóveis degradados, além de oferecer equipamentos sociais, culturais e espaços públicos de forma a atender às demandas existentes e às criadas com as novas unidades. O objetivo da delimitação de áreas ZEIS no zoneamento municipal, é a possibilidade de flexibilização dos parâmetros, estabelecendo padrões urbanísticos próprios para determinados assentamentos. Desta forma, são admitidos além do uso residencial unifamiliar, outros usos como residencial multifamiliar, instituições culturais e de



ensino, associações comunitárias, igrejas, instituições públicas. Assim, as edificações presentes nesta zona poderão ter até 02 pavimentos, ocupar até 70% do lote. Os lotes terão área mínima de 200 m² e 10 metros de testada (no mínimo) e coeficiente de aproveitamento igual a 1. Serão admitidos 02 metros de recuo frontal e 1 metro de recuo para laterais e fundos, da construção em relação ao lote. No entanto, conforme disposto no Art. 33, § 2º da Lei nº 3.137/2006 que dispõe sobre o Zoneamento, uso e ocupação do solo do município de Campo Alegre “As edificações localizadas na referida zona e em desconformidade com os índices e usos estabelecidos neste artigo serão regularizados por Lei específica” (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, 2006a, p.26).

Figura 27 – Parâmetros urbanísticos definidos para ZEIS, segundo Lei de Zoneamento Municipal.

Ordem	Índice urbanístico	Parâmetros
01	Gabarito máximo	02 pavimentos
02	Taxa de ocupação máxima	70%
03	Recuo frontal mínimo	2 metros
04	Recuo lateral mínimo	1 metro
05	Recuo fundo mínimo	1 metro
06	Coeficiente de aproveitamento máximo	1
07	Lote mínimo	200m ²
08	Testada mínima	10 metros

Fonte: PMCA (2012) apud PLHIS (2012).

As ZEIS encontram-se dispersas no território municipal, como pode ser observado nos mapas dos perímetros urbanos: da Sede do Município, do Distrito de Fragoso, do Distrito de Bateias de Baixo, de Lageado, e de São Miguel, todos apresentados a seguir. Entretanto, não há definição ou descrição na forma de lei de um ou mais perímetros correspondentes a estas áreas.

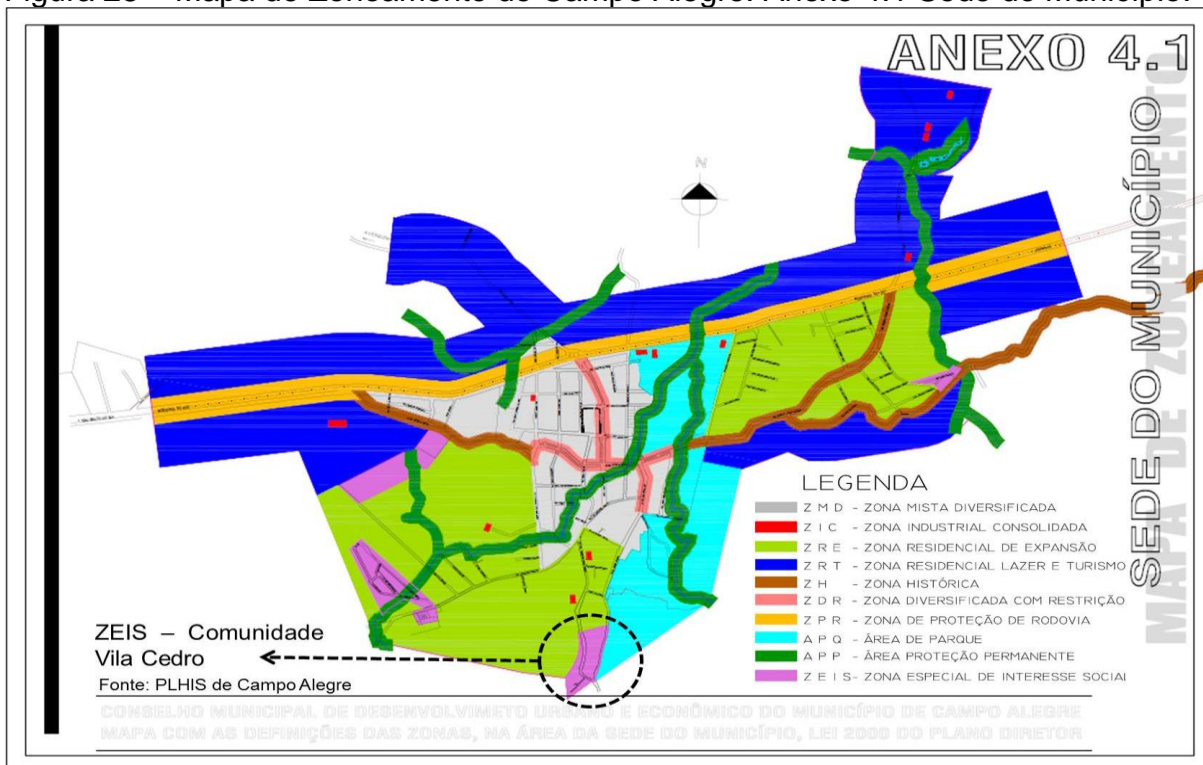
No Plano Diretor, as ZEIS estão incluídas na seção relativa à Promoção Social, a qual se define como o conjunto de diretrizes e ações que visam promover acesso à habitação digna, ao trabalho e renda, à educação, saúde, lazer, assistência social e à segurança. Suas diretrizes incluem a instalação e regularização das ZEIS e a implantação dos instrumentos de regularização fundiária,

visando à promoção e à legalização das ocupações irregulares. A aplicação efetiva destas ações serão avaliadas conforme descrito no Art. 17:

- I - Redução do percentual de sub-habitações;
- II - Redução do Déficit habitacional;
- III - Percentual de ligações domiciliares no sistema de tratamento de esgoto público;
- IV - Crescimento do movimento econômico do município;
- V - Crescimento da renda média per capita do campo-alegrense em relação ao Estado de Santa Catarina e ao Brasil (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, 2006c, p. 8).

O zoneamento da Figura 28 sede, ou do Perímetro Urbano Central, compreende as zonas mencionadas acima, definidas no Mapa de Zoneamento da Sede do Município (Anexo 1). Abaixo, está inserido o Mapa do Perímetro Urbano Central, também denominado Sede do Município, com seu respectivo zoneamento definindo parâmetros para uso e ocupação do solo.

Figura 28 – Mapa de Zoneamento de Campo Alegre: Anexo 4.1 Sede do Município.



Fonte: IPAT (2015) adaptado de Mapa de Zoneamento Sede do Município de Campo Alegre (2012).

Quanto ao perímetro urbano, as Zonas Residenciais de Lazer e Turismo (ZRT) se apresentam às margens da rodovia SC-301 (também conhecida como SC-418) e delimitam a porção norte da Sede do Município. A Zona Industrial Consolidada (ZIC) se mostra muito reduzida e pontual, sendo a Zona Residencial de



Expansão (ZRE) predominante e ocupando grande área do perímetro urbano. Já a Zona Histórica (ZH) predomina nas margens da Av. Getúlio Vargas, da Rua Ernesto Afonso Scheide e da Rua Dona Francisca (Ver Anexo 1). Possui continuidade ao longo destas vias, tendo uma breve interrupção na Zona Mista Diversificada (ZMD), localizada na área central. As Áreas de Parque (APQ) e as Áreas de Proteção Permanente (APP) também têm tamanho significativo na malha urbana, predominando a segunda às margens dos rios. As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) estão inseridas nas Zonas Residenciais de Expansão, dentre estas áreas, a que está situada ao sul do perímetro Sede denomina-se Vila Cedro, e de acordo com levantamento presente no PLHIS de Campo Alegre (2012a) - Plano Local de Habitação de Interesse Social - possui “Adequação parcial à legislação”, pois algumas moradias não se enquadram dentro dos parâmetros urbanísticos estipulados e mencionados acima. Desta forma, necessitam passar por processo de regularização autorizado por lei específica.

2.12.9 Demais Perímetros Urbanos

As outras zonas apresentadas a seguir, apesar de não estarem presentes na região da área urbana central, correspondente à sede do município, podem ser observadas em outros perímetros, conforme mapas de zoneamento específicos destes: do Perímetro Urbano do Distrito de Fragosos (

Figura 29), Perímetro Urbano do Distrito de Bateias de Baixo (Figura 30), Perímetro Urbano de Lageado (Figura 31) e Perímetro Urbano de São Miguel (Figura 32).

XI - Zona Mista Diversificada 2 - ZMD2: é a que permite maior flexibilidade de uso, são áreas destinadas em geral ao uso misto, de natureza residencial, institucional, comercial e de prestação de serviços. Nesta zona é permitida instalação de indústrias apresentando os seguintes documentos devidamente aprovados nos órgãos ambientais competentes: do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), Relatório de Impacto do Meio Ambiente (RIMA). Nesta área, o foco principal também é o de gerar mais diversidade para o atendimento das necessidades imediatas dos habitantes do município bem como os turistas. Com isto, “Os lotes



terão taxas de ocupação e coeficientes de aproveitamento próprios para uso residencial e de serviços, proporcionando melhor aproveitamento da infraestrutura local.” (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, 2006a, p.13). Desta forma, o gabarito máximo permitido nesta zona é de 04 pavimentos, com coeficiente de aproveitamento igual a 2,8. A área mínima para lotes deve ser de 360,00m² e apresenta flexibilidade quanto a taxa de ocupação, diferenciada de acordo com o uso, máxima para usos residenciais 50% e 70% para usos comerciais (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, 2006a).

XII - Zona Industrial – ZI: é caracterizada pelo domínio do uso industrial, e segundo Art. 20, § 12 da Lei nº 3.137/2006 “Nestas áreas ficará reservado o direito de preempção para o Município de Campo Alegre” (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, 2006a, p. 13). Fica instituído para esta área o gabarito máximo de até 02 pavimentos, lotes com no mínimo 3.000,00m² de área útil, permitida a ocupação máxima de 70% da área, índice de aproveitamento igual a 1,5 sobre a área de cada lote.

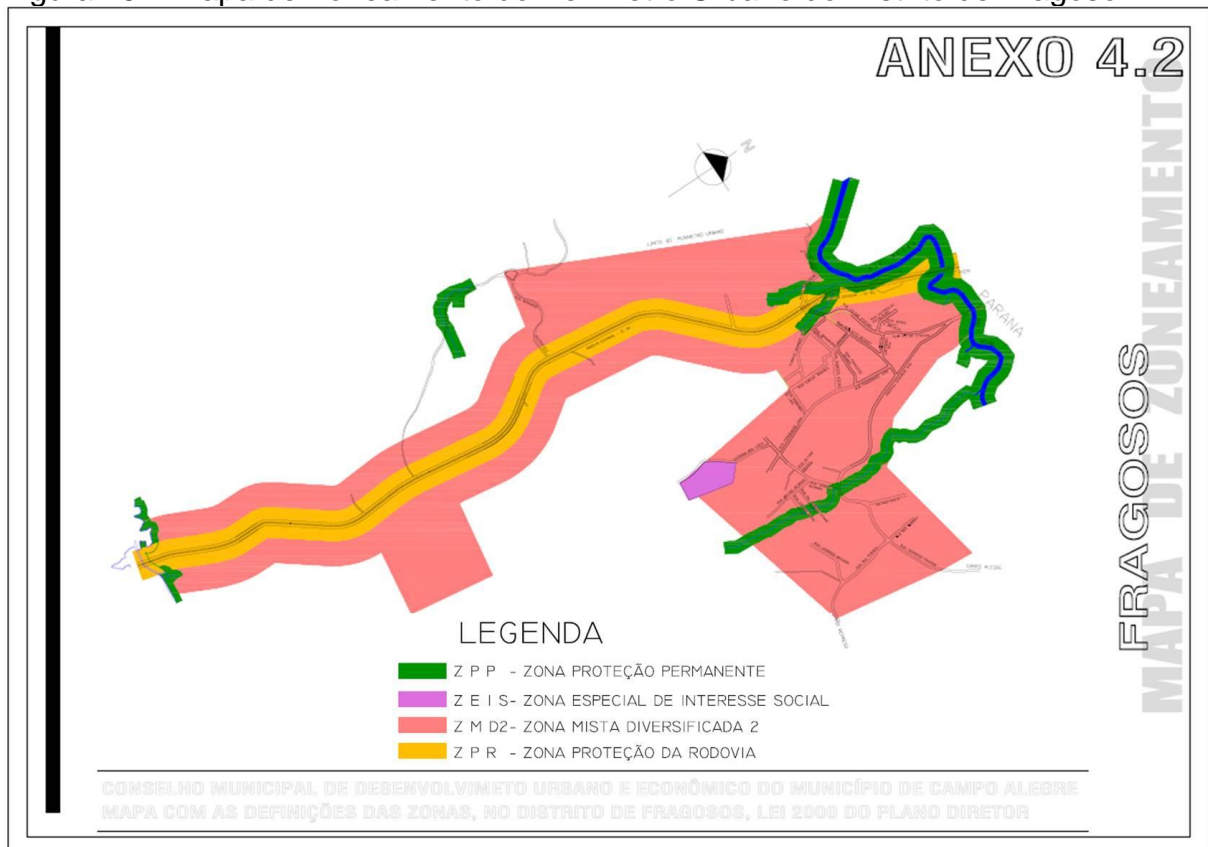
XIII - Zona de Proteção à Rodovia 2 - ZPR-2: área de 100 metros a partir do eixo da via SCT-301 (Rodovia Campo Alegre à Bateias de Baixo), para ambos os lados. Com o objetivo de instalar e fortalecer atividades que apoiem a integração das funções da rodovia, zoneamento bem como a malha urbana. Admite-se até 02 pavimentos para usos residencial, comércio, clubes recreativos, clínicas de repouso, *spa*, indústrias leves de pequeno porte, e até 04 pavimentos para hotéis, pousadas e similares. Admite-se ocupação máxima do lote em 20%, lotes com área mínima de 5.760,00 m², com coeficiente de aproveitamento máximo definido como 0,4 (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, 2006a).

XIV - Zona Especial de Interesse Hospitalar – ZEIH: De acordo com a Redação dada pela Lei nº 3.622/2010, corresponde à área contida na Zona Mista Diversificada, onde localiza-se atualmente o complexo hospitalar. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, 2006a, p. 14). Tal área poderá ser ocupada por gabarito superior ao definido à zona onde está inserido, com o intuito de maximizar o aproveitamento da infraestrutura já instalada. No entanto, buscando preservar a paisagem a ZEIH terá taxa de ocupação mais restrita a fim de manter maior porção de área livre. Gabarito máximo de 05 pavimentos, taxa de ocupação máxima de 50%

e coeficiente de aproveitamento igual a 3. São admitidos os seguintes usos: Clínicas de Saúde, Clínicas de Repouso, Ancionatos, Hospitais, Laboratórios e Similares. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, 2006a).

Assim, quanto ao perímetro urbano do Distrito de Fragosos (Anexo 1), observa-se a forte presença de Zona Mista Diversificada 2 (ZMD2), caracterizada por área de uso misto com possibilidades de inserção de indústrias de maior porte, diante de seu posicionamento estratégico próximo à rodovia. Às margens da rodovia está delimitada faixa de proteção à mesma (ZPR), buscando a integração deste importante eixo à área urbana consolidada, bem como às demais áreas do município. Além disto, se estabeleceu Zona de Preservação Permanente (ZPP) às margens do Rio Negro, porção territorial que faz divisa com o estado do Paraná. Destaca-se ainda, em área envolvida pela ZMD2, área definida como ZEIS.

Figura 29 – Mapa de Zoneamento do Perímetro Urbano do Distrito de Fragosos.

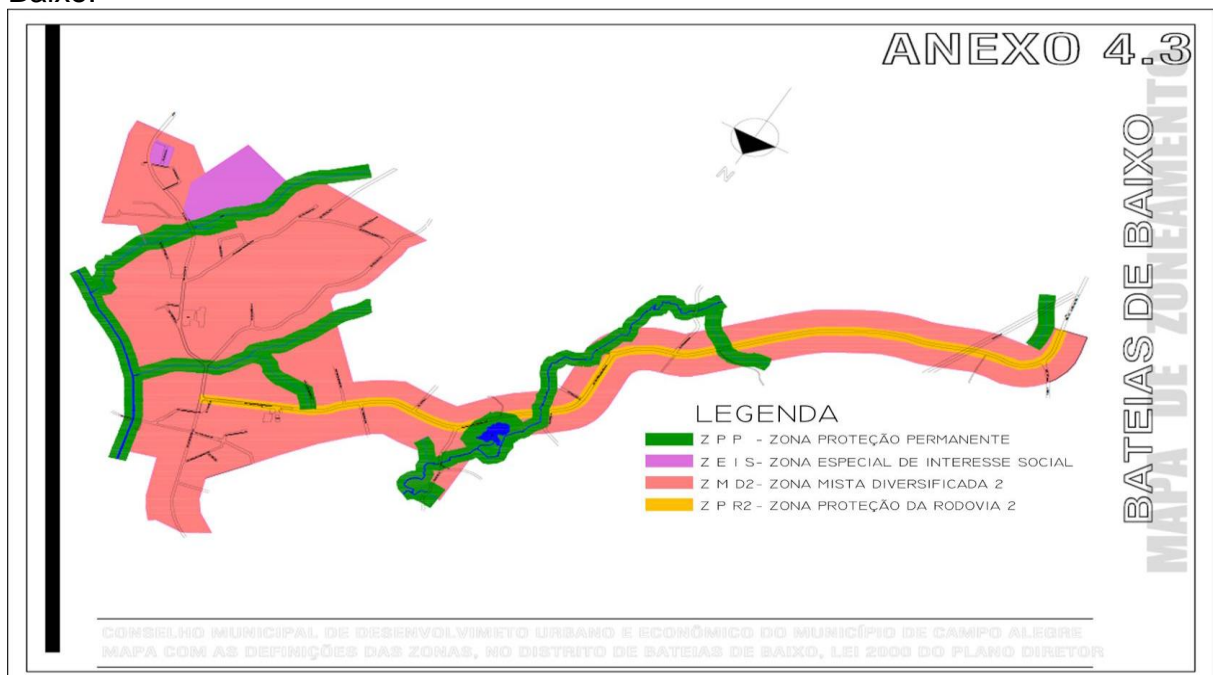


Fonte: IPAT (2015) adaptado de Mapa de Zoneamento do Perímetro Urbano de Fragosos Município de Campo Alegre (2012).

O mapa do Perímetro Urbano do Distrito de Bateias de Baixo (Anexo 1) é também composto, em sua maioria por Zona Mista Diversificada 2 (ZMD2), sendo

desta forma, caracterizada por área de uso misto com tendência a fixação de usos industriais de maior porte, próximo à Rua Prof. Rufino Blazkowski que já possui indústrias consolidadas. Às margens desta via está delimitada faixa de proteção à mesma (ZPR), buscando a integração deste eixo à área urbana consolidada, conectando com os demais locais do município. Estabelece, também, Zona de Preservação Permanente (ZPP) às margens do rio e pequena lagoa. Esta região compreende, ainda, duas áreas definidas como ZEIS.

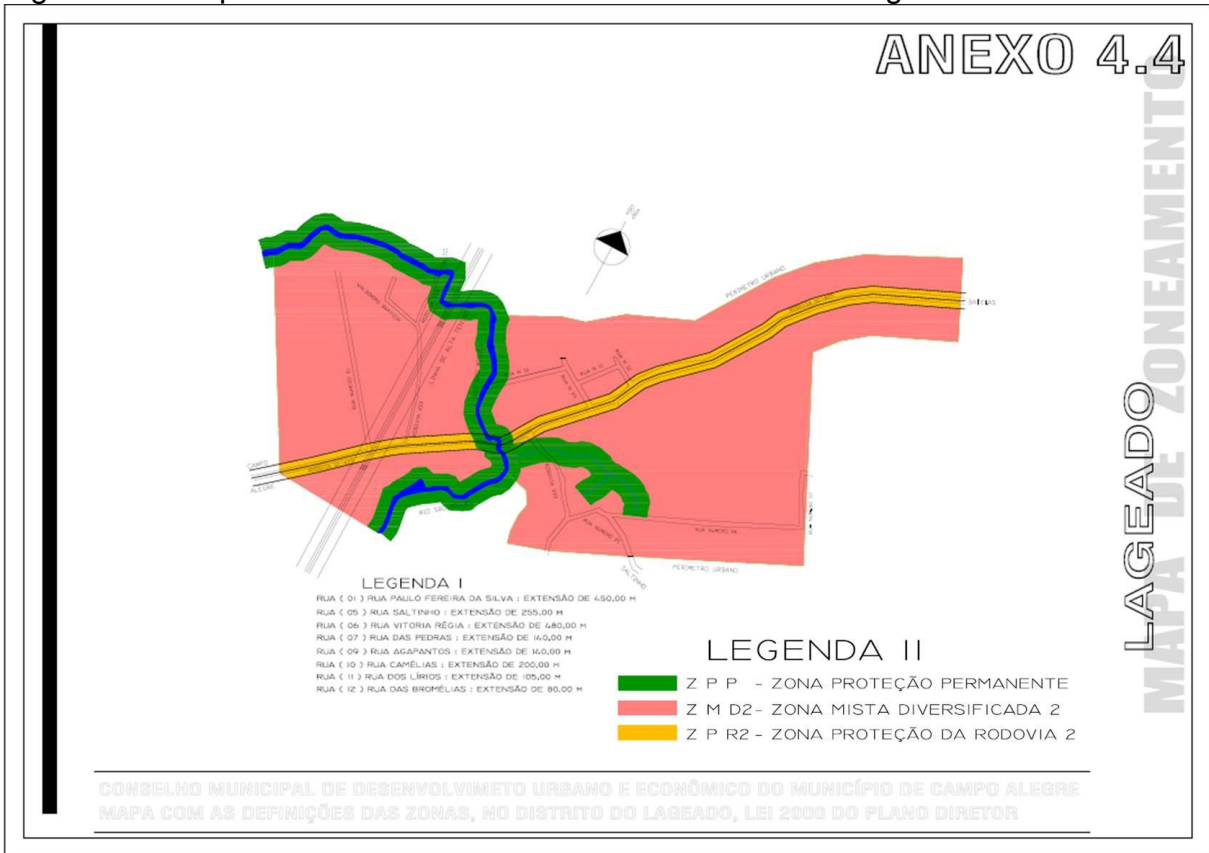
Figura 30 – Mapa de Zoneamento do Perímetro Urbano do Distrito de Bateias de Baixo.



Fonte: IPAT (2015) adaptado de Mapa de Zoneamento do Perímetro Urbano de Bateias de Baixo Município de Campo Alegre (2012).

O mapa do Perímetro Urbano de Lageado (Anexo 1) é também composto em sua maioria por Zona Mista Diversificada 2 (ZMD2), sendo desta forma caracterizada por área de uso misto com tendência à fixação de usos industriais de maior porte, próximo à Rodovia SC-425 (conforme mapa de zoneamento abaixo (Figura 31), também denominada SC-110. Às margens desta rodovia está delimitada faixa de proteção à mesma (ZPR), buscando a conexão deste eixo à área urbana consolidada, além de conectá-la com as demais áreas do município. Estabelece também Zona de Preservação Permanente (ZPP) às margens do Rio São Miguel.

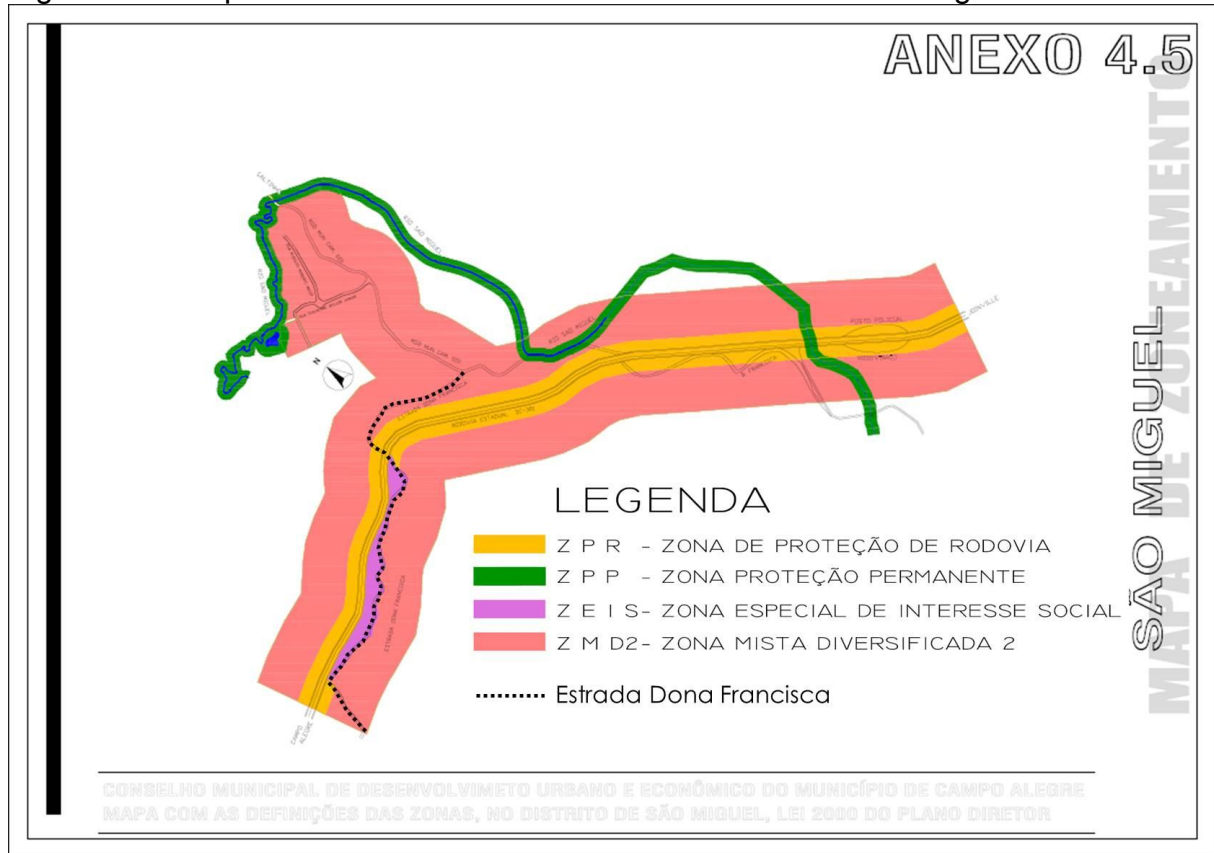
Figura 31 – Mapa de Zoneamento do Perímetro Urbano de Lageado.



Fonte: IPAT (2015) adaptado de Mapa de Zoneamento do Perímetro Urbano de Lageado Município de Campo Alegre (2012).

Apresentando características semelhantes aos perímetros mostrados anteriormente, o Perímetro Urbano de São Miguel (Anexo 1) é composto em sua maior parte por Zona Mista Diversificada 2 (ZMD2), área de uso misto com vocação para absorver a instalação de usos industriais de maior porte, próximo à Rodovia SC-301 (conforme mapa de zoneamento a seguir - Figura 32), também denominada SC-418. No entorno desta rodovia está delimitada faixa de proteção (ZPR), buscando a conexão deste eixo com área urbana consolidada de Campo Alegre, com outras áreas do município, e ainda com municípios do entorno, como à cidade de Joinville, estabelecendo vínculo entre estes. Define também Zona de Preservação Permanente (ZPP) às margens do Rio São Miguel, além de área ZEIS localizada na borda da Rodovia SC-301 em trecho delimitado pela Estrada Dona Francisca.

Figura 32 – Mapa de Zoneamento do Perímetro Urbano de São Miguel.



Fonte: IPAT (2015) adaptado de Mapa de Zoneamento do Perímetro Urbano de São Miguel Município de Campo Alegre (2012).

Pode-se concluir que Campo Alegre possui vasto território, pouco adensado, com localidades pequenas e afastadas entre si e interligadas por estradas. Destaca-se a área urbana central (Perímetro Sede), maior e mais populosa, com diversos usos determinados para o satisfatório ordenamento e crescimento do município. A maior diversidade de usos está concentrada no perímetro urbano denominado Sede do município, enquanto nos demais perímetros o uso mais estimulado é principalmente o uso misto diversificado (ZMD2), que permite, dentre outros, a instalação de indústrias de maior porte e impacto, tirando proveito do posicionamento estratégico junto a vias importantes que promovem a conexão com outros municípios.



3. CONSIDERAÇÕES

Visando a caracterização econômica e social abordada neste diagnóstico, foram utilizados dados primários coletados em instituições públicas e privadas, como também dados secundários coletados em livros, sites governamentais, documentos e demais publicações pertinentes.

Dessa forma, é possível perceber uma mudança considerável em relação à população campo-alegrense, onde se observou um decréscimo gradativo na população residente na área rural e um crescimento na área urbana. Isso se deve ao fato de os habitantes buscarem viver com melhores condições na área urbana, o que justifica tal crescimento nesta área, ao contrário da rural. Em contrapartida, o município possui uma densidade domiciliar de 3,24, ou seja, há em média três moradores por residência, uma característica comum nos dias de hoje.

Já em relação ao saneamento básico, observou-se que o município possui 23 domicílios que não possuem banheiros, um problema grave, que implica situação de risco ambiental e de saúde pública, além dos domicílios que utilizam formas alternativas de esgotamento sanitário, estes apresentam rápido impacto negativo sobre o meio ambiente, que pode causar danos à saúde da população. Outro dado preocupante é em relação ao lixo domiciliar, onde há residências que não participam da coleta realizada por serviço de limpeza, utilizando outras formas de destinação do lixo, o que demanda providências e atenção.

No que diz respeito à saúde do município, Campo Alegre atende 6.052 habitantes, distribuídos em 1.834 famílias, ou seja, mais da metade dos moradores do município são atendidos pelos serviços de saúde municipal, porém, o município não realiza o levantamento das patologias, apenas o controle das consultas, o que dificulta o controle e prevenção de doenças patológicas ou relacionadas ao saneamento básico inadequado. Em relação à educação de Campo Alegre, observa-se que a maioria da população possui alfabetização, 96,04% das pessoas acima de 10 anos são alfabetizadas.

Economicamente, Campo Alegre apresentou, em 2002, crescimento no PIB. Este crescimento deve-se em parte ao crescimento do setor agropecuário,



assim como o decréscimo observado em 2005. O crescimento dos anos 2009 e 2011, por sua vez, foram proporcionados pelos setores industrial e de serviços.

Na agropecuária, o município se destaca pela produção de milho (em grão), soja (em grão) e fumo (em folha), como também grande quantidade de criação de galinhas, bois, ovelhas e porcos.

Sendo assim, o município precisa melhorar algumas situações para promover a saúde e o bem-estar da população como um todo. Para isso, necessita de melhorias na salubridade ambiental, abrangendo todos os serviços de abastecimento de água com qualidade e quantidade, a coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos e esgoto doméstico, a drenagem das águas pluviais, a promoção da disciplina sanitária e o planejamento do uso e ocupação do solo, o controle de vetores transmissores de doenças para, assim, alcançar níveis de melhor qualidade de vida.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. S. **Recuperação Ambiental da Mata Atlântica**. Ilhéus: Editus, 2000. 130p.

ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2013. Disponível em: <www.atlasbrasil.org.br>. Acesso em: 02 jun. 2015.

AYOADE, J. O. **Introdução à climatologia dos trópicos**. São Paulo: Editora Difel, 1998. 5. ed. 332 p.

BRASIL, Ministério. Lei n. 9.985 de 18 de Julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Coleção de leis do Ministério do Meio Ambiente**. Disponível em: <<http://www.ecosocialnet.com/legislacao/SNUC.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2015.

BRASIL. **Estatuto da Cidade: Lei 10.257/2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana**. Brasília, Câmara dos Deputados, 2001.

BRASIL. Ministério. Decreto n. 6.660, de 21 de novembro de 2008. Regulamenta dispositivos da Lei no 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica. **Coleção de leis do Ministério do Meio Ambiente**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6660.htm>. Acesso em: 02 mar. 2015.

BRASIL. Ministério. Lei n. 11.428, de 22 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. **Coleção de leis do Ministério [do] Meio Ambiente**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11428.htm>. Acesso em: 20 abr. 2015.

BRASIL. Ministério. Lei n. 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Coleção de leis do Ministério [do] Meio Ambiente**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm>. Acesso em: 02 mai. 2015.



BRASIL Secretaria da Saúde do Município de Imaruí. **Dados da Saúde do Município**

CAPOBIANCO, J. P.; LIMA, A. R. **Mata Atlântica: Avanços legais e institucionais para sua conservação**. Documentos do ISA n. 4. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1997.

CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A. **Dados de Unidades Consumidoras por Classe de Consumo**. CAMPO ALEGRE, 2014

CONSELHO NACIONAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLANTICA. **Ciência, conservação e políticas workshop científico sobre a Mata Atlântica**. São Paulo. 1999. 30 p.

CPRM.1997. **Programa Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil**. Florianópolis. (Folha SG.22-Z-D-V) e Lagoa (Folha SG.22-Z-D-VI). Estado de Santa Catarina/Organizado por Luiz Fernando Pardi Zanini, Pércio de Moraes Branco, Eduardo Camozzalo e Gilberto Emílio Ramgrab Escala 1:100.000. Brasília.

Cury, L.F. **Geologia do Terreno Paranaguá**. 2009. 187p. Tese de Doutorado - Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2009.

DARIO, F. R. 1999. **Influência de corredor florestal entre fragmentos da Mata Atlântica utilizando-se a avifauna como um indicador ecológico**. Dissertação de mestrado – Universidade de São Paulo. 172 p.

EMBRAPA (Centro Nacional de Pesquisa de Solos). **Mapa Pedológico do Planalto Norte de Santa Catarina**. Escala 1:250.000. Rio de Janeiro: EMBRAPA, 1998.

EMBRAPA (Centro Nacional de Pesquisa de Solos). **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**. Rio de Janeiro: EMBRAPA-SPI, 2013. 353 p.

EPAGRI. Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. **Zoneamento Agroclimatológico e Socioeconômico do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis, 1999. CD.

EPAGRI/CIRAM. Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina / Centro Integrado de Informações de Recursos Ambientais de Santa Catarina. **Dados e Informações Biofísicas da Unidade de Planejamento Regional do Planalto Norte Catarinense (UPR 4)**. Florianópolis, 2001. 63 p.



IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Manual Técnico de Pedologia**. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 316 p.

KAGEYAMA, P. Y.; GANDARA, F. B. Restauração e conservação de ecossistemas tropicais. In: CULLEN Jr., L.; RUDRAN, R.; VALLADARES-PADUA, C. (Orgs.)

Métodos de estudo em Biologia da Conservação & Manejo da Vida Silvestre. Curitiba: Editora UFPR, 2003. p. 383-394.

KEMERICH, Pedro; UCKER, Fernando Ernesto; BORBA, Willian F. de. 2012, **Cemitérios como Fonte de Contaminação Ambiental**. Disponível em:

<http://www2.uol.com.br/sciam/artigos/cemitérios_como_fonte_de_contaminacao_ambiental.html>. Acesso em: 02 dez. 2015.

KLEIN, R.M. 1978. **Mapa fitogeográfico de Santa Catarina**. Itajaí, Herbário Barbosa Rodrigues.

LEITE, P.F.; KLEIN, R.M. 1990. Vegetação. In: **Geografia do Brasil: Região Sul**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, v. 2, p.113-150.

MACHADO, J. L. F. 2013 Mapa Hidrogeológico do Estado de Santa Catarina. Escala 1:500.000. Programa de Disponibilidade Hídrica do Brasil. CPRM. Porto Alegre. 1 mapa.

MITTERMEIER, R. A.; MYERS, N.; MITTERMEIER, C.G.; GIL, P.R.1999. **Hotspots-Earth's biologically richest and most endangered terrestrial ecoregions**. Topica Printing, Japão, 1999.

MONTEIRO, C. A. F. Clima e Excepcionalismo: Conjecturas sobre o desempenho da atmosfera como fenômeno geográfico. Florianópolis, UFSC. 1991.

NIMER, E. **Climatologia do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora IBGE, 2. Ed. 1989. 421 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE. Disponível em: <<http://www.campoalegre.sc.gov.br/>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE. Lei nº 2347 de 18 de Agosto de 1998. **Cria Área de Proteção Ambiental - APA do "Alto Rio Turvo"**. Campo Alegre, 1998a.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE. Lei nº 2348 de 18 de Agosto de 1998. **Cria Área de Proteção Ambiental - APA do "Campos do Quiriri"**. Campo Alegre, 1998b.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE. Lei nº 2955 de 21 de Dezembro de 2004. **INCLUI NOVOS DISPOSITIVOS NA LEI Nº 2347 DE 18 DE AGOSTO DE 1998 QUE CRIA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.** Campo Alegre, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE. Lei nº 3137 de 30 de Agosto de 2006. **Dispõe sobre o Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de Campo Alegre/SC.** Campo Alegre, 2006a.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE. Lei nº 3197 de 19 de Dezembro de 2006. **Altera os parágrafos únicos dos artigos 27 e 30 da Lei nº 3.137 de 30 de agosto de 2006.** Campo Alegre, 2006b.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE. Lei nº 37 de 10 de Agosto de 2006. **Institui o Plano Diretor do Município de Campo Alegre/SC.** Campo Alegre, 2006c.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE. Lei nº 3845 de 31 de Maio de 2012. **Altera o Artigo 28 da Lei Nº 3137, de 30 de Agosto de 2006.** Campo Alegre, 2012b.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE. Lei nº 3876 de 12 de Setembro de 2012. **Redefine Zona Urbana do Município e determina outras providências.** Campo Alegre, 2006b.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE. Lei nº 4178 de 13 de Agosto de 2014. **Que "Redefine Zona Urbana Do Município E Determina Outras Providências". I - Memorial Descritivo Do Perímetro Urbano Central: Poligonal Que Delimita O Perímetro Urbano Central Do Município De Campo Alegre/SC.** Campo Alegre, 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE. **Plano Local de Habitação de Interesse Social de Campo Alegre/SC.** Campo Alegre, 2012a, p. 236.

REIS, A.; BECHARA, F. C.; ESPÍNDOLA, M.B. de; VIEIRA, N.K.; SOUZA, L. L. de. Restauração de áreas degradadas: a nucleação como base para incrementar processos sucessoriais. **Natureza & Conservação 1(1): 28-36, 2003.**

RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA (RBMA). **Revisão da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, Parte 3: Detalhamento. 2008.** Disponível em: <https://www.rbma.org.br/rbma/rbma_fase_vi_06_estados_sc.asp> Acesso em: 15 jun. 2015.



SANTA CATARINA. Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral. **Atlas de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro. 173 p. 1986.

SARNEY-FILHO, J. 2000. Apresentação. In: **Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos**. Ministério do Meio Ambiente, Conservation International do Brasil, Fundação SOS Mata Atlântica, Fundação Biodiversitas, Instituto de Pesquisas Ecológicas, Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, SEMAD / Instituto Estadual de Florestas-MG. 40 p.

SCHOBENHAUS, C.; GONÇALVES, J. H.; SANTOS, J. O. S. et al. Carta Geológica do Brasil ao Milionésimo: Sistema de Informações Geográficas - SIG e 46 folhas na escala 1:1.000.000. Brasília: CPRM, 2004. 41 CD-ROM's.

SEVEGNANI, L. Vegetação da Bacia do Rio Itajaí em Santa Catarina. In: SCHÄFFER, W. B.; PROCHNOW, M. (Org.). **A Mata Atlântica e Você: Como preservar, recuperar e se beneficiar da mais ameaçada floresta brasileira**. Brasília. Apremavi. p 85-101. 2002.

SILVA, S.M. 1999. Considerações fitogeográficas e conservacionistas sobre a floresta Atlântica no Brasil. In: **Avaliação e ações prioritárias para conservação dos biomas Floresta Atlântica e Campos Sulinos**. Conservation International do Brasil. Disponível em:
<http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_chm_rbbio/_arquivos/Sumario%20Mata%20Atlantica.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2015.

TEIXEIRA, M. B.; NETO, A. B. C.; PASTORE, U.; RANGEL FILHO, A. L. R. Vegetação. In: **Folha SH. 22 Porto Alegre e parte das folhas SH. 21 Uruguaiana e SI. 22 Lagoa Mirim: geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação, uso potencial da terra**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE. (Levantamento de Recursos Naturais, v. 33). p. 541-632. 1986.

TRAININI, D. R., DIAS, A. A.; KREBS, A. S. J.; SOUZA, E. C.; CAPELETTI, I.; TONIOLO, J. A.; SILVA, L. C. da SILVA, M. A. S. da. 1978. Projeto Vidal Ramos-Biguçu: Relatório Final. Porto Alegre: DNPM/CPRM. 5v. (inédito).

VAREJÃO-SILVA, M. A. **Meteorologia e Climatologia**. Brasília: Instituto Nacional de Meteorologia. Ministério da Agricultura. 2001. 515 p.

VELOSO, H. P. Sistema Fitogeográfico. In: **Manual Técnico da Vegetação Brasileira**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro. p. 9-38. 1992.



VELOSO, H.P.; RANGEL-FILHO, A.L.R.; LIMA, J.C.A. 1991. **Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Rio de Janeiro.



ANEXOS



ANEXO I

Mapa de Zoneamento da Sede do Município

Mapa de Zoneamento do Perímetro Urbano do Distrito de Fragoso

Mapa de Zoneamento do Perímetro Urbano do Distrito de Bateias de Baixo

Mapa de Zoneamento do Perímetro Urbano de Lageado

Mapa de Zoneamento do Perímetro Urbano de São Miguel



ANEXO II

Relação de autoridades de Campo Alegre - 2014



Relação de autoridades de Campo Alegre - 2014

Cargo/Entidade	Nome	Telefones
Prefeito	Rubens Blaszkowski	(47) 3532-2347
Chefe de Gabinete	Jefferson Tadeu Amorin Cunha	(47) 3632-2266
Sec. Administração	Lucilaine Mókfa Schwarz	(47) 3632-2266
Assessor Jurídico	Jeison Maikel Kwitschal	(47) 3632-2266
Assessora de Comunicação Social	Juana Hincke Dobrochinski	(47) 3632- 2490
Chefe de Serviço de Pessoal	Rosani Aparecida da Silva	(47) 3632-2266
Chefe de Serviços de Compras	Maria Cristina Marciniak Munhoz	(47)3632-2266
Chefe do Serviço de Contabilidade	Adriana Aparecida Pykosz Ruzsack	(47) 3632-2266
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico		(47) 3632-1406
Secretária Municipal de Educação	Leda Carina Munhoz Odia	(47) 3632- 2420
Secretário Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer	Ernesto Larsen	(47)3632- 7328
Secretário Municipal de Planejamento, Transportes e Obras	João Samuel Cubas	(47) 3632-2266
Diretor de Planejamento, Transporte e Obras	Alércio Luis Cordeiro	(47) 3632-2266
Chefe do Serviço de Transporte e Frota	Antônio Alfredo dos Santos	(47) 3632-2266
Chefe do Serviço de Planejamento Urbanístico e Habitação	Bruno Seefeld	(47)3632-2266
Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social	Carolina da Costa Telma	(47)3632-1622
Diretora de Saúde	Deisi Estela Amorin	(47) 3632-1621
Secretário Municipal de Saneamento Ambiental	Peterson Aluisio Koehler	(47)3632-7412
Chefe do Serviço de Tributação e Fiscalização	Lucimara Prestes de Souza Idalênio	(47)3632-2266
Diretor de Meio Ambiente		
Diretor de Estudos Ambientais		
Vereador	Adolar Bahr	(47) 3632-2198
Vereador	Adriano Grosskopf	(47) 3632-2198
Vereador	Ana Lúcia Piski	(47) 3632-2198
Vereador	Francisco Huhnen Neto	(47) 3632-2198
Vereador	José Odorico Munhoz	(47) 3632-2198
Vereador	Josnei Rogério Cchaloupeck	(47) 3632-2198
Vereador	Olívio Odia	(47) 3632-2198



Vereador	Raul Johanson	(47) 3632-2198
Vereador	Suzana Beatriz Kotovicz	(47) 3632-2198
Coordenadora da Defesa Civil	Denise Aparecida Rocha	(47) 3632-2266
Polícia Militar	Celso Machado	190 ou (47) 3632- 2542
Responsável pela Delegacia da Polícia Civil	Sandro Marcelo Phl	(47) 3632-2070
EPAGRI- Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de SC	Rogério Pietrzacka	(47)3647-0353
CIDASC/ICASA- Companhia Integrada de Desenvolvimento	Arquidelques Chaves Alves	(47) 3632-1904
CDL – Câmara dos Dirigentes Lojistas	Regina Maria Cardoso de Meira Oliveira	(47)3632-1347
ACIACA- Associação Empresarial	Ingo Rusch Alandt	(47) 3632- 2193
Lions Clube	Ivo Kesting	(47) 3632- 1581
CELESC Distribuidora S.A	Tania Maria Sanocky Gonçalves	(47) 3632-2148
Rotary Clube	Edithe Maricler Virmond	
Jornal do Município “Notícias da Serra”	Juana Hincke Dobrochinski	(47) 9905-0285
Igreja Católica Apostólica Romana	Pe. Miroslaw Michalczewski	(47)3632-2220
Banco Bradesco S.A	Juliana Alves Ferreira	(47)36321424
Banco do Brasil S. A.	Wanderlei Werle	(47) 3632-2025
SICOOB- Cooperativa Rural do Norte Catarinense Ltda.	Matheus Fuckner	(47)3632-1002
Igreja Evangélica Assembléia se Deus	Joair Ferreira dos Santos	(47) 3632-1784
Sindicato Rural de Campo Alegre	Lucía Mabel Saavedra Bóusses	(47) 3632-2155
Sindicato dos Trabalhadores Rurais	José Odorico Munhoz	(47) 3632-2678
Rádio Hortência Ltda.-BAND FM- 91.5 MHZ	Fábio Mousquer	(47)3632- 2518
A.C.C- Associação de Comunicação Comunitária- Rádio Cidade FM-87.9 MHZ	Edithe Maricler Virmond	(47) 3632-1289
Escola de Ensino Especial Wilson José Liebl - APAE	Elisabeth Kesting	(47)3632-2002
E.M.E.B. Maria José Duarte Silva Bernardes	Ana Maria Kobus Augustin	(47) 3632-2566
E.M.E.F. Prof. Jerônimo Francisco Coelho Pacheco	Arlete Jorgensen Schiessl	(47)3632-9561
E.M.E.B. Paulo Fuckner	Sandra Aparecida de Andrade de Lima	(47) 3632-7008
E.M.E.F. Prof. Marise Nenevê Cordeiro	Eliana Regina Neneve Slominsky	(47)3632-1396
CMEI- Alegre Infância	Lilian Aparecida Peters	(47)3632-1272
CMEI- Maria da Glória Pereira Kroll	Sirley Maria kujasky Malchovski	(47)3632- 9579



CMEI – Chapeuzinho Vermelho	Eliana Regina Neneve Slominsky	(47) 3632- 9576
Instituto Santé – Hospital São Luís	Tércio Egon Pailo Kasten	(47) 3632-2111

RELAÇÃO DE ENTIDADES, ASSOCIAÇÕES E CONSELHOS DE CAMPO ALEGRE, 2014.

Entidade	Nome	Telefones
Associação de Moradores Vila Scheide	Emília Jaci da Silva Frisciano	(47) 9143-8497
Associação de Moradores de Campinas	Filomena Munhoz	(47) 3632-8159
Associação de Moradores de Cubatão	Vilmar Wollner	(47) 8890- 6393
Associação de Moradores de Campo Alegre	José Ramos	(47) 3632- 2665
Associação de Moradores de Queimados	Celso Dziedzic	(47) 3632- 7476
Associação de Moradores de Fragosos	Ocimar Deoclécio Baptista	(47) 3632-9999
Associação de moradores de Lageado	Neuri Cardoso	(47) 3632- 1535
Associação de Moradores do Saltinho	Sandro Schadeck	(47) 3632- 8130
Associação de Moradores de Bateias de Cima	Ronivaldo Fuckner	(47) 3632- 8046
Associação de Moradores de Santana	Vera Lúcia dos Santos	(47) 8855- 7339
Associação de Moradores de São Miguel	Luci Brand Munhoz	(47) 9115- 6540
Associação de Moradores de Salto	Adriana Kotovicz Schlogl	(47) 9108- 7261
Associação de Moradores de Tijucume	Edésio cavicchioni	(47) 3632- 8116
Associação de Moradores de Corredeiras	Juceli Fleischmann Gruber	(47) 3632- 9464
Associação de moradores de Ximbuva	Alvino Cordeiro da Cruz	(47) 3632- 8120
Associação de Moradores de Vila Cedros	Ivete Maria Lopes Alexandre	(47) 3632- 2055
Associação de Artistas, Artesãos e Produtores Rurais de Campo Alegre- “Mãos do Campo”.	Herma Schuwarz Heinzen	(47) 3632- 1726
ACIACA- Associação Empresarial de Campo Alegre	Ingo Rusch Alandt	(47) 3632- 2193
Núcleo de Ovinocultores de Campo Alegre	Wolfran Bahr	(47) 3632- 9345
Associação dos Criadores de Ovinos do Paraíso da Serra	Antônio Carlos Knopika	(47) 3632- 2417
Associação de Turismo Rural de Campo Alegre- “Caminhos da Serra”	Anelore Scholze Kolbeck	(47) 3632- 2393
Fundação Educacional de Campo Alegre- FECAMPO	Ivo Kesting	(47) 3632- 2492
Associação Comunitária de Fragosos	Maria Ires Castilho Froehner	(47) 3632- 9367
Associação de Bombeiros Comunitário de Campo Alegre	Josiane Cristina Stefanos	(47) 3632- 1881